



Tribunal Regional Eleitoral
do Amapá

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Av. Mendonça Júnior, 1502, Central, Macapá/AP. CEP 68900-020

Visite a página do TRE-AP para obter contatos e outras informações:

www.tre-ap.jus.br

A reprodução de parte ou do todo desta publicação está permitida desde que citada a fonte.

Consolidação: Assessoria de Planejamento e de Gestão Estratégica - ASPLAN.

asplan@tre-ap.jus.br | (96) 2101-1611

Fonte dos dados: Unidades administrativas do TRE-AP

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.

Prestação de Contas Ordinária Anual: Relatório de Gestão do Exercício de 2018. – Macapá:
TRE-AP/ASPLAN, 2018.

1. Tribunal Regional Eleitoral do AMAPÁ – Prestação de Contas. 2.
Relatório de Gestão. I. Título. II. Título.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e informações publicadas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) do Tribunal de Contas da União.

SUMÁRIO

Mensagem do Presidente	3
1. Visão geral organizacional	5
2. Planejamento Estratégico e Governança	12
3. Controles Internos e Gestão de Riscos	32
4. Resultados da gestão	34
5. Alocação de recursos e áreas especiais da gestão	38
Gestão Orçamentária	44
Gestão de pessoas	54
Gestão Patrimonial e Infraestrutura	71
Gestão da Tecnologia da Informação	73
Gestão de Custos	88
Sustentabilidade Ambiental	94
Gestão Judiciária	99
6. Demonstrações contábeis	116
7. Outras informações relevantes	121
Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle	121
8. Anexos e apêndices	136

**MENSAGEM DO PRESIDENTE**

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) é órgão da Justiça Eleitoral (art. 118, inciso II, e art. 120, *caput*, da Constituição Federal de 1988), ao qual cumpre assegurar a organização das eleições nacionais, estaduais e municipais no âmbito do Estado e a realização do planejamento, da execução e do acompanhamento de todas as etapas do processo eleitoral, garantindo a legitimidade e a lisura no exercício dos direitos políticos dos cidadãos, em especial aqueles com domicílio eleitoral no Estado do Amapá.

Do ponto de vista estratégico, a missão do TRE-AP é garantir a legitimidade do processo eleitoral, a fim de fortalecer a democracia.

No ano de 2018 o Brasil vivia a expectativa das eleições para os cargos de Presidente da República, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Estaduais. O engajamento dos servidores e magistrados com a missão da Justiça Eleitoral amapaense culminou na entrega das urnas à sociedade de forma célere, transparente e confiável. Tanto assim, que em 18 de dezembro de 2018 os candidatos eleitos foram diplomados, com suas respectivas prestações de contas julgadas em tempo hábil, ou seja, declarados aptos para o exercício dos respectivos mandatos.

Não obstante o contexto adverso, proveniente da Emenda Constitucional nº 95/2016, que obrigou austeros ajustes fiscais aos órgãos públicos federais, bem como a suspensão do provimento de cargos efetivos do quadro de servidores da Justiça Eleitoral, entre outros fatores, o exercício da governança assegurou que a gestão caminhasse com passos firmes rumo a superação das intercorrências que poderiam ter comprometido a eficiência na prestação dos serviços aos cidadãos eleitores, notadamente durante a preparação do pleito.

O foco da gestão no exercício de referência voltou-se às diretrizes do Planejamento Estratégico Institucional, buscando tornar mais eficiente a prestação dos serviços. O Regional encontrava-se na metade do ciclo de Planejamento Estratégico, oportunidade para avaliar eventuais entraves ao alcance de cada um dos objetivos definidos, de modo a redirecionar o curso das ações, a fim de se atingir a melhor gestão dos recursos públicos, entregando serviços de qualidade ao cidadão.

Pelo segundo ano consecutivo, foi concedido pelo Conselho Nacional de Justiça o **Selo Justiça em Números na Categoria Prata**. Foi o reconhecimento do empenho e trabalho arrojado e dedicado de todos, objetivando o cumprimento das metas estabelecidas. A obtenção do Selo Prata foi um importante estímulo para o cumprimento de metas e o reconhecimento pela dedicação, esforço e compromisso de nossos juízes, servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral do Amapá.



Dentre as atividades de grande relevância desenvolvidas em 2018, destacamos instalação na sede desta Justiça Regional e nas zonas eleitorais do TRE-AP de painéis solares, conhecidos também como “Painel Solar Fotovoltaico”. O sistema consiste em converter a energia solar em energia elétrica. Segundo as previsões dos técnicos, os recursos serão recuperados em menos de 72 (setenta e dois) meses, sendo que o tempo de vida útil do mecanismo é de, no mínimo, 20 (vinte) anos, nos termos da garantia fornecida pelo fabricante. Atualmente, a Justiça Eleitoral desembolsa em média 70 mil reais de energia em todo o estado, então a previsão é que esse valor reduza para 40 ou 45 mil reais. No 70º. Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (COPTREL), sediado no Estado da Paraíba, o TRE-AP foi destaque pela, já utilização, de energia sustentável. Atualmente o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realiza estudos para implantação da energia solar em todos os TRE's do país. O projeto de instalação do sistema segue a resolução CNJ nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina que todos os órgãos do Poder Judiciário implantem Planos de Logísticas Sustentáveis (PLS). Dessa forma, a iniciativa nasceu com um caráter ambiental, mas com forte potencial para a redução de gastos com o consumo de energia elétrica da instituição.

Relacionado à Escola Judiciária Eleitoral (EJE) do TRE-AP, a 10ª Edição do prêmio “CIEE Melhores Programas de Estágio” premiou o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE/AP) como o **melhor programa de estágio do Brasil** na categoria “**Órgãos públicos municipais e estaduais**”. A premiação reconhece as boas práticas na formação de jovens profissionais em todo o país. A pesquisa foi coordenada pelo instituto *The Gallup Organization* do Brasil e traçou um perfil do estagiário brasileiro a partir de um questionário com perguntas gerais e específicas, abordando a rotina dos jovens nas empresas

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá enfrentará o grande desafio de realizar cada vez mais entregas, administrando recursos limitados. Deverá agregar cada vez mais valor à sociedade, atuar de forma proativa, promover de forma permanente a celeridade da prestação jurisdicional, proporcionar ao cidadão mais facilidades de acesso aos serviços eleitorais, atuar na conscientização e no esclarecimento dos atuais e futuros eleitores. “SER RECONHECIDA PELA SOCIEDADE AMAPAENSE COMO UMA ORGANIZAÇÃO EFETIVA, TRANSPARENTE E CÉLERE”. Essa é a visão de futuro estabelecida em seu planejamento estratégico e, visando alcançá-la, seus valorosos magistrados e servidores, certamente, empenharão seus inestimáveis esforços.

Desembargador ROMMEL ARÁUJO DE OLIVEIRA
Presidente do TRE/AP
Posse a partir de 08/03/2019



1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

Atuação do Justiça Eleitoral no Amapá

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá é um órgão colegiado de segundo grau de jurisdição eleitoral, conforme disposto no art. 12 do Código Eleitoral c/c arts. 92, V, 118, II e 121 da Carta Magna.

Em conjunto com os demais órgãos da Justiça Eleitoral possui atuação finalística diretamente vinculada à garantia dos direitos de votar e ser votado, assegurando o pleno exercício da cidadania em suas diversas manifestações.

Realiza, dentre outras atribuições, o alistamento, a organização dos pleitos eleitorais, a fiscalização da propaganda eleitoral, a apuração dos votos, a diplomação dos eleitos, julga os crimes eleitorais, as ações objetivando a cassação do registro, do diploma ou do mandato dos candidatos eleitos ou a declaração de inelegibilidade.

Possui competência originária e recursal para processar e julgar as matérias dispostas nos arts. 29 e 30 do Código Eleitoral, nas Leis complementares nº: 64/1990 e 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), dentre outros normativos específicos da seara eleitoral.

O TRE/AP possui jurisdição em todo o Estado do Amapá e sua sede localiza-se na Capital. Os serviços eleitorais no primeiro grau de jurisdição são realizados nos Cartórios das Zonas Eleitorais. Atualmente são 10 (dez), sendo duas na capital.

Há, ainda, postos de atendimentos em municípios que não sejam sede de Zona Eleitoral.

As localidades de difícil acesso e aldeias no Estado do Amapá são visitadas anualmente em ações itinerantes, seja por via terrestre ou fluvial.

A missão institucional e a Visão de futuro para o período 2016-2021 são:

MISSÃO:

“GARANTIR A LEGITIMIDADE DO PROCESSO ELEITORAL, A FIM DE FORTALECER A DEMOCRACIA”.

VISÃO:

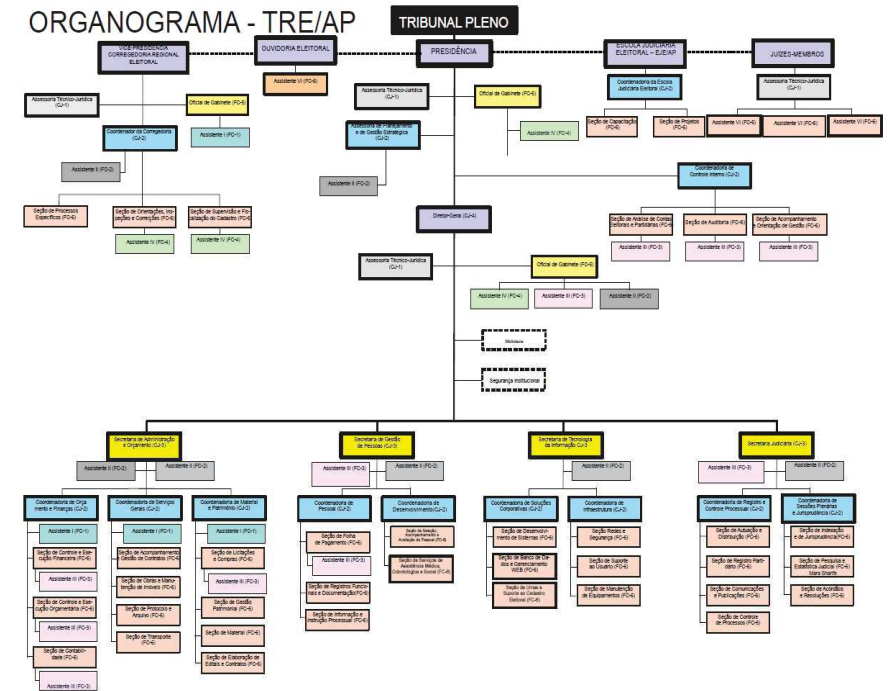
“SER RECONHECIDA PELA SOCIEDADE AMAPAENSE COMO UM ORGANIZAÇÃO EFETIVA, TRANSPARENTE E CÉLERE”



Estrutura organizacional

A estrutura organizacional e a lotação dos cargos e comissão e das funções comissionadas criados pelas Leis nº 8.868/1994 e nº 11.202/2005, regulada pela [Resolução TRE/AP nº 406/2012 \(regulamento da Secretaria\)](#) guarda simetria com os critérios estabelecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, aplicáveis a todos os tribunais regionais eleitorais, com fundamento na Resolução TSE nº 22.138/2005.

Figura 01 - Organograma





Modelo de Negócios

Os macroprocessos do Tribunal ainda não foram formalmente homologados. Foram identificados os principais processos, utilizando-se de conhecimentos práticos e conceituais, norteando-se pelo trabalho desenvolvido pelo Escritório de Processos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os Macroprocessos Finalísticos estão ligados à essência da organização e estão diretamente relacionados ao objetivo maior dela. Compreendem o conjunto de processos de trabalho, que geram produto ou serviço ao cliente externo, considerados essenciais à existência da Instituição.

São macroprocessos finalísticos:

- I - Prestação de Serviços ao Cidadão;
- II - Logística do Processo Eleitoral;
- III- Prestação Jurisdicional Eleitoral.

Os principais usuários ou destinatários: sociedade em geral, destacando-se neste universo os eleitores, partidos políticos e candidatos.

1 - Prestação de Serviços ao Cidadão e aos Partidos Políticos

Abrange serviços relacionados à administração dos dados relativos aos eleitores e candidatos. O Sistema ELO – Eleitor Online – é a principal ferramenta utilizada nas atividades de manutenção do Cadastro Eleitoral.

Figura 02 - Serviços ao Cidadão e aos Partidos



2- Logística do Processo Eleitoral

Envolve a operacionalização do processo eleitoral, abrangendo as principais fases da logística do processo eleitoral

Figura 03 - Logística do Processo Eleitoral



3- Prestação Jurisdicional Eleitoral

A Prestação Jurisdicional é subdividida em dois graus de jurisdição: 1º Grau (Juízes das Zonas Eleitorais) e de 2º Grau (Juízes do Pleno).

A Secretaria Judiciária e os Cartórios Eleitorais desenvolvem, dentro de suas atribuições funcionais, atividades de autuação, julgamento e acompanhamento, até o trânsito em julgado, de matérias eleitorais.



O planejamento das tarefas a serem efetivadas no trâmite normal de processos, bem como nos processos referentes às Eleições, que implicaram em maior aporte de atividades da Secretaria e dos Cartórios.

Para o satisfatório desempenho de suas funções, os servidores da Secretaria e dos Cartórios Eleitorais contaram com o desenvolvimento de espírito de equipe, onde todos foram capacitados e treinados para o desenvolvimento de diversas tarefas, a fim de permitir a efetivação e o cumprimento de prazos e o regular andamento dos processos.

A sazonalidade bienal da realização de eleições em anos pares implica em uma intensa carga de trabalho, principalmente nas Zonas Eleitorais com os procedimentos: Registro de Candidaturas, Fiscalização da Propaganda Eleitoral, Registro de Comitês Financeiros, além das demais atividades afetas ao pleito, em especial, a toda a logística da eleição.

Na ocorrência de recursos eleitorais, medidas cautelares, mandados de segurança, dentre outros, inclusive administrativos e os relacionados aos procedimentos de eleição podem ser impetrados em segundo grau de jurisdição e concomitantemente aos demais processos de competência originária deste Tribunal são processados e julgados pelo Pleno.

Embora não possuindo unidade específica em sua estrutura para tratar da gestão por processos, em razão da escassez de pessoal, todos os macroprocessos foram conduzidos buscando-se sempre desenvolvê-los no sentido de alcançar os objetivos estratégicos institucionais.



2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

Planejamento Estratégico 2016/2021

O Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução 198, de 1º de julho de 2014, normatizou o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, incrementou a Estratégia do Judiciário Nacional para o sexênio 2015/2020 e determinou aos Órgãos do Poder Judiciário o desdobramento e alinhamento de seus respectivos planos estratégicos à Estratégia Nacional, observando o conteúdo temático dos macrodesafios do Poder Judiciário, sem prejuízo da inclusão das correspondentes especificidades.

No mesmo sentido, o Tribunal Superior Eleitoral editou a Resolução nº 23.439, de 12 de março de 2015 que aprova o Planejamento Estratégico daquela Corte Eleitoral para o período de 2015 a 2020.

O [Planejamento Estratégico TRE-AP 2016/2021](#) é uma ferramenta de gestão, constitui-se em prática basilar da boa governança corporativa, por meio da qual os gestores asseguram uma atuação mais proativa e integrada com a realidade, possibilitando, assim, um melhor desempenho institucional, com elementos que nortearão as iniciativas a serem trabalhadas nos próximos anos.



Mapa Estratégico

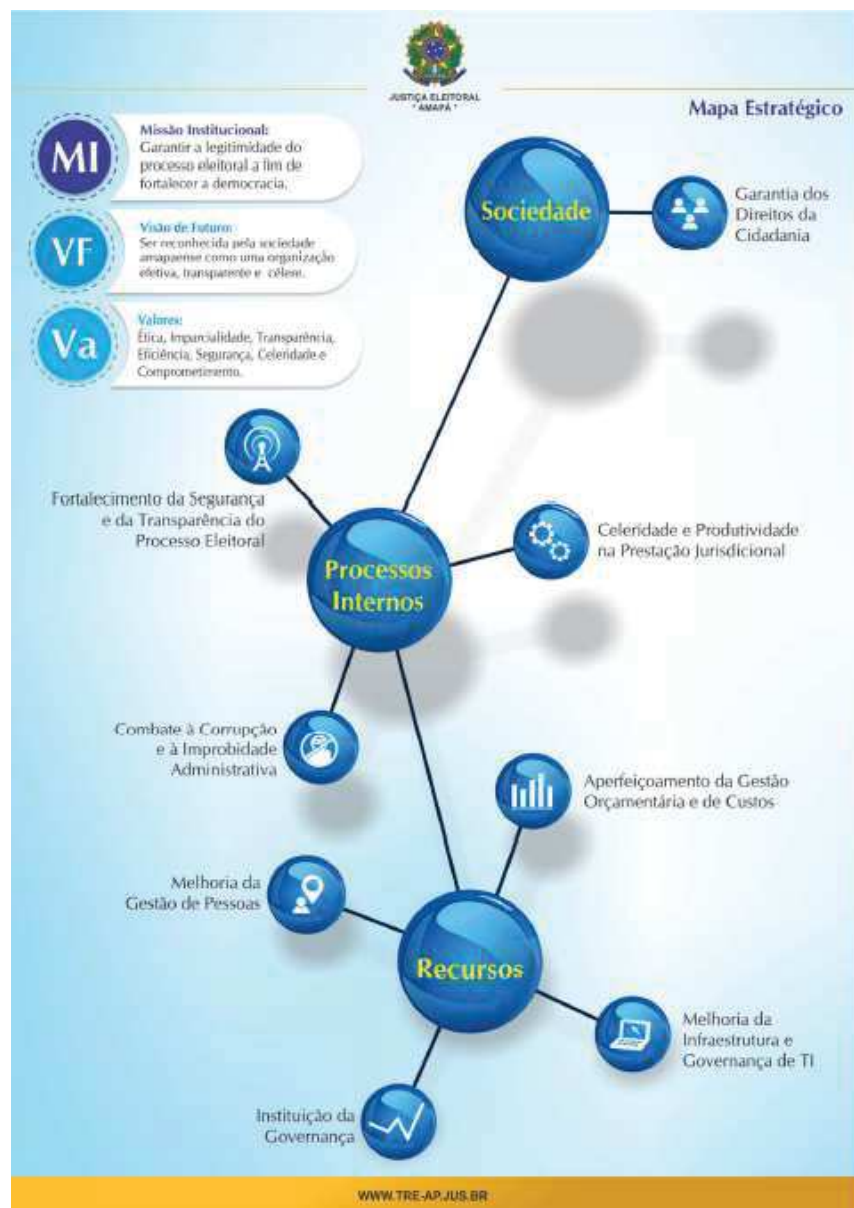


Figura 04 – Mapa Estratégico



Estruturas de Governança

Na Justiça Eleitoral do Amapá a estrutura de governança está relacionada com as atividades de estratégia, de controle e monitoramento.

Ela é constituída internamente pelo Tribunal Pleno, Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, Diretoria-Geral e Controle Interno com suas competências dispostas no Regimento Interno [Regimento Interno](#) e [Regulamento da Secretaria](#).

Para apoiar a estrutura de governança dentre outras atribuições, foi instituído o Comitê de Gestão da Estratégica (Portaria TRE/AP nº 183/2016), sendo competente para avaliar e monitorar a Governança.

Constam no Planejamento Estratégico 2016/2021, na perspectiva recursos, o macrodesafio **Instituição da Governança e Governança de TI** o qual foi normatizada e está em fase de implementação (vide [Governança Corporativa de TIC](#))

Há também diversos outros comitês e comissões que apoiam indiretamente as estruturas de governança.

Dirigentes e Colegiados

Os Tribunais Regionais Eleitorais são órgãos colegiados, sua composição está disposta no art. 120, § 1º da Constituição Federal. Possuem sede na Capital dos Estados e jurisdição em toda circunscrição estadual.

Especificamente são compostos por:

- dois Juízes dentre os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, por este eleitos mediante voto secreto;
 - dois Juízes, dentre os Juízes de Direito de última entrância, escolhidos pelo Tribunal de Justiça do Estado;
 - um Juiz Federal, escolhido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região;
 - por nomeação pelo Presidente da República, de dois Juízes dentre seis advogados de notório saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado.
- O Presidente e o Vice-Presidente são eleitos dentre os Desembargadores (Constituição Federal, Art. 120, §2º). A função do Corregedor Regional Eleitoral é exercida, cumulativamente, pelo Vice-Presidente do Tribunal.

**Quadro 01 – Pleno do TRE-AP – Titulares – Exercício 2018**

Nome	Cargo	Início	Término	Biênio
Manoel de Jesus Ferreira de Brito	Desembargador/Presidente	08.03.2017	07.03.2019	Primeiro
Sueli Pereira Pini	Desembargadora/Vice-Presidente e Corregedor	08.03.2017	07.03.2019	Primeiro
Hilton Sávio Gonçalves Pires	Juiz Federal/Membro	06.12.2016	06.12.2018	Primeiro
Eleusa da Silva Muniz	Juiz de Direito/Membro	26.06.2016	25.06.2018	Primeiro
Carlos Alberto Canezin	Juiz de Direito/Membro	14.04.2018	16.04.2019	Primeiro
Rogério Bueno da Costa Funfas	Juiz de Direito/Membro	22.07.2018	21.07.2019	Primeiro
Léo Alexandro de Lima Furtado	Jurista/Membro	09.05.2016	08.05.2018	Primeiro
Jâmison Nei Mendes Monteiro	Jurista/Membro	16.05.2016	15.05.2018	Primeiro
Nathália Mariel Ferreira de Souza Pereira	Procurador Regional Eleitoral	30.09.2016	08.02.2019	Primeiro

Obs.: [Composição atualizada no site](#)**Quadro 02 - Pleno do Tribunal – Substitutos – Exercício 2018**

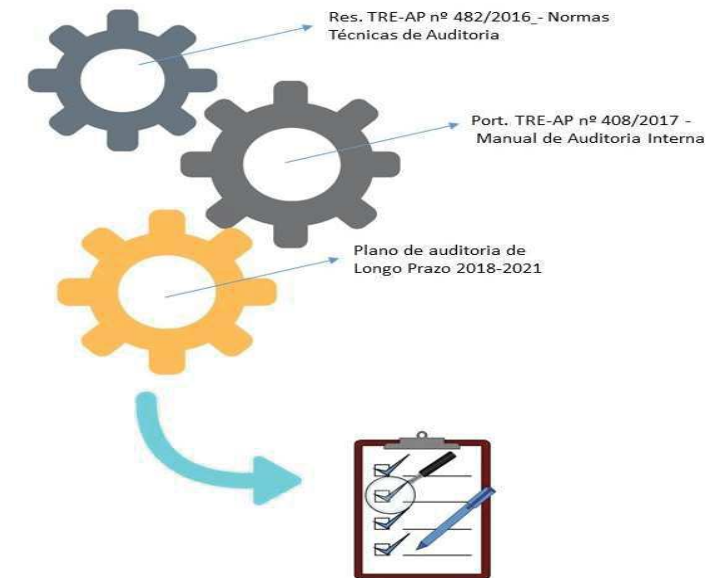
Nome	Cargo	Início	Término	Biênio
Carmo Antônio de Souza	Desembargador	08.03.2017	06.06.2018	Primeiro
Rommel Araújo de Oliveira	Desembargador	11.10.2017	07.03.2019	Primeiro
Eduardo Freire Contreras	Desembargador	12.09.2018	11.09.2020	Primeiro
Jucélio Fleury Neto	Juiz Federal	28.02.2018	27.01.2019	Primeiro
Paulo César do Vale Madeira	Juiz de Direito	06.09.2016	06.09.2018	Primeiro
Paulo César do Vale Madeira	Juiz de Direito	17.09.2018	16.09.2020	Segundo
Mário Euzébio Mazurek	Juiz de Direito	31.01.2018	30.01.2020	Primeiro
VAGO	Jurista			Primeiro
VAGO	Jurista	-	-	-
Joaquim Cabral da Costa Neto	Procurador Regional Eleitoral	30.09.2016	08.02.2019	Primeiro

Obs.: [Composição atualizada no site](#)**Atuação da unidade de Auditoria Interna**

A estrutura de autocontrole e gestão é executada primariamente na Coordenadoria de Controle Interno, que por sua vez, subordina-se hierarquicamente a Presidência deste Tribunal.

As atividades de auditoria interna são executadas em conformidade com o seguinte fluxo:

Figura 05 – Fluxo de atividades de auditoria interna



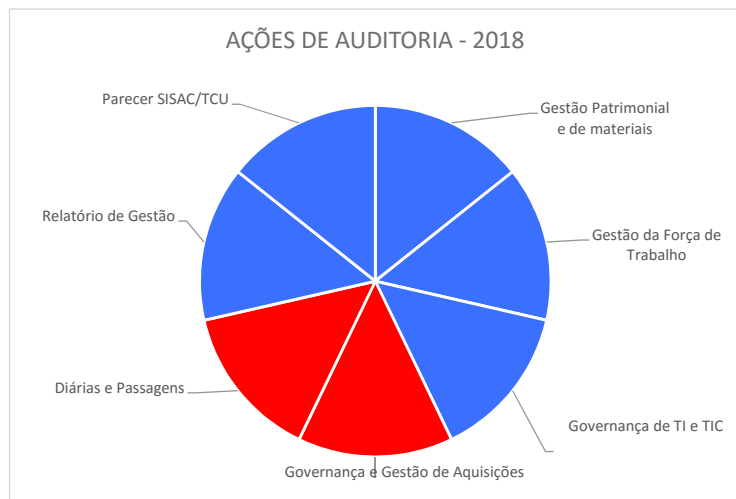
**Plano Anual De Auditoria – 2018**

Foram programadas 7 ações, das quais 5 foram concluídas. Duas ações não foram concluídas em função das eleições gerais, que demandaram concentração da força de trabalho, não só das unidades auditadas, quanto da Unidade de Controle Interno.

As recomendações e orientações resultantes das atividades de auditoria interna são submetidas à alta gestão. A ciência, a concordância ou não da alta gestão são registradas no sistema de processos eletrônicos.

No ano de 2018, foram elaborados diversos relatórios de auditoria, a exemplo: (1) [Gestão de dimensionamento da força de trabalho](#); (2) [Governança e Gestão de TI](#).

Gráfico 01 – Ações de Auditoria

**Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos**

A Justiça Eleitoral do Amapá possui uma Corregedoria Regional Eleitoral que tem sua competência fixada na Resolução TSE nº 7.651, de 24 de agosto de 1965. No TRE-AP, o cargo de Corregedor Regional Eleitoral é exercido pelo Vice-Presidente do Tribunal, com mandato de 02 anos, consoante dispõe o Regimento Interno (Art. 15, III, a).

A execução dos trabalhos correcionais volta-se, primordialmente, ao acompanhamento das atividades das zonas eleitorais, com vistas à exaço dos serviços, à fidedignidade das informações do cadastro eleitoral e à celeridade dos processos, preconizada na Constituição Federal (art. 5º, LXXVIII).

É competência da Corregedoria Regional Eleitoral velar pela regularidade dos serviços eleitorais, buscando ainda o aprimoramento das atividades desenvolvidas, mediante orientação, inspeção e correção.

Além das atividades internas, realiza-se a correção ordinária anual nas zonas eleitorais, consoante dispõe a Resolução/TSE n. 21.372/2003.

A Unidade de Controle Interno não analisou processos desta natureza no exercício de 2018, ademais, a administração não submeteu ao exame de auditoria, atos de apuração de inquérito em processos administrativos disciplinares instaurados no período a que se refere o relatório de gestão com o intuito de apurar danos ao Erário, fraudes ou corrupção.

Medidas administrativas para apuração de responsabilidades por danos ao erário

Não houve no ano de 2018

Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

A Ouvidoria do TRE/AP foi instituída com a missão de atuar como canal permanente de comunicação entre o eleitor e as unidades da Justiça Eleitoral, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar para o aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo TRE/AP, e para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos da Justiça Eleitoral no Estado do Amapá.



Canais de Acesso ao Cidadão

Figura 06 – Canais de Acesso ao Cidadão



Carta de serviços ao eleitor

Tem como objetivo informar ao cidadão sobre serviços prestados pelo TRE-AP, as formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Contempla três formatos de divulgação:

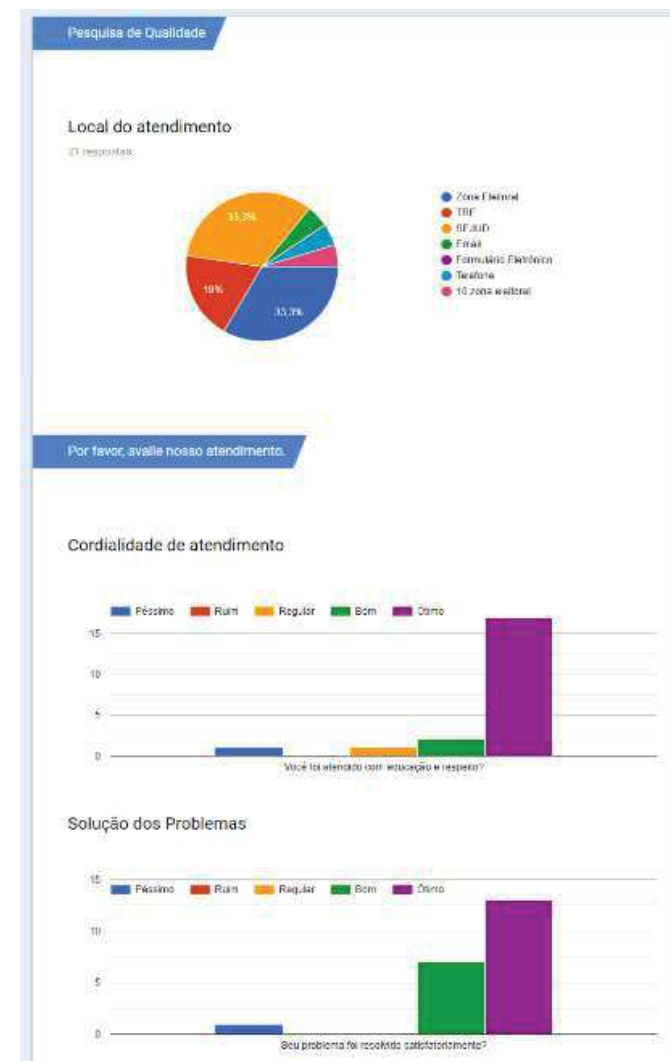
- Carta de Serviços do 2º Grau ao eleitor
- Panfleto explicativo da Carta de Serviços do 2º Grau
- Carta de Serviços do 1º Grau ao eleitor

Aferição do grau de satisfação

Com relação ao grau de satisfação do cidadão-usuário sobre o atendimento prestado por esta justiça especializada, com aspectos relativos à cortesia no atendimento, à qualidade da resposta à demanda e ao prazo de atendimento, foram identificados:



Figura 07 – Pesquisa de Qualidade





Clareza das Informações



Tempo de Espera



Instalações

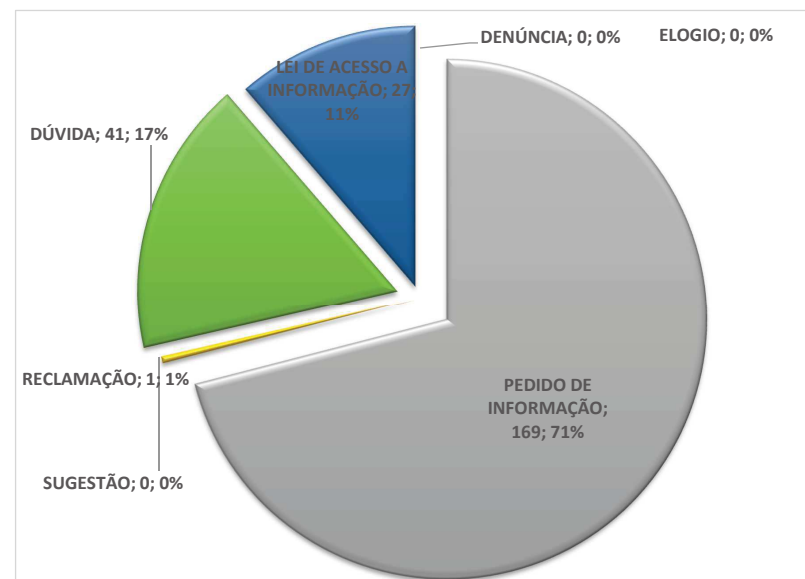


Demandas atendidas

No ano de 2018, foram atendidas 238 (duzentos e trinta e oito) solicitações de serviços. No próximo gráfico estão dispostas as demandas atendidas, destaque para o crescente interesse da sociedade na Lei de Acesso a Informação com 27 (vinte e sete) pedidos ou 11% (onze) pontos percentuais do total.

Não ocorreram denúncias, elogios e/ou sugestão.

Gráfico 02 – Demandas Atendidas pelos canais de acesso





Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, em atenção às normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, procedeu, conforme a disponibilidade orçamentária, adaptações nos prédios da Justiça Eleitoral tais como: rampa nas calçadas, banheiros adaptados, identificação visual, piso tátil, direcional e de alerta.

No ano de 2018 foi elaborado o relatório/levantamento técnico das condições de acessibilidade no prédio Sede. Citada relatório foi fruto do trabalho da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.

Também o ano de 2018, o site deste Regional passou a ter a tecnologia RYBENÁ (*software* desenvolvido para dar acesso aos textos publicados na web, por meio de libras e voz, aos deficientes auditivos, visuais parciais, idosos, iletrados, disléxicos e outros, com necessidades especiais).



3. CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Com fundamento dos trabalhos individuais de auditoria executados durante o exercício de 2018, avalia-se que os controles internos do TRE-AP detêm capacidade de identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos da organização, contudo, se faz necessário a formalização e documentação dos controles internos, além da gestão de riscos como prática em todos os processos relevantes, devidamente formalizados, monitorados e revisados.

Os resultados alcançados, tanto do ponto de vista operacional, quando da conformidade demonstram eficácia e efetividade dos processos, havendo necessidade de aperfeiçoamentos com a implantação da gestão de riscos.

A organização deu um passo importante, em direção à implantação da gestão de riscos com a edição da [Resolução TRE-AP nº 522, de 12 de novembro de 2018](#), que dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.

Para o exercício de 2018, a Unidade de Controle Interno, utilizou a metodologia de Auditoria Baseada em Riscos, na qual são identificados os processos auditáveis no âmbito do TRE-AP e em seguida, são avaliados aspectos de: relevância, complexidade, materialidade, tempo decorrido desde o último trabalho, irregularidades anteriores.

A partir da avaliação, foram selecionados os seguintes processos de trabalho de maior risco na Instituição:

Processos de trabalho
Gestão de TIC
Aplicação de pessoas
Aquisições, contratações e logística
Pagamento de diárias e passagens



4. RESULTADOS DA GESTÃO

Em 2018, foram realizadas reuniões do comitê Gestor para Análise da Estratégia para acompanhamento periódico da execução do Plano Estratégico e o monitoramento de seus resultados.

Porém, há grande dificuldade quanto ao cumprimento das metas e indicadores face a diversos fatores impactantes internos e externos, exemplos:

I- Pressão social pela redução dos gastos públicos em meio a uma das maiores crises financeiras já enfrentadas pelo país;

II - Pressão dos órgãos de controle pelo aumento da transparência nos sites dos órgãos públicos;

III - Uso intenso das redes sociais com a proliferação de *Fake News*, direcionados a candidatos e principalmente à urna eletrônica;

IV - Novos paradigmas orçamentários impostos pela Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016;

V - Rezoneamento Eleitoral imposto pela Resolução TSE nº 23.520/2017, cujas atividades de recomposição das zonas eleitorais do interior do Estado, resultando na extinção de 3 zonas eleitorais;

VI - Suspensão dos provimentos de cargos efetivos no âmbito da Justiça Eleitoral desde 1º de novembro de 2017, para adequação dos gastos de “Pessoal e Encargos Sociais” aos limites autorizados pela EC nº 95/2016, teve reflexo bastante negativo na recomposição da força de trabalho do Tribunal, já bastante defasado, tendo em conta que o quadro de servidores foi redimensionado, pela última vez, há mais de uma década, quando da edição da Lei nº 11.202/2005. Os casos de vacância foram excepcionados da citada suspensão de provimentos somente a partir do 2º semestre de 2018, o que não afastou a preocupação com a perspectiva de uma quantidade significativa de aposentações;

O principal projeto do ano de 2018 foi o das ELEIÇÕES GERAIS, sua realização demandou enorme esforço do órgão para sua consecução. Além dos servidores com vínculo efetivo, as atividades do período eleitoral exigiram a convocação de mesários e colaboradores, contratação de mão-de obra qualificada (técnicos de urnas).

O Plano Estratégico TRE/AP 2016-2021 é composto, atualmente, por 29 (vinte e nove) indicadores.



A seguir serão apresentados os resultados dos indicadores do exercício de 2018.

Quadro 03 – Indicadores do Planejamento Estratégico

Indicadores do Planejamento Estratégico - 2016-2021				2018		
Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicador	Unidade	Meta	Desempenho	
Sociedade	Garantia dos Direitos da Cidadania	Satisfação dos clientes externos (eleitores, candidatos, partidos e advogados)	CRE/SEJUD	90,00%	98,56%	
		Responsabilidade Socioambiental	Núcleo Socioambiental	Em revisão	-	
		Implementação de projetos impactantes na cidadania	Presidência	Em revisão	-	
Processos Internos	Fortalecimento da Segurança e da Transparência do Processo Eleitoral	Percentual de redução do número de duplicidades entre inscrições eleitorais e entre estas e os registros da base de perda e suspensão de direitos políticos	CRE/AP	>80%	64,06%	
		Processos judiciais finalizados dentro de um ano (1º Grau)	CRE/AP	100,00%	195,52%	
	Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Processos judiciais finalizados dentro de um ano (2º Grau)	SEJUD	100,00%	60,15%	
		Julgamento de processos de conhecimento (1º Grau)	CRE/AP	90,00%	98,59%	
		Julgamento de processos de conhecimento (2º Grau)	SEJUD	90,00%	105,61%	
	Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa	Agilidade no julgamento dos processos do art. 41-A da Lei Eleitoral no 1º grau	CRE/AP	95,00%	-	
		Agilidade no julgamento dos processos do art. 299 do Código Eleitoral no 1º grau	CRE/AP	90,00%	38,88%	
Agilidade no julgamento dos processos do art. 41-A da Lei Eleitoral no 2º grau		SEJUD	90,00%	-		
Recursos	Melhoria da Gestão de Pessoas	Aderência ao PAC	EJE	90,00%	71,87%	
		Execução do PAC	EJE	80,00%	93,75%	
		Excelência nas competências específicas	SGP	90,00%	29,92%	
		Clima Organizacional	SGP	85,00%	82,29%	
	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e de Custos	Absenteísmo	SGP	>3%	0,96%	
		Perdas Orçamentárias	SAO	>9%	0,013%	
		Aderência da execução ao planejamento orçamentário	SAO	80,00%	76,00%	
	Instituição da Governança	Agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	SAO	Não mensurado	-	
		Governança pública	Governança pública	ASPLAN	40,00%	20,00%
			Governança de pessoas	ASPLAN	40,00%	39,00%
			Governança de aquisição	ASPLAN	40,00%	40,00%
			Governança na gestão de riscos	ASPLAN	40,00%	-
		Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI	Governança de TI	STI	40,00%	25,00%
			Nivelamento da infraestrutura de TI	STI	90,00%	92,31%
	Aderência às metas do PETI		STI	85,00%	75,00%	
Disponibilidade de Sistemas Essenciais de TI	STI		98,50%	96,40%		
Disponibilidade da rede de comunicação de dados de interligação da ZEs	STI	98,50%	92,30%			

No exercício de 2018, não houve a avaliação dos objetivos alcançados e do desempenho em relação às metas constantes no planejamento estratégico.

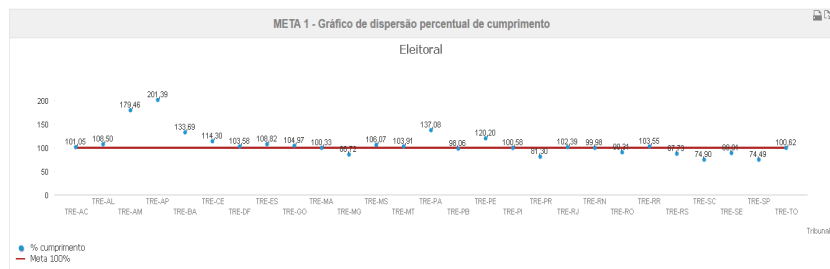
Com relação as metas nacionais do Poder Judiciário para o segmento Justiça Eleitoral, o destaque foi exitoso percentual de cumprimento da Meta Nacional nº 01/2018 o qual foi o maior entre os Regionais Eleitorais.



Meta Nacional 01: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Foco: Produtividade e a prevenção à formação de estoque de processos.

1º Colocado nacional no segmento da Justiça Eleitoral, com 201,39% de cumprimento da meta 01.



Demais resultados da gestão estão dispostos ao longo do relatório em especial no capítulo 5.



5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

DECLARAÇÃO DA DIRETORA-GERAL



A Diretoria-Geral da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá conduz o processo de planejamento, zela pelo cumprimento do plano de gestão, estabelece diretriz e planos de ação, propõe a aprovação e estabelece prioridades para a execução do Planejamento Estratégico, analisa o desenvolvimento dos trabalhos e adota medidas adequadas ao seu pleno aperfeiçoamento, regulamenta, orienta e supervisiona as atividades administrativas das unidades a ela vinculadas, ressalvadas as competências do Tribunal e do Presidente.

Impulsionada pelo cenário econômico e em consonância com os direcionamentos oriundos das organizações públicas e dos órgãos superiores de controle, a Diretoria-Geral modelou a gestão com vistas a garantir o alcance de resultados e desempenhar importante atuação no presente contexto. No âmbito de sua competência regimental, ressalta-se o planejamento integrado, com diretrizes, metas e objetivos voltados à realização das Eleições. Na condução dos trabalhos atinentes ao Pleito Eleitoral a Diretoria-Geral estabeleceu Plano Integrado de Segurança e definiu diretrizes com os gestores de segurança pública do Estado, com o objetivo de fomentar as ações necessárias à preservação da ordem pública, garantia do sufrágio universal e do poder de polícia desta Justiça Especializada, desde o início da propaganda eleitoral até a divulgação dos resultados.

A conjuntura político-econômica do país ao longo dos anos restringiu a dotação orçamentária, especialmente a partir do exercício 2017, em consequência da edição da Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal para controle dos gastos públicos na esfera Federal, pelo prazo de vinte anos. Este cenário conduziu o aprimoramento do planejamento relativo à execução orçamentária e financeira do Órgão, por meio de estudo prévio, que resultou na tomada de decisões mais acertadas no tocante à priorização de gastos essenciais, mormente quanto às despesas relacionadas ao Pleito Eleitoral. Neste sentido, a Diretoria-Geral trabalhou em constante sintonia com a Presidência do Tribunal, assessorias, gestores das unidades, com especial atenção voltada para a Secretaria de Administração e Orçamento.

A Diretoria-Geral acompanhou, decidiu e monitorou os procedimentos de contratação previstos na Lei 8.666/93, realizando detida análise das dispensas de licitação e das fases interna e externa dos procedimentos licitatórios. Do mesmo modo, priorizou a valorização do corpo funcional,



com o fito de oportunizar o aprimoramento da gestão, tratar os riscos identificados e dirimir os impactos que possam impedir o alcance dos objetivos estratégicos do órgão.

As ações voltadas à sustentabilidade constituíram-se em prioridade da Diretoria-Geral, que atuou por meio do Núcleo do Plano de Logística Sustentável-PLS, ao qual incumbe contribuir para a valorização da cultura de preservação do meio ambiente, associada à melhoria da qualidade do gasto público. A dirigibilidade exercida pela Diretora-Geral na condução das ações foi fundamental à visibilidade do trabalho desempenhado pelo PLS.

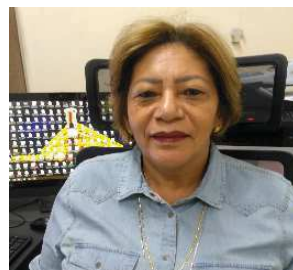
Tendo por norte a visão de futuro do TRE-AP e considerando cenários cada vez mais dinâmicos e com demandas mais exigentes, a Diretoria-Geral tem como maior desafio a otimização da utilização dos recursos disponíveis, mediante o estabelecimento de políticas e realização de análise do ambiente, de modo a prover o direcionamento dos gestores à melhoria contínua de desempenho com foco na eficiência dos processos de trabalho e produtividade. Dito isso, **DECLARO** que o plano de gestão deste Tribunal para o exercício 2018 atendeu à legalidade, transparência, confiabilidade das informações, eficácia, eficiência e economicidade dos gestores do TRE-AP.

Bela. Elinete Nunes Freitas
Diretora-Geral

Exercício a partir de 08 de março de 2019.



DECLARAÇÃO DA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO



A Secretária de Administração e Orçamento (SAO) integra a estrutura da Secretaria deste Tribunal, conforme dispõe o Regulamento da Secretaria, Resolução nº 406/2012, de 16/05/2012, com as atribuições de orientar e supervisionar as unidades que lhe são subordinadas; supervisionar a execução orçamentária e financeira, analisar e subscrever relatório de gestão fiscal a cada quadrimestre; emitir, em conjunto com o ordenador de despesa, as notas de empenho e ordens bancárias; subscrever, em conjunto com o rol de responsáveis do Tribunal, o Relatório de Gestão de Tomada de Contas; indicar os membros para compor a Comissão Permanente de Licitação e de Pregoeiros, bem como as Comissões Especiais de Licitação e Recebimento de Material; visar o inventário do material e permanente, o balanço anual do almoxarifado e o rol de responsáveis por bens e valores do Tribunal; indicar servidor para fiscalizar a execução de contratos. Compõe, ainda, a Comissão designada para implementar a Política de Gestão de Riscos nos processos de planejamento e execução administrativa, orçamentária e financeira sujeitando-se às orientações normativas da Unidade Setorial do TSE e à supervisão técnica dos respectivos Órgãos centrais.

O plano de elaboração e a execução do orçamento do TRE-AP adotam uma sistemática de participação das Unidades deste Regional, às quais competem planejar as despesas pertinentes às suas respectivas áreas de atuação, elaborando-se uma pré-proposta para aprovação do Comitê de Apoio à Gestão Orçamentária e de Aquisições, instituído pela Portaria nº 318/2016, e homologação final do Presidente, objetivando a adequação ao referencial monetário para assegurar o cumprimento do limite de gastos instituído pela emenda Constitucional nº 95/2016, sob a orientação desta Secretaria de Administração e Orçamento.

A influência do cenário político-econômico no orçamento com o advento da Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal para controle dos gastos públicos na esfera Federal, impactou os referenciais monetários das despesas primárias a partir do exercício de 2017 e a inscrição em Restos a Pagar, tornando premente a adoção de medidas de aprimoramento na alocação dos recursos públicos, como a implantação do Sistema de Gestão de Custos da Justiça Eleitoral - SIGEC, que viabilizará a melhoria da qualidade do gasto e a obtenção de informações para tomada de decisão nos diversos níveis hierárquicos, com vistas à eficiência, eficácia e efetividade, a fim de controlar o nível de crescimento das despesas e fomentar uma visão sistêmica da gestão voltada para resultados, permitindo a implementação dos projetos estratégicos, especialmente aqueles destinados à segurança da informação, melhoria dos serviços eleitorais e da infraestrutura, e



aqueles que apresentem redução de gastos, além de garantir os recursos necessários à manutenção administrativa do Órgão.

Na gestão orçamentária e financeira de 2018 destacam-se os resultados que impactaram positivamente o desempenho das metas tais como: a renovação do parque tecnológico da Sede do Tribunal e das Zonas Eleitorais do Estado com foco no objetivo estratégico de “Promover a melhoria dos serviços de TIC”; realocação de créditos para as reformas do Edifício-Sede dos Cartórios Eleitorais do Estado; a complementação da instalação do Sistema de Energia Fotovoltaica, investimento com foco em uma distribuição de energia sustentável em sintonia com as políticas governamentais, e socioambientais do TRE/AP e orientações do CNJ, bem como redução de custos.

A conformidade e a confiabilidade da gestão administrativa orçamentária, financeira e contábil estão fundamentadas nas informações extraídas dos sistemas gerenciais utilizados pela Justiça Eleitoral (SIAFI, SIGEPRO, SGRH), corroboradas pelas declarações dos demais gestores responsáveis. Ante o exposto, DECLARO que os padrões de gestão deste Tribunal atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

Bela. Dilma Célia de Oliveira Pimenta
Secretária de Administração e Orçamento



DECLARAÇÃO DO ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E DE GESTÃO ESTRATÉGICA



A Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica é unidade orgânica integrante da Presidência do TRE-AP e tem por finalidade assessorar a execução do planejamento estratégico institucional, coordenar o planejamento das eleições, acompanhar a execução das iniciativas e projetos estratégicos e o desempenho das metas estabelecidas, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos do TRE-AP e consequente cumprimento da missão institucional.

Compete à unidade assistir o Presidente na tomada de decisão relativa aos riscos estratégicos das unidades da Justiça Eleitoral no Estado. Também promove e dissemina a adoção de modernas práticas de gestão, notadamente relacionadas a projetos, processos, qualidade e atendimento, objetivando o desenvolvimento do pensamento e do planejamento estratégicos como instrumentos de atuação integrada das unidades do Tribunal.

No que se refere aos desafios e aos impactos, a ASPLAN diligencia esforços no sentido de levar o planejamento estratégico e o gerenciamento de riscos aos processos de trabalho das unidades do Tribunal, alcançando, deste modo, o alinhamento de cada atividade dentro da Organização com a estratégia. Nesse sentido, tem sido na medida do possível implementada gradativamente, dentro das unidades administrativas, as ações de desdobramento da estratégia, a implantação dos planos de tratamento de riscos, o mapeamento de processos de negócio, a racionalização alocativa da força de trabalho, a adoção de medidas de desburocratização e de promoção da inovação, que contribuem para o aumento de eficiência na geração de resultados, a partir da obtenção de ganhos de produtividade.

Ante o exposto, e consubstanciada pelas declarações de conformidade dos gestores responsáveis pelas unidades do TRE-AP, DECLARO o cumprimento satisfatório das metas contidas nos planos para o exercício, a legalidade dos atos, a confiabilidade das informações e a eficácia, eficiência e economicidade da gestão do TRE-AP para viabilizar e concretizar os objetivos estratégicos de gestão pública em alinhamento com o plano estratégico institucional.

Bel. Cláudio Henrique Guerra Xavier da Silva
Assessor de Planejamento e de Gestão Estratégica

**Gestão Orçamentária**

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, ao longo dos anos, vem aperfeiçoando o processo de planejamento e gestão orçamentária, objetivando otimizar a alocação dos recursos constantes na Lei Orçamentária Anual e Créditos Adicionais, buscando atingir o maior índice de execução em relação ao planejado.

A Lei Orçamentária Anual – LOA/2018 consignou ao Regional R\$ 49.708.868,00 (quarenta e nove milhões, setecentos e oito mil e oitocentos e sessenta e oito reais). As alterações realizadas na dotação inicial pautaram-se em créditos adicionais e remanejamento da dotação interna que garantiram as iniciativas constantes no planejamento institucional e melhor aproveitamento do orçamento, chegando a R\$ 57.575.620,00 (cinquenta e sete milhões quinhentos e setenta e cinco mil e seiscentos e vinte reais).

Além do orçamento ordinário necessário à manutenção das atividades normais, o TRE/AP contou com Provisão de Créditos pelo Tribunal Superior Eleitoral visando às Eleições Gerais de 2018, bem como para atender à descentralização do Contrato de Suporte à Infraestrutura de Tecnologia da Informação, no montante de R\$ 10.191.897,00 (dez milhões, cento e noventa e um mil e oitocentos e noventa e sete reais).

Entretanto, os limites de pagamentos impostos pelo Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016, levou o Tribunal a reestruturar os processos de planejamento e gestão orçamentária, bem como adotar medidas para a redução de despesas e adequação da estrutura orçamentária e financeira ao teto de gasto.

Em 2018, o TRE/AP recebeu crédito de R\$ 67.767.517,00. Desse total foram empenhadas R\$ 67.315.687,00 e pagos R\$ 66.501.507,00:



Quadro 04 – Créditos Recebidos

PROGRAMA 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União			
Funcional Programática	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	PAGO
0181 – Aposentadorias e Pensões	1.886.740,00	1.864.921,00	1.833.219,00
PROGRAMA 0570 – Gestão do Processo Eleitoral			
Funcional Programática	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	PAGO
20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na JE	13.928.167,00	13.923.200,00	13.467.599,00
2004 – Assistência Médica e Odontológica a Servidores	1.249.150,00	1.249.150,00	1.249.150,00
20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União	33.823.205,00	33.823.205,00	33.497.930,00
212B – Benefícios Obrigatórios aos Servidores	1.976.116,00	1.892.314,00	1.892.314,00
09HB – Contribuição da União, de suas Aut. e Fundações para o custeio do Reg. Previdência dos Servidores Públicos Federais	4.712.242,00	4.511.406,00	4.511.406,00
TOTAL	57.575.620,00	57.264.196,00	56.451.618,00
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITO – Provisão recebida do Tribunal Superior Eleitoral			
4269 – Pleitos Eleitorais	9.853.341,00	9.723.154,00	9.721.552,00
20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na JE	338.556,00	328.337,00	328.337,00
TOTAL	10.191.897,00	10.051.491,00	10.049.889,00
TOTAL GERAL	67.767.517,00	67.315.687,00	66.501.507,00



Em face das peculiaridades desta Justiça especializada, com competência específica de garantir a legitimidade do processo eleitoral, recebeu provisão para custear as Eleições Gerais/2018 no montante de R\$ 9.721.552,00 (nove milhões, setecentos e vinte e um mil e quinhentos e cinquenta e dois reais). Pode-se aferir o custo por eleitor dividindo-se os valores pagos na ação 4269 – Pleitos Eleitorais pelo número de eleitores.

Teçendo um paralelo às Eleições Gerais/2014, onde houve despesas nas ações 4269 – Pleitos Eleitorais e 7832 – Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor, no total de R\$ 7.883.885,00 (sete milhões, oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos e oitenta e cinco reais), conclui-se:

Quadro 05 – Custo por Eleitor - 2014 x 2018

Ano	Valor Pago (R\$)	Nº de Eleitores	Seções Eleitorais	Custo por Eleitor (R\$)
2014	7.883.885,00	486.484	1.5091	16,21
2018	9.721.552,00	511.829	1.712*	18,99
Aumento do Eleitorado: 5,21%				
Aumento de Custos do pleito 2014 para 2018: 23,31%				
Aumento de Seções Eleitorais (2014: 1.509; 2018: 1.712): 13,45%				

Importante destacar que, apesar do aumento do eleitorado de 2014 para 2018 em comparação com o aumento percentual de gastos com os pleitos, os custos de diversas despesas necessárias à realização das eleições não são influenciados diretamente pelo nº de eleitores, como por exemplo o número de Seções Eleitorais que passou de 1.509 em 2014 para 1.712 em 2018, representando um aumento de 13,45%, impactando diretamente nas despesas com a realização do pleito.



Quadro 06 - Execução da Despesa por Grupo e Elemento de Despesa

Unidade Orçamentária: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá - UO: 14128 - UGO:070029						
DESPESAS CORRENTES						
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquida		Valores Pagos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Pessoal						
319011 Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	28.828.260,55	27.534.937,26	28.828.260,55	27.534.937,26	28.828.260,55	27.534.937,26
319003 – Aposentados e Pensionistas	1.801.517,31	1.678.762,30	1.801.517,31	1.678.762,30	1.833.219,00	1.678.762,30
319113 Obrigações Patronais	4.636.814,02	4.387.595,55	4.636.814,02	4.387.595,55	4.636.814,02	4.387.595,55
Demais elementos do grupo	8.172.575,12	4.650.633,10	7.847.300,12	4.650.633,10	7.783.897,43	4.650.633,10
Total	43.439.167,00	38.251.928,21	43.113.892,00	38.251.928,21	43.082.191,00	38.251.928,21
3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
339039 Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica	11.724.995,09	5.210.426,31	11.276.398,18	5.210.426,31	11.276.398,18	5.210.426,31
339037 Locação de mão de obra	4.140.985,52	3.444.576,55	4.140.985,52	3.444.576,55	4.139.384,44	3.444.576,55
339046 Auxílio Alimentação	1.625.868,25	1.526.389,69	1.625.868,25	1.526.389,69	1.625.868,25	1.526.389,69
Demais Elementos do Grupo	3.089.389,14	2.276.876,82	3.089.389,05	2.273.907,68	3.082.385,13	2.273.907,68
Total	20.581.238,00	12.458.269,37	20.132.641,00	12.455.300,23	20.124.036,00	12.455.300,23
DESPESAS DE CAPITAL						
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquida		Valores Pagos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Investimentos						
449052 Equipamentos e Material Permanente	3.087.693,10	1.901.560,68	3.087.693,10	1.901.560,68	3.082.861,40	1.876.670,85
449039 Outros serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica	0,00	378.311,23	0,00	378.311,23	0,00	378.311,23
Demais elementos do grupo	207.587,90	351.416,64	207.587,90	351.416,64	212.419,60	351.416,64
Total	3.295.281,00	2.631.288,55	2.631.288,55	2.631.288,55	3.295.281,00	2.606.398,72
Total Global	67.315.687,00	53.341.486,00	66.541.814,00	53.338.517,00	66.501.508,00	53.313.627,00

Fonte: Tesouro Gerencial. Data da extração: 21 de março de 2019.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Execução orçamentária e financeira

A execução orçamentária e financeira no exercício 2018, com base nos créditos orçamentários consignados na LOA/18, créditos adicionais e remanejamentos internos, resultou em desembolsos na ordem de R\$ 66.501.508,00, conforme discriminação por grupo/elemento de despesa a seguir:

Pessoal e Encargos Sociais: do montante total, 64,78% referem-se a despesas com pessoal e encargos sociais, com destaque para os itens Pessoal e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, Aposentados e Pensionistas, Obrigações Patronais, com crescimento em relação ao exercício anterior de 5%, decorrente de implementação de parcelas de plano de cargos e salários, conforme a Lei nº 13.317/2016. Relativamente aos itens dos “Demais Elementos do Grupo”, verifica-se um acréscimo significativo em comparação a 2017, justificado pela provisão de R\$ 3.239.635, na ação Pleitos Eleitorais, para cobrir gastos com serviços extraordinários de servidores e gratificações de Juízes, resultante da realização das Eleições 2018.

Outras Despesas Correntes: o pagamento das despesas do grupo “Outras Despesas Correntes” totalizou R\$ 20.124.036,00, tendo como objetivo o desempenho das atividades administrativas, finalísticas e de suporte, dos quais R\$ 6.481,917 (32,20%) foram destinados às ações inerentes aos Pleitos Eleitorais 2018. Ressalte-se ainda que 56,03% do total desse grupo são relativos a gastos com Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica, com vistas a fazer face a contratações como: vigilância monitorada, fornecimento de energia elétrica, comunicações em geral, necessárias à manutenção e funcionamento das diversas unidades na Sede TRE/AP e Cartórios Eleitorais, a fim de alcançar os objetivos e metas estabelecidas.

Despesas de Capital: no que se refere a despesas de capital, o maior volume de aplicação de recursos foi no grupo/elemento de despesa Investimentos - Equipamentos e Material Permanente, impactando em R\$ 3.082.861,40 destacando-se a aquisição e instalação de sistemas de energia solar fotovoltaica - R\$ 1.111.633,00, substituindo parte do consumo fornecido, através de sistemas convencionais, por fonte renovável alternativa, com benefícios do ponto de vista socioambiental.

Ainda podemos registrar dentro desse grupo/elemento, o pagamento de equipamentos de informática – R\$ 1.005.220,00 e mobiliário – R\$ 425.429,00, em razão da ampliação da estrutura e/ou obsolescência e desgaste natural, a fim de propiciar boas condições de trabalho aos servidores e demais usuários da Justiça Eleitoral.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Desempenho orçamentário e financeiro

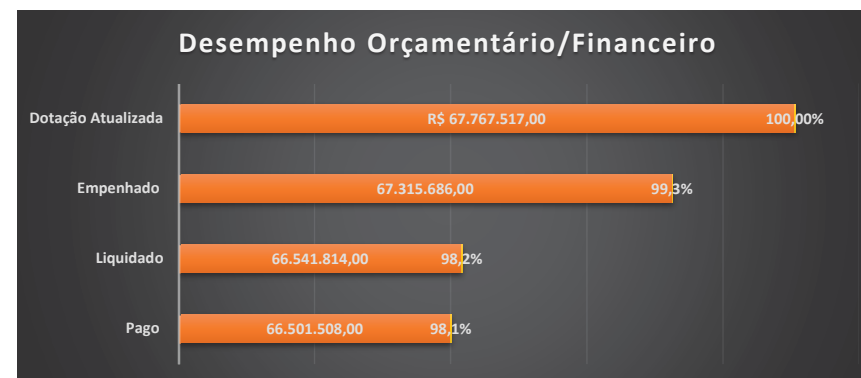
Sob o ponto de vista da eficácia, os objetivos e metas propostos pela administração foram atingidos, demonstrando responsabilidade na gestão. Apesar da limitação orçamentária não houve prejuízo que inviabilizasse a gestão. Desse modo, as ações contempladas na LOA/2018 e Créditos Adicionais foram executadas de forma satisfatória, atingindo os seguintes percentuais em relação à Dotação Atualizada (R\$ 67.767.517,00):

Quadro 07 - Desempenho orçamentário/financeiro

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO*					
Dotação Atualizada: R\$ 67.767.517,00					
Empenhado (R\$)	%	Liquidado (R\$)	%	Pago (R\$)	%
67.315.686,00	99,3%	66.541.814,00	98,2%	66.501.508,00	98,1%

*Fonte: Tesouro Gerencial. Data da extração: 10/01/2019. Publicado em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ap-resolucao-cnj-n-102-2009-anexo-ii-dezembro-2018>

Gráfico 03 – Desempenho Orçamentário/financeiro



Desempenho físico/financeiro

O Programa 0570 – Gestão do Processo Eleitoral contemplou ações com metas físicas definidas na Lei Orçamentária Anual - LOA/2018 possibilitando o diagnóstico de



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

eficiência e eficácia por meio de avaliações dos localizadores captados no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, a saber:

Quadro 08 – Indicadores do Desempenho Físico/Financeiro (Gestão do Processo Eleitoral)

Ação: 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral					
Plano Orçamentário: 0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa:					
Financeiro (R\$)		Físico (Eleitor Atendido)		Indicadores (%)	
Dotação Atual	Liquidado	Meta na LOA	Realizado ³	Eficiência	Eficácia
13.686.387,00	13.233.486,00	484.215	511.667	109,29	106

Plano Orçamentário 0002 - Capacitação de Recursos Humanos					
Financeiro (R\$)		Físico (Eleitor Atendido)		Indicadores (%)	
Dotação Atual	Liquidado	Meta na LOA	Realizado	Eficiência	Eficácia
241.780,00	241.117,00	161	161	100,27	100

Ação: 212B – Benefícios Obrigatórios aos Servidores					
Plano Orçamentário: 0001 – Assistência Pré-Escolar					
Financeiro (R\$)		Físico (Pessoa Beneficiada)		Indicadores (%)	
Dotação Atual	Liquidado	Meta na LOA	Realizado	Eficiência	Eficácia
276.804,00	264.468,00	33	34	107,84	103

Plano Orçamentário 0005 – Auxílio-Alimentação					
Financeiro (R\$)		Físico (Pessoa Beneficiada)		Indicadores (%)	
Dotação Atual	Liquidado	Meta na LOA	Realizado	Eficiência	Eficácia
1.652.356,00	1.625.868,00	137	150	111,27	109



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Indicadores orçamentários - perdas orçamentárias e execução planejada

O Planejamento Estratégico do Tribunal para o período de 2016 a 2021 contempla diversos indicadores que sinalizam o desempenho da organização em relação ao alcance da visão de futuro, e metas que quantificam o resultado almejado no Plano Estratégico. O Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e de Custos se traduz em um Objetivo Estratégico perseguido pela Gestão, visando o aprimoramento da prestação jurisdicional.

O indicador “Perdas Orçamentárias” tem como meta reduzir em dois pontos percentuais a perda orçamentária de 2014, a cada ano, até atingir o desempenho de 9% e manter o índice.

Já o indicador “Aderência da Execução ao Planejamento Orçamentário” tem como meta melhorar o desempenho em 5%, a cada ano, até atingir 80%, e manter o índice.

Referidos indicadores dizem respeito às Despesas Discricionárias, cujo crédito orçamentário está contemplado na ação 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, conforme apuração a seguir:

Quadro 09 - Perdas Orçamentárias e Aderência da Execução ao Planejamento Orçamentário

INDICADOR	META	DESEMPENHO
Perdas Orçamentárias	9%	0,013%
Aderência da Execução ao Planejamento Orçamentário	80%	76%

Notas:

1. Considerada a ação 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral;
2. Para os indicadores de Perdas Orçamentárias, busca-se atingir o menor percentual;
3. A Aderência ao Planejamento (Execução Planejada) corresponde à parcela do valor empenhado em conformidade com o Planejado – SIGEPRO. O indicador é aferido com base no “Plano Interno – PI”, que define a finalidade do gasto;
4. A base de cálculo para aferir a aderência corresponde à dotação atualizadas na ação 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, deduzindo-se do Crédito Adicional no valor de R\$ 1.523.000,00, cuja fonte de recursos foi oferecida pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Em razão do Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016 e em conformidade com o critério adotado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, foi estipulado a esta unidade Gestora o limite de pagamento para o exercício sob análise, impondo ações de contenção de gastos das despesas discricionárias,



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

exigindo readequação das despesas e maior rigor no acompanhamento da execução planejada e das perdas orçamentárias.

Dentre as medidas de gestão adotadas destaca-se o redimensionamento de contratos de despesas continuadas; redução de despesas que envolvem manutenção do órgão; incentivo de práticas sustentáveis nas aquisições e contratações, que geram redução de custos e reduzem o impacto negativo das atividades do Tribunal no meio ambiente; restrição de iniciativas que ultrapassem o exercício financeiro e que gerem ampliação de despesas, culminando no atingimento das metas estabelecidas no Indicador “Perdas Orçamentárias”.

Quanto ao Indicador “Aderência da Execução ao Planejamento Orçamentário”, as alterações ocorridas nas despesas planejadas foram determinantes para o não atingimento da meta estabelecida, mas necessária para se alcançar os objetivos da Gestão.

Transparência na gestão orçamentária e financeira

Durante o exercício o Tribunal adotou medidas visando tornar público em seu site eletrônico informações referentes à gestão orçamentária, financeira e fiscal, através do ícone intitulado Portal Transparência, que se transformou em importante instrumento de gestão ao disponibilizar ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, mediante acesso a qualquer pessoa física ou jurídica, informações importantes sobre o tema:

Gestão Fiscal: em atenção ao disposto no artigo 55, inciso I, alínea “a” da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal Unidade, a Unidade Prestadora de Contas publicou no Diário Oficial da União e na internet o Relatório de Gestão Fiscal, através do Demonstrativo da Despesa com Pessoal, objetivando o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF que são definidos em percentuais da Receita Corrente Líquida (RCL).

- Disponível em <http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/gestao-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal>

Execução orçamentária e financeira: em cumprimento às Resoluções do Conselho Nacional de Justiça - CNJ nº 195/2004 e 102/2009, por meio das informações extraídas do SIAFI a o TRE/AP disponibilizou demonstrativos da execução das ações consignadas no orçamento de 2018, bem como tornou público a sua Proposta Orçamentária Anual e a Lei Orçamentária Anual - LOA/2018, possibilitando a divulgação, em tempo real, das atividades do Órgão, alusivas à gestão orçamentária e financeira, disponíveis na internet, em ícone intitulado Portal da Transparência.

- Disponível em:

<http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/execucao-orcamentaria-e-financeira/execucao-orcamentaria-e-financeira>

<http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/relatorios-cnjl/relatorios-cnjl-1>

¹ Disponível em <http://intranet.tre-ap.jus.br/eleicoes/eleicoes-2014/planejamento-sti>

² Disponível em <http://intranet.tre-ap.jus.br/adm-portal/arquivos/sti-planejamento-da-para-eleicoes-2018-anexo-ii>

³ Considerado o eleitorado de novembro/2018 (511.667) – último mês fechado. Disponível em 10/01/2019 no endereço eletrônico <http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado/consulta-quantitativo>



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Gestão de pessoas

Para assegurar a conformidade com a Lei 8.112/90 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o TRE-AP observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo TSE, TCU, CNJ, além daquelas que edita.

Apontamentos dos Órgãos de Controle

Acompanha-se as diligências e apontamentos dos órgãos de controle (TCU e CNJ), para os quais são ultimadas as providências visando o atendimento integral.

Quadro 10 - Diligências recebidas do TCU/CNJ e providência adotadas

Índicio de irregularidade	Descrição	Providências adotadas
Auxílio-alimentação	Recebimento de auxílio-alimentação em mais de uma fonte pagadora: Tribunal Regional Eleitoral, Rubrica Auxílio-Alimentação R\$ 884,00; Secretaria de Estado da Administração, Rubrica Auxílio-Alimentação R\$ 458,00.	O servidor foi devidamente notificado para apresentar manifestação. Os esclarecimentos apresentados foram devidamente registros no Sistema E-Pessoal – TCU.
Servidor: sócio; gerente; administrador de empresa privada	Servidor qualificado como sócio-gerente ou administrador na LIGA ACADEMICA DE CIRURGIA DO AMAPÁ (CNPJ: 23715405000101)	O servidor foi devidamente notificado para apresentar manifestação. Os esclarecimentos apresentados foram devidamente registros no Sistema E-Pessoal – TCU.
Excesso de jornadas de trabalho	Incompatibilidade de jornada em vínculos empregatícios: Técnico Judiciário – Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (jornada considerada: 35h); Cozinheiro Geral – F Souza de Castro ME – Empresário (Individual) – Macapá (AP) (jornada considerada: 44h)	Foi verificado que a pessoa indicada pelo TCU não pertence ao quadro de servidores do TRE-AP.
Acumulação irregular de cargos	Acumulação irregular de vínculos empregatícios na Administração Pública: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá e Gabinete do Governador do Estado do Amapá	O servidor foi devidamente notificado para apresentar manifestação. Os esclarecimentos apresentados foram devidamente registros no Sistema E-Pessoal – TCU.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Indicadores de Conformidade

A avaliação de conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada por meio de indicadores. Os responsáveis pelos órgãos e pelas unidades pagadoras declaram anualmente a observância das normas e o cumprimento dos tópicos indicados.

Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda

No ano de 2018, todos os servidores entregaram a Declaração de Bens e Renda ou autorizaram seu acesso, nos termos da Lei 8.730/93 e Instrução Normativa TCU 67/2011.

Controle e Acompanhamento dos registros de informação no Sistema Integrado de Admissões e Concessões – SISAC

Em 2018, houve a concessão de aposentadoria e pensão civil, as quais foram devidamente registradas no SISAC, na forma da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Atendimento das determinações dos órgãos de controle

As determinações e recomendações oriundos dos órgãos de controle (TCU e CNJ) são acompanhadas e observadas por este Tribunal, na medida da sua aplicabilidade à Justiça Eleitoral.

Acompanhamento dos processos instruídos a título de Reposição ao Erário

Todos os valores pagos indevidamente aos servidores, magistrados, aposentados e beneficiários de pensão civil foram objeto de processo visando a reposição dos valores ao Erário, nos termos de regulamentação interna (Res. TRE-AP 495/2017).

Acompanhamento de concessões, licenças, frequência e benefícios

Todos os pedidos de concessão de licenças e benefícios são processados e analisados pelas unidades técnicas responsáveis do Tribunal.

Acompanhamento da frequência e carga horária

Mensalmente é feito o acompanhamento e controle da frequência dos servidores, efetuando-se o respectivo desconto em folha de pagamento no caso de inconsistências.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Avaliação da Força de Trabalho

A força de trabalho do TRE-AP é composta de servidores efetivos, requisitados, cedidos e ocupantes de cargo em comissão sem vínculo com a Administração Pública. O quadro de pessoal efetivo da Justiça Eleitoral é constituído por servidores ocupantes dos cargos de Analista Judiciário (NS) e Técnico Judiciário (NM). Os cargos são estruturados nas seguintes áreas de atividade, nos termos da Lei 11.416/2006: área judiciária, área de apoio especializado e área administrativa.

Os servidores requisitados que prestam serviço neste Tribunal têm sua requisição fundamentada na Lei 6.999/1982, Resolução TSE 23.527/2017 e Ac. TCU 199/2011 – Plenário. A requisição se assenta no diminuto quadro de servidores efetivos.

Abaixo, dados extraídos do SGRH.

Gráfico 04 – Distribuição de servidores por faixa salarial





Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Gráfico 05 – Distribuição de servidores por gênero

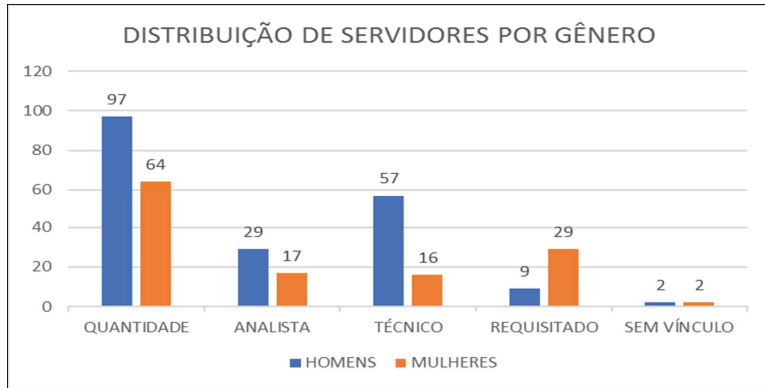
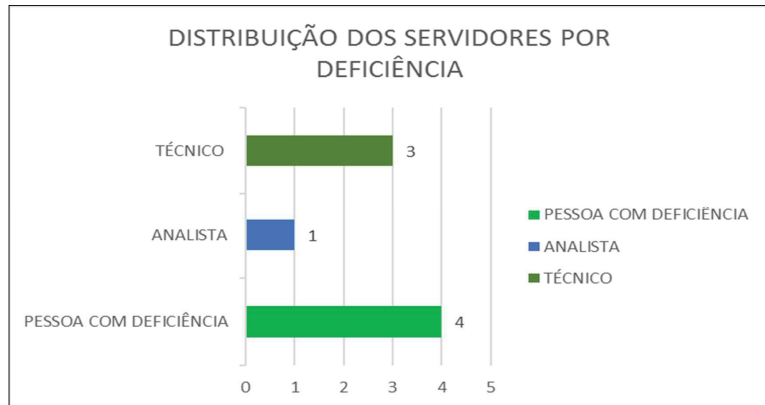


Gráfico 06 – Distribuição de servidores por deficiência



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Gráfico 06 – Distribuição de servidores por raça/cor

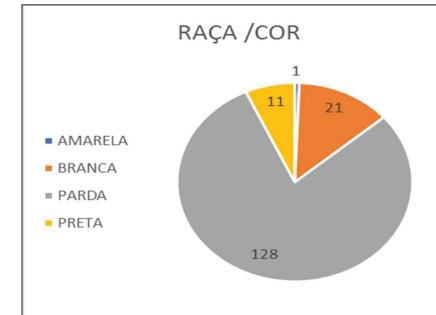


Gráfico 07 – Distribuição de servidores por faixa etária

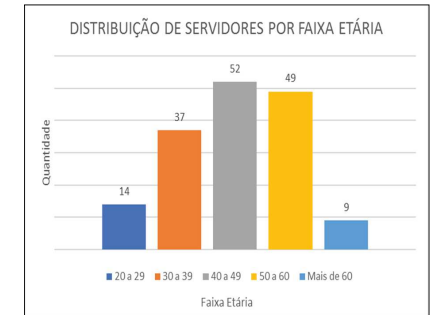
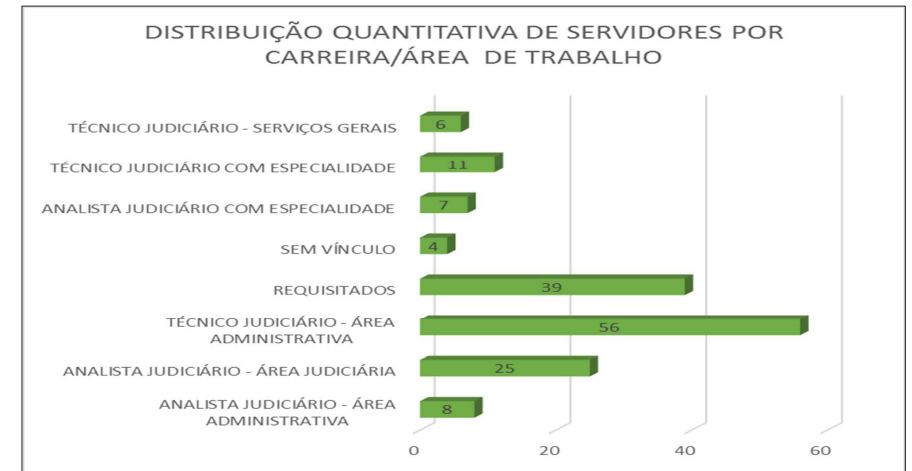


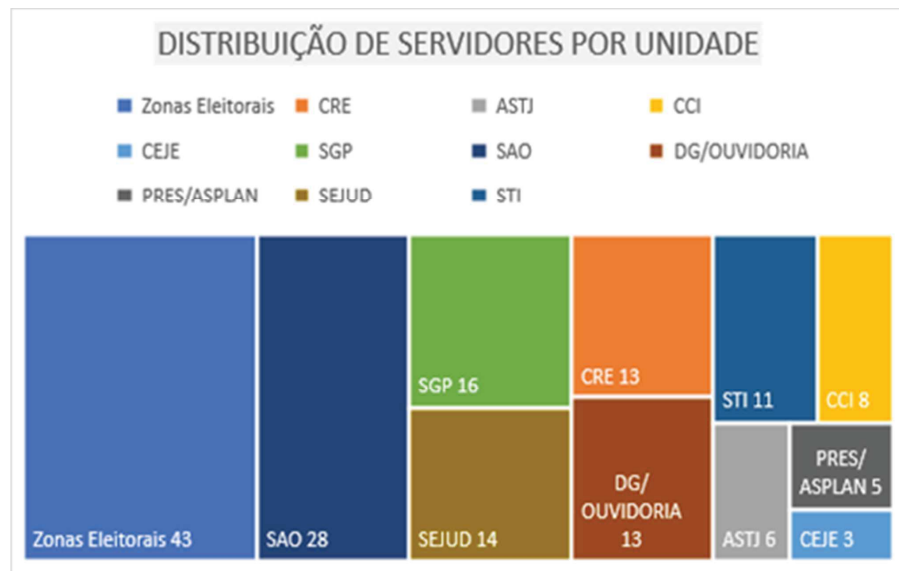
Gráfico 08 – Distribuição Quantitativa de servidores por carreira





Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Gráfico 09 – Distribuição de Servidores por unidade



Estratégia de Recrutamento e alocação de pessoas

O recrutamento externo da Justiça Eleitoral Amapaense é realizado através de concurso público, atendendo o regramento previsto na Constituição Federal de 1988, Lei 8.112/1990 e Resolução do TSE nº 23.391/2013.

O último concurso foi realizado em 2015, com ofertada 6 vagas imediatas, sendo 2 (duas) vagas para o cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária e 4 (quatro) vagas para Técnico Judiciário – Área Administrativa. Houve também outras opções de cargos para cadastro de reserva.

O recrutamento, quantitativamente, baseou-se no número de cargos vagos, bem como nas projeções do quadro de pessoal. Já nos aspectos qualitativos, a definição do programa dos conteúdos abordados na prova do concurso buscou selecionar servidores com competências que atendessem a complexidade da atividade da Justiça Eleitoral Amapaense.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Em relação ao recrutamento interno, o Tribunal não tem definidas, em suas normas internas, além de formações específicas, exigências de competências que melhor se enquadrem aos cargos comissionados e funções de confiança. Entretanto, há processo (PA nº 29-04.2016 – Classe 26, Protocolo nº 8.741/2015) tramitando no Órgão que trata da implantação da seleção por competência para assunção de cargos em comissão e funções comissionadas.

Em se tratando de remoção e alocação, o método é baseado, respectivamente, na antiguidade (Instrução Normativa nº 13/2018) e nos claros de lotação. Entretanto, houve em 2017 uma experiência de alocação baseada na gestão por competência.



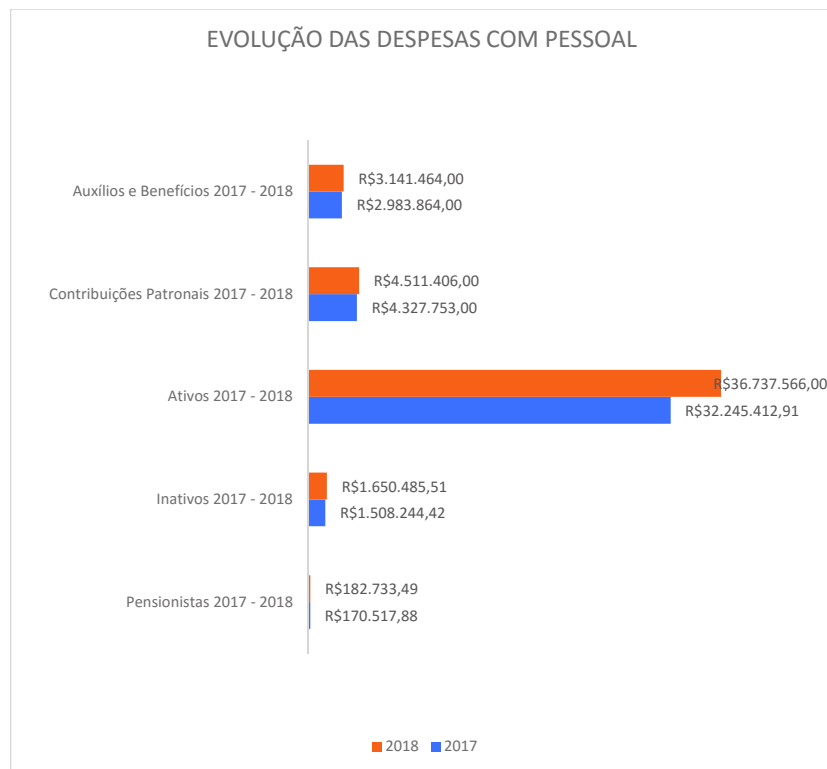
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Detalhamento da Despesa de Pessoal

A despesa de pessoal na Justiça Eleitoral é peculiar à sua natureza. Há de se diferenciar os anos eleitorais dos não eleitorais. Em 2018, O Tribunal teve um aumento de despesa com pessoal em relação à 2017 por, entre outros motivos, eleições gerais (diárias, pagamento de serviços extraordinários, gratificações de membros da Corte, Juízes e Promotores Eleitorais) e alteração no Plano de Cargos e Salários, Lei 11.416/2016, que reajustou a remuneração dos servidores da Justiça Eleitoral.

Abaixo, dados extraídos do SGRH/TESOURO GERENCIAL.

Gráfico 10 – Evolução das Despesas com pessoal



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia

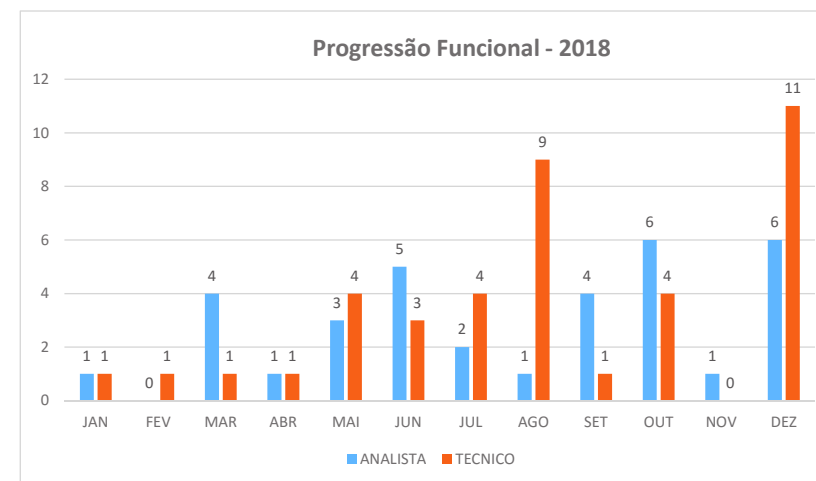
Avaliação de Desempenho

Não realizamos Avaliação de Desempenho que gere impacto na gratificação do servidor. Entretanto anualmente é realizado a avaliação utilizando a Gestão por Competencia com o objetivo de subsidiar as prioridades do Programa Anual de Capacitação (PAC).

Progressão Funcional

Todo mês é realizado o processo de progressão/promoção funcional com a participação de todos os servidores ativos que não se encontram no topo do cargo, os quais são submetidos à avaliação de desempenho com o intuito de avaliar o desenvolvimento funcional dentro da carreira a que pertencem. Esse processo ocorre ao final da data que o servidor completou seu interstício, através de 2 (dois) formulários. Um formulário é preenchido pelo chefe imediato e o outro pelo próprio servidor.

Gráfico 11 – Progressão Funcional - 2018





Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

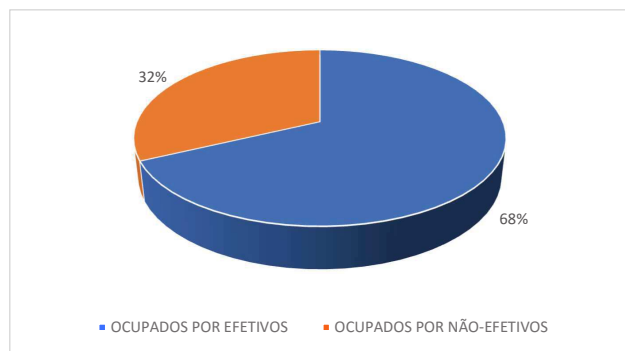
Estágio Probatório

No ano de 2018, 4 (quatro) servidores concluíram o estágio probatório, adquirindo a estabilidade e passando a fazer jus há uma série de benefícios, dentre eles: Licença Para Interesse Particular, Licença Capacitação etc.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupado por Servidores Efetivos e Igualdade de Oportunidade no TRE-AP

Os cargos gerenciais (cargos em comissão) são regulamentados pela Lei 11.416/2006, cuja norma define o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) destinados a servidores do quadro de pessoal do TRE-AP.

Gráfico 12 – Ocupação de Cargos Comissionados por Efetivos e não efetivos -



Capacitação

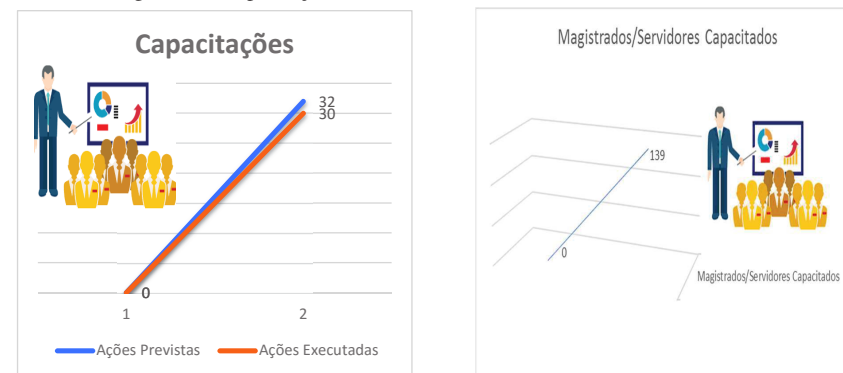
Estratégia e Números

O PAC é uma das ferramentas utilizadas pelo TRE/AP para que se alcance o objetivo estratégico. A elaboração do PAC é baseada no Programa Gestão por Competências e atua em 3(três) grupos de competências (organizacionais, gerenciais e específicas), todas alinhadas ao planejamento estratégico. Em 2018 foram realizadas 30 ações das 32 previstas, capacitando 139 colaboradores entre magistrados e servidores.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Figura 08 – Capacitações realizadas



Problemas e desafios enfrentados na gestão de pessoas e detectados pela organização e ações futuras

A Gestão de Pessoas vai além de uma unidade, integra toda a organização, pois se trata de liderança, motivação, comunicação - elementos indissociáveis de uma boa gestão – e envolve todos os processos de gestão de pessoas: planejamento, agregação, recompensação, desenvolvimento, aplicação, manutenção e monitoramento de pessoas. Destarte, a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) é instrumento que auxilia a organização naquelas atividades, bem como sugere melhorias visando a excelência da gestão nesta Corte.

Uma das principais ferramentas utilizada pela SGP é a pesquisa de clima organizacional. A última pesquisa foi realizada em 2018 e demonstrou alguns fatores que impactam negativamente a organização, um deles é reconhecimento institucional dos servidores. Nesse sentido, a SGP buscará, através de uma gestão técnica, sugerir a implantação de melhorias como a seleção por competências para cargos comissionados e funções de confiança, bem como a regulamentação de um programa de substituição e sucessões baseado na gestão por competência. Outras ações de grande importância são a regulamentação da política de gestão de pessoas e dos seus subsistemas; elaboração de um plano que priorize a continuidade da boa administração nas transições de gestão da Corte; e a criação do Comitê de Gestão de Pessoas, aspecto relevante para a governança.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Gestão de Licitações e Contratos

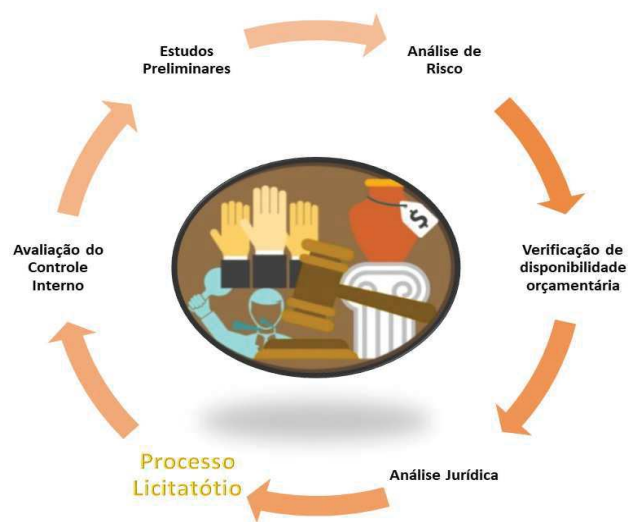
Conformidade legal

Os procedimentos licitatórios são iniciados após realização de estudos técnicos preliminares e análise de riscos pelas unidades requisitantes, submetidos à disponibilidade orçamentária junto à Coordenadoria de Orçamento e Finanças, e análise jurídica pela Assessoria Jurídica, como medidas prévias à licitação.

Após a realização do certame, em momento que antecede à homologação, os procedimentos passam por avaliação pelo Controle Interno do órgão; tais medidas asseguram a conformidade das contratações com as normas aplicáveis (Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, IN 05/2017 - SEGES/MP, IN 04/2014 SEGES/MP).

Dessa forma, as avaliações de conformidade são realizadas em vários momentos, por unidades distintas, entre o início do processo de licitação e sua conclusão com a emissão do contrato.

Figura 09 – Fluxo das licitações



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Contratações mais relevantes

As contratações mais relevantes realizadas estão associadas aos objetivos estratégicos da instituição, especialmente quando se observam as perspectivas da 'sociedade' e 'aperfeiçoamento da gestão', descritos na Estratégia da Justiça Eleitoral do Amapá <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ap-estrategia-da-justica-eleitoral-do-amapa-2016-2021>

- **Satisfação dos clientes externos:** (eleitores, candidatos, partidos e advogados): Materializada pelas contratações de obras e serviços de engenharia na sede do TRE/AP e Zonas Eleitorais, bem como, aquisição de mobiliário para substituição das mobílias antigas que já se encontravam com elevada depreciação, e fora dos padrões de ergonomia constantes na Norma Regulamentadora 17. Essas medidas contribuem para a formação de ambientes adequados visando aprimorar continuamente o atendimento ao público externo.
- **Responsabilidade socioambiental:** No exercício 2018 a UJ promoveu ações de investimentos de capital, com aquisição de mais sistemas de geração de energia fotovoltaica. Além de redução do impacto ambiental, a aquisição trouxe consequências financeiras para o órgão, com diminuição significativa dos custos com energia elétrica. Estima-se economia anual no valor de R\$ 251.000,00, podendo ser ampliada, tendo em vista a observação dos faturamentos mais recentes (redução de aproximadamente 35% e 24% nas contas de janeiro e fevereiro/2019, quando comparadas com o mesmo período em 2018).
- **Perdas orçamentárias:** O acompanhamento do orçamento é realizado periodicamente pelas unidades responsáveis, com antecedência hábil antes do encerramento do exercício, de modo que as contratações estimativas são continuamente adequadas à efetiva execução, prevenindo dessa forma, perdas orçamentárias significativas e impactantes nos orçamentos futuros.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

- **Aderência da execução ao planejamento orçamentário:** As licitações e contratações são previamente alinhadas com o planejamento anual de contratações/aquisições do órgão, e todos os procedimentos licitatórios são precedidos de disponibilidade orçamentária, garantindo a efetiva existência de recursos para a despesa pretendida.
- **Agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços:** Duração média de tramitação dos processos de contratação de serviço terceirizado com postos de trabalho residentes de 3,5 meses. Tramitação média de contratação de obras e serviços de engenharia, e aquisição de materiais de consumo/TI 1,5 meses.

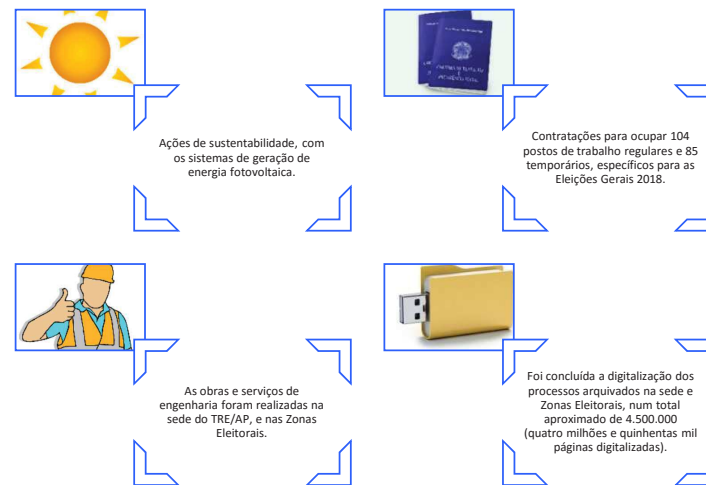
Quadro 11 – Principais contratações

PRINCIPAIS TIPOS DE CONTRATAÇÕES 2018	LICITAÇÕES REALIZADAS
Obras e serviços de engenharia	16
Aquisição de combustível	10
Outros materiais de consumo	5
Serviço terceirizado com postos de trabalho residentes	1
Aquisição de sistemas de energia fotovoltaica (sustentabilidade)	1
Serviços terceirizados sem postos residentes	1
Contratações para as Eleições Gerais	8
Seguros / planos de saúde	3
Serviços / materiais TIC	6
TOTAL	51



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Figura 10 – Contratações em destaque



Os gastos relacionados referem-se às principais contratações executadas no exercício 2018 para o funcionamento das atividades institucionais.

Destacam-se as contratações de terceirizados residentes, com 104 postos de trabalho regulares, e 85 postos de trabalho temporários específicos para as Eleições Gerais 2018.

As obras e serviços de engenharia foram realizadas na sede do TRE/AP, e nas Zonas Eleitorais da capital (2ª e 10ª ZE) e do interior do Estado (1ª ZE - Amapá, Posto Avançado de Calçoene, 4ª ZE - Oiapoque, 5ª ZE - Mazagão, 6ª ZE - Santana, 7ª ZE - Laranjal do Jari, Posto Avançado de Vitória do Jari, 8ª ZE - Tartarugalzinho, 11ª ZE - Pedra Branca do Amapari, Posto Avançado de Serra do Navio, 12ª ZE - Porto Grande, Posto Avançado de Ferreira Gomes).

Foi concluída a digitalização dos processos arquivados na sede e Zonas Eleitorais, num total aproximado de 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil páginas digitalizadas).

Relevância também para as ações de sustentabilidade, com os sistemas de geração de energia fotovoltaica. Em 2016 foi implantada a 1ª etapa na 10ª ZE - Macapá. Em 2017 nas seguintes unidades: 1ª ZE - Amapá, 12ª ZE - Porto Grande, Posto Avançado de Ferreira Gomes, 8ª ZE - Tartarugalzinho, 7ª ZE - Laranjal do Jari, Posto Avançado de Vitória do Jari. Em 2018



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

o sistema de geração de energia limpa foi instalado na sede do TRE/AP, 2ª etapa 10ª ZE - Macapá e 6ª ZE - Santana. Não haverá implantação do sistema na 4ª ZE - Oiapoque, 5ª ZE - Mazagão, 8ª ZE - Tartarugalzinho, 11ª ZE - Pedra Branca do Amapari, e Posto Avançado de Serra do Navio, porque considera-se que a energia gerada nas unidades instaladas compensará as demais demandas.

Quadro 12 – Gastos com contratações mais relevantes

GASTOS COM CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES	
Obras/serviços de engenharia sede	R\$ 247.483,82
Obras/serviços de engenharia Zonas Eleitorais	R\$ 961.074,28
Sustentabilidade (energia fotovoltaica) 2016/2017/2018	R\$ 2.417.212,77
Serviços terceirizados/postos de trabalho residentes (limpeza, serviços gerais, manutenção predial, jardinagem, condução de veículos, agentes de portaria, manutenção de urnas, desenvolvimento de sistemas, assessoria de comunicação, assessoria engenharia civil, técnicos de informática)	R\$ 4.512.412,60
Aquisição de mobiliário	R\$ 731.114,79
Outros serviços/aquisições (energia, água e esgoto, vigilância eletrônica, manutenção de elevadores, manutenção de copiadoras, manutenção de centrais de ar, correios, lavanderia, operação sistema de som e vídeo, pesquisa banco de preços, consultoria jurídica, chaveiro, imprensa nacional, carimbos, combustível, manutenção de veículos, rastreamento de veículos, seguro de veículos, manutenção geradores, telefonia, internet, telecomunicações VSAT, digitalização de arquivos, estagiários, plano de saúde, passagens aéreas)	R\$ 4.398.580,32

Contratações diretas

Foram realizadas 64 contratações diretas. Em termos de quantidade de procedimentos, a maior parte refere-se a inexigibilidades decorrentes de ações de capacitação. Sob o aspecto financeiro, cerca de 50% das demais inexigibilidades são representadas pela aquisição de combustível para a demanda de Eleições Gerais nas Zonas Eleitorais do interior do Estado, em razão da existência de único fornecedor. As dispensas de licitação em razão do valor foram, em média, abaixo de R\$5.000,00 cada, num total de 19 contratações.

Quadro 13 – Contratações diretas

CONTRATAÇÕES DIRETAS	PROCESSOS	VALOR
Inexigibilidade (capacitação)	25	R\$ 124.307,62
Inexigibilidade (outros)	14	R\$ 329.264,73
Dispensa em razão do valor (art. 24, II, Lei 8.666/93)	19	R\$ 92.814,99
Dispensa por licitação deserta (art. 24, V, Lei 8.666/93)	4	-
Dispensa (outros)	2	-



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Principais desafios e ações futuras

O foco no planejamento e nas ações de controle vem proporcionando contratações mais seguras, no que diz respeito à seleção do fornecedor e definição de requisitos exigidos para a execução dos contratos. Entretanto, um dos grandes desafios é formar equipes de fiscalização mais comprometidas com a gestão e com o efetivo acompanhamento dos serviços/aquisições, tendo em vista que a fiscalização é cumulada com as atribuições ordinárias dos agentes envolvidos, somado ao reduzido quadro de pessoal qualificado, o que impõe a determinados servidores a sobrecarga de fiscalizar mais de uma contratação.

Por sua vez, o contingenciamento orçamentário vem exigindo contínua adaptação das unidades contratantes para manter a qualidade dos serviços prestados com aplicação de menos recursos financeiros.

Com a implementação do SEI, a unidade de gestão de contratações está utilizando a ferramenta para gradativamente envolver as respectivas equipes de fiscalização em cada processo de trabalho de seu interesse, de modo que as informações e a efetiva gestão do contrato sejam compartilhadas simultaneamente para todos os interessados a fim de minimizar ocorrências negativas, buscando a eficiência administrativa em cada objeto contratado.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Conformidade legal

Está UJ com o objetivo de maximizar os recursos disponíveis e prestar o melhor retorno social busca executar uma prestação de serviços aos cidadãos em geral com ótimo atendimento; e para tanto proporciona aos seus colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) e usuários (leitores e público em geral) condições adequadas de trabalho utilizando-se das premissas contidas nas normas que regulam a esfera da gestão patrimonial (Lei 4320/64, NR 17 – ergonomia, IN 001/2016-TRE/AP).

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos)

Dentre os investimentos realizados no ano de 2018, os mais relevantes foram:

(1) **a aquisição de geradores de energia solar** (fotovoltaicos) no valor de R\$ 1.111.663,03 (um milhão, cento e onze mil, seiscentos e sessenta e três centavos). Instalados na Sede do Tribunal (geração de 155,10 Kwp), na 6ª zona Eleitoral (geração de 59,40 Kwp) e 10ª Zona Eleitoral (geração de 50 Kwp).

Estes investimentos, além de seguir com o nosso objetivo de procurar minimizar os impactos ambientais gerados pelas nossas atividades, tem uma estimativa de gerar uma economia de R\$ 151.992,00 anuais, que somada com a dos equipamentos anteriormente adquiridos estima-se economizar somente com esses equipamentos o valor de R\$ 251.022,00 anuais;

(2) **a aquisição de mobiliário em geral do prédio anexo da UJ**, que totalizou um montante de R\$ 775.332,27 (setecentos e setenta e cinco mil, trezentos e trinta e dois reais e vinte e sete centavos), foi necessária visto que a maioria dos móveis já tinha mais de 20 (vinte) anos de uso, com parte deles já com toda a depreciação contabilizada estando, assim apenas com valor residual; além disso por terem sido adquiridos a mais de duas décadas não se apresentavam nos padrões de ergonomia exigidos pela NR 17 (Ministério do trabalho, que trata da ergonomia).

Buscou-se com isso melhorar as condições de trabalho para nossos colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) evitando-se possíveis problemas de saúde



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

futuros além do aumento da produtividade vindo automaticamente com a melhoria dos equipamentos;

(3) **a aquisição de equipamentos de informática** foi no valor de R\$ 695.000,00 (seiscentos e noventa e cinco mil reais) e **em softwares** totalizou o valor de R\$ 152.003,00 (cento e cinquenta e dois mil e três reais), totalizando R\$ 847.003,00 (oitocentos e quarenta e sete mil e três reais), para garantir a infraestrutura tecnológica adequada às atividades judiciais, administrativas e eleitorais, tanto da Sede do Tribunal como das Zonas Eleitorais, renovando o parque computacional.

Assim como a aquisição de software, para modernizar o conjunto de licenças de software utilizados pela Seção Desenvolvimento de Sistemas, objetivando suportar as demandas de responsabilidade da unidade.

Desfazimento de ativos

Os desfazimentos realizados em 2018 totalizaram R\$ 66.934,97 (valor Bruto), porém a depreciação acumulada desses bens atingiu a cifra de R\$ 45.299,72, restando como valor líquido o montante de R\$ 21.635,25. Tais baixas foram resultado de intenso trabalho de avaliação de bens para verificar as reais necessidades da UJ e a determinação do estado físico dos mesmos, que se encontravam nas mais diversas situações: bens irrecuperáveis e ociosos na grande maioria.

Assim, com as baixas efetivadas foram realizadas doações a escolas, postos de saúde, centros de referências de assistência social, igrejas, etc.

Vislumbramos com isso a possibilidade de maximização da aproveitabilidade dos bens, além de atender a um fim social para bens que não nos atendiam mais, que foram reaproveitados por outras instituições.

Locação de imóveis e equipamentos

Esta UJ não tem equipamentos ou imóveis locados

Mudanças e desmobilizações relevantes

Não houveram no ano de 2018.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Gestão da Tecnologia da Informação

Perspectiva recursos

Esta perspectiva representa o fortalecimento do Tribunal Regional Eleitoral ao Amapá através da interação dos recursos de Gestão de Pessoas (competências e capacidades), Orçamento (planejamento, execução e aderência) e Infraestrutura e Tecnologia (recursos físicos e de TI).

Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI

O objetivo estratégico de Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI visa garantir a confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

Visa também garantir mecanismos de Governança e Gestão de TI que contribuam para que o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá atenda sua missão institucional, através da alocação e otimização dos recursos necessários para atingimento desse objetivo.

Neste tema, as principais iniciativas realizadas foram o mapeamento dos processos Gestão de Contratos e Tecnologia da Informação e do processo de Elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação. Este processo contribuirá para que a unidade possa elaborar e revisar o seu Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação dentro de um padrão pré-estabelecido, de acordo com as necessidades e realidade do Tribunal.

Em 2018 também foram iniciadas as minutas das Resoluções de Governança e da Política de Gestão de Riscos do TRE-AP. O primeiro é parte de um esforço conjunto dos gestores do TRE-AP com o intuito de melhorar e definitivamente implantar a Governança Corporativa do Tribunal. O último, além desses objetivos, posteriormente será utilizado para o desenvolvimento de metodologia para gestão de riscos otimizada para o TRE-AP, com modelos a serem seguidos pelas unidades do Tribunal.

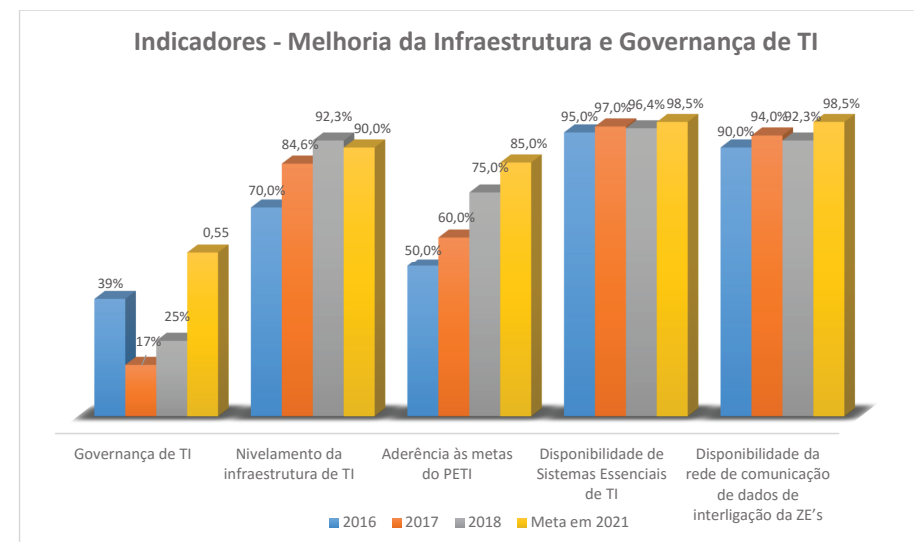


Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Indicadores, avaliação, monitoramento e justificativas dos resultados para Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI

Para o objetivo estratégico Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI foram definidos seis indicadores, cujas metas devem ser alcançadas e mantidas até 2021, conforme quadro evolutivo de acompanhamento dos indicadores a seguir.

Gráfico 13 – Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI



Os indicadores *Aderência às Metas do PETI*, *Disponibilidade de Sistemas Essenciais de TI* e *Disponibilidade da Rede de Comunicação de Dados de Interligação de ZE's* estão evoluindo em direção ao atingimento das metas definidas em 2021.

Através de contratação de recursos tecnológicos de infraestrutura de TI (computadores, monitores etc.) alcançou-se, já em 2018, a meta do indicador *Nivelamento da Infraestrutura de TI*.

O indicador *Governança de TI* visa medir o índice de governança de TI sobre a ótica do TCU (GovTI-TCU). Porém, em 2017, o TCU alterou a metodologia de avaliação desse índice, fazendo com que as notas alcançadas no GovTI-TCU a partir daquele ano não tivessem mais relação com as séries anteriores. Por essa razão, para passamos acompanhar a correta



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

evolução do índice de Governança de TI, esse indicador e sua meta serão reavaliados na próxima atualização do Planejamento Estratégico do TRE-AP.

Perspectivas futuras para Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI

- ✓ Realizar revisão do indicador de *Governança de TI* com definição de nova meta que reflita as alterações da avaliação de Governança de TI do TCU.
- ✓ Realizar implantação de central de serviços de 1º e 2º níveis para atendimento de requisições efetuados pelos usuários internos.
- ✓ Revisar a política de segurança da informação e implantar normas correlatas à política

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Conformidade legal

A Secretaria de Tecnologia de informação busca assegurar a conformidade legal através do cumprimento das normas e diretrizes aplicáveis à unidade, estabelecidas pelo CNJ, TCU, Executivo Federal e os próprios normativos internos elaborados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá. Destaca-se, entre eles, as seguintes normas:

Origem	Normativo	Descrição
CNJ	Resolução CNJ nº 182/2013	Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
	Resolução CNJ nº 211/2015	Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
	Resolução CNJ nº 198/2014	Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências
	Resolução CNJ nº 90/2009	Dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário
	Resolução CNJ nº 136/2011	Altera arts. 6º, 14,17 e 18 da Resolução 90
TRE-AP	Resolução TRE-AP nº 522/2018	Institui a Política de Gestão de Riscos do TRE-AP
	Resolução TRE-AP nº 50/2017	Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação
	Resolução TRE-AP nº 457/2016	Dispõe sobre a Governança Corporativa de TIC



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

	Portaria TRE-AP nº 466/2012	Institui o Comitê Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação
	Portaria TRE-AP nº 240-2018	
	Portaria TRE-AP nº 071/2016	Institui o Comitê Executivo de TIC
	Portaria TER-AP nº 241-2018	
	Portaria TRE-AP nº 237/2015	Dispõe sobre o manual do Processo de Contratação de Soluções de TI no TRE-AP
	Portaria Presidência TRE-AP nº 244/2018	
TCU	Portaria TRE-AP nº 37/2018	Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais do TRE-AP
	Portaria TRE-AP nº 37/2018	Institui Sistemas Estratégicos do TRE-AP
	Instrução Normativa TRE-AP nº 01/2015	Dispõe sobre a Solicitação de Soluções Informatizadas à Tecnologia da Informação
	Acórdão TCU nº 1603/2008	
Leis Federais	Lei nº 8666/1993	Levantamento de auditoria. Situação da governança de tecnologia da informação - Ti na administração pública federal. Ausência de planejamento estratégico institucional. Deficiência na estrutura de pessoal. Tratamento inadequado à Confidencialidade, integridade e Disponibilidade das informações. Recomendações
	Lei nº 10520/2002	Nas contratações para a prestação de serviços de tecnologia da informação, a remuneração deve estar vinculada a resultados ou ao atendimento de níveis de serviço, admitindo-se o pagamento por hora trabalhada ou por posto de serviço somente quando as características do objeto não o permitirem
Leis Federais	Lei nº 8666/1993	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências
	Lei nº 10520/2002	Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências
	Decreto nº 9507/2018	Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União

Modelo de Governança de TI

O Modelo de Governança de TIC do TRE-AP tem como principal instância o Comitê de Governança de Tecnologia e Comunicação – CGOV TIC -, que possui as seguintes finalidades:

I – Deliberar políticas e diretrizes de tecnologia da informação alinhadas ao planejamento estratégico do Tribunal;

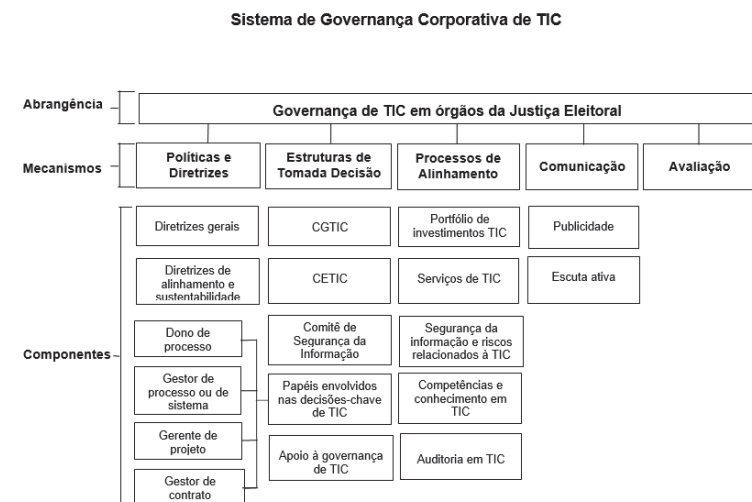


Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

- II – Orientar o desenvolvimento e aprovar o planejamento estratégico de tecnologia da informação do Tribunal;
- III – Orientar o desenvolvimento e aprovar o planejamento diretor de tecnologia da informação do Tribunal;
- IV – Estabelecer o plano de investimentos em tecnologia da informação;
- V – Estabelecer o plano de aquisição de bens e contratação de serviços de tecnologia da informação;
- VI – Recomendar à Secretaria do Tribunal a priorização de projetos e atividades de tecnologia da informação aprovados pelo comitê e
- VII – acompanhar e monitorar a execução de projetos de tecnologia da informação.

Essa instância se relaciona com outras, conforme a ilustração a seguir, a qual apresenta, de forma esquemática, o modelo de governança de TIC do TRE-AP.

Figura 11 – Sistema de Governança Corporativa de TIC

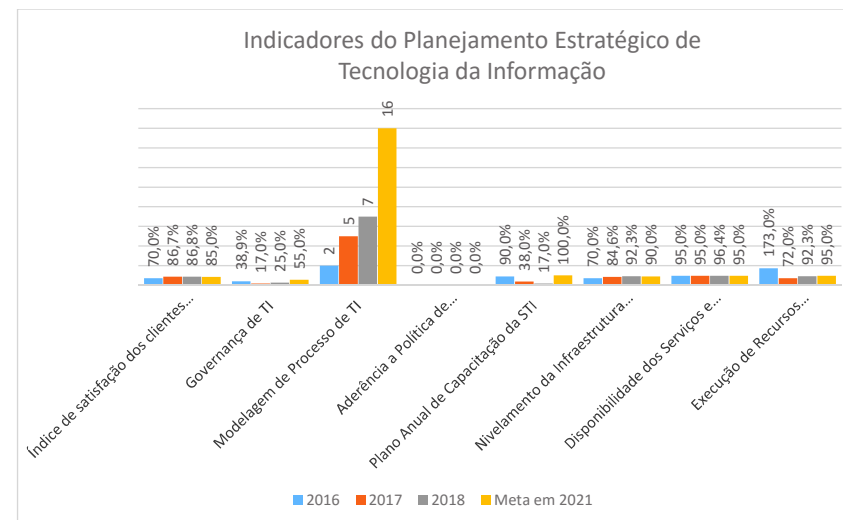


Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Indicadores do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação

A figura abaixo ilustra os indicadores do dispostos no planejamento estratégico de TIC. Percebe-se que alguns indicadores já atingiram suas metas, enquanto outros necessitam de revisão.

Gráfico 14 - Indicadores do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação



Montante de recursos aplicados em TI

As contratações de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC – estão alinhadas ao Plano Estratégico do TRE-AP e Planejamento Estratégico de TIC, ambos desenvolvidos para o período de 2016 a 2021; e foram realizadas conforme requisitos previstos na [Resolução CNJ 182/2013](#) e no [Manual do Processo de Contratação de TIC](#).



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Gráfico 15 – Recursos Aplicados em TI – tipo de despesa



Fonte: Plano Anual de Contratação 2018: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ap-plano-de-contratacao-de-stic-2018>

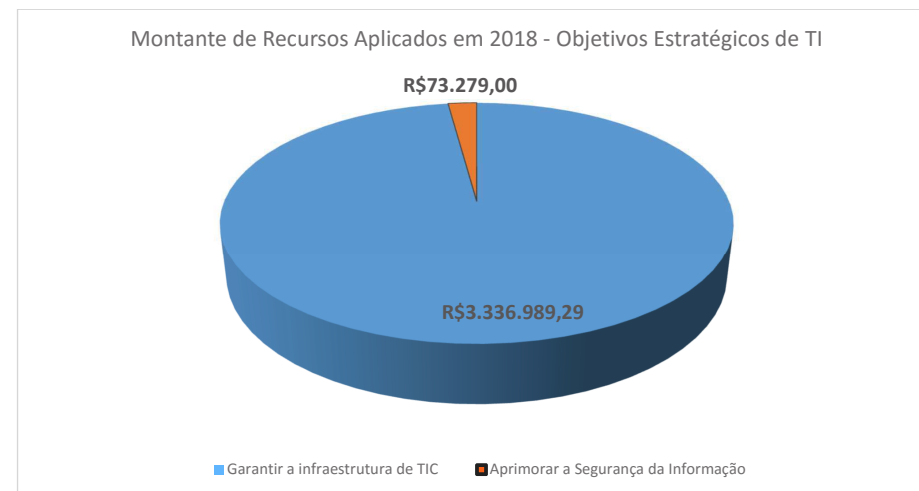
Algumas contratações previstas no plano anual de contratação 2018 não foram realizadas devido alteração de escopo, necessidade ou restrição orçamentária, conforme detalhado no plano.

Em relação aos alinhamentos aos objetivos estratégicos, praticamente todos os recursos foram aplicados para atender o objetivo estratégico de *Garantia da Infraestrutura de TIC*. Os demais objetivos, como *aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC* não precisaram ter recursos alocados dedicados para seu cumprimento.



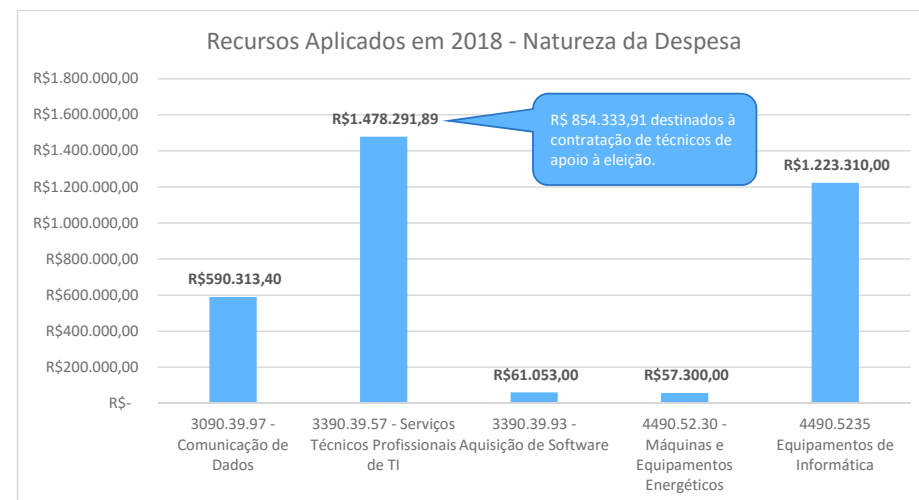
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Gráfico 16 – Montante de recursos aplicados – Objetivos estratégicos de TI



Quanto à natureza orçamentária da despesa, os gastos foram realizados conforme distribuição abaixo.

Gráfico 17 – Recursos aplicados por natureza das despesas de TI





Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Contratações mais relevantes de recursos de TI

Em 2018, além das atividades ordinárias de TI, a Secretaria de Tecnologia da Informação realizou ações relacionadas às eleições. O contrato de maior valor para o Tribunal em 2018, gerenciado pela STI, foi realizado para atender às necessidades de terceirização de técnicos de apoio à eleição. Essa contratação só é realizada durante as eleições oficiais.

Gráfico 17 – Recursos aplicados – maiores contratações de TI



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

Além das diversas ações referentes às atividades de preparação, execução e monitoramento dos procedimentos eleitorais, as principais iniciativas de 2018 foram:

Perspectiva	Objetivo Estratégico de TIC	Principais Iniciativas (sistemas e projetos de TI)	Resultados
• RESULTADOS	• Primar pela Satisfação dos Clientes de TIC	• Em linhas gerais, todas as iniciativas de TI dispostas nas demais perspectivas contribuem para o atendimento desse objetivo	• Alcance de 86,8% do índice de satisfação na pesquisa de satisfação dos serviços de TI

Perspectiva	Objetivo Estratégico de TIC	Principais Iniciativas (sistemas e projetos de TI)	Resultados
• PROCESSOS INTERNOS	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoar a Gestão e a Governança de TIC • Aprimorar a Segurança da Informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento dos processos: • Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação • Processo de Gestão de Contratos de TI • Gestão de Incidentes e Problemas de TI • Gestão de Ativos da Informação • Revisão do Plano de Continuidade de Serviços da STI • Instalação da Equipe de Tratamento de Incidentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria do índice de Governança TCU e CNJ • Padronização dos procedimentos de produção do PETIC, gestão de contratos, gerenciamento de incidentes, problemas e ativos. • Maior confiabilidade nos procedimentos de Continuidade de Serviços de TI • Definição de procedimentos e responsáveis para tratamentos dos incidentes



Perspectiva	Objetivo Estratégico de TIC	Principais Iniciativas (sistemas e projetos de TI)	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> • RECURSOS 	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoar as Competências Gerenciais e Técnicas de pessoal • Garantir a Infraestrutura de TIC • Aprimorar a Gestão Orçamentária de TIC 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de 09 novas aplicações ao catálogo de serviços da STI: <ul style="list-style-type: none"> • AuditTSE • CONDIRF • Moodle - Sistemas Eleitorais • PORTCRE e PORTJE • SEI 3.0 • Sistema de gestão por competência • Sistema iPleno • SitDoc • Desenvolvimento 02 novos sistemas • Desenvolvimento do Sistema de Cadastro de Ementas do PJE • Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Bens e Equipamentos de TI • Evolução de 3 sistemas • Sistemas SGSE - Sistemas de Gestão de serviços Extraordinários • Sistema Diplomação • Sistema Convel (controle de veículos) • Aumento de 100% na velocidade nominal dos links de Internet dos Cartórios Eleitorais passou para 4 MB (quatro megabytes) • Conexão à rede da Justiça Eleitoral através de VPN (rede privada virtual) nos cartórios Eleitorais • Disponibilização de links de redundância nos cartórios eleitorais • Renovação do Parque computacional • Criação do plano anual de contratações 2018. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de novos sistemas relevantes para atingimento dos objetivos estratégicos do Tribunal, tais como AuditTse, que visa auxiliar no controles de auditorias do TRE; sistema Coyote, que permite a automação do processo de Avaliação das Competências dos servidores do TRE-AP; e PORTCRE e PORTJE, que contribuíram para o TRE-AP atingir selo Prata no Selo Justiça em Números. • Melhor cadastro e controle de ementas dos processos judiciais • Ganhos de eficiência e confiabilidade no controle de bens e equipamento de TI • Otimização e controle de serviços extraordinários • Gestão aperfeiçoada das frotas de veículos • Aumento de velocidade e redundância de conexão nos links de acesso à Internet nos cartórios eleitorais • Aumento nos indicadores: <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de Sistemas • Infraestrutura de TI • Modelagem de Processos • 92,31% de aderência no plano de contratações 2018



Segurança da informação

Em 2018 o Tribunal Superior Eleitoral através da Portaria TSE nº 338, de 09 de abril de 2018, mapeou em toda Justiça Eleitoral a Gestão da Segurança da Informação. Seu resultado servirá como subsídio para o Grupo de Trabalho (GT), planejar e apoiar os Tribunais Regionais Eleitorais na implantação da Política de Segurança da Informação no âmbito da Justiça Eleitoral (Resolução TSE nº 23.501/2016). Este levantamento constitui passo essencial para balizar os trabalhos do GT. Portanto, contamos com sua prestimosa colaboração em seu preenchimento.

Por meio da [Portaria Presidência Nº 246/2018 TRE-AP](#), foi instituída a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais, com o objetivo de definir a responsabilidade por receber, analisar e responder às notificações e atividades relacionadas a incidentes de segurança da informação ocorridas no Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.

Em 2019 e 2020 pretende-se realizar as seguintes ações: atualização da PSI, atualização de comitê de SI, adoção de normas correlatas à PSI (Controle de Acesso, Gestão de Ativos, Classificação e Tratamento da Informação, Gestão de Mudanças), adoção de certificados digitais em nuvem, adoção de campanhas de conscientização sobre melhores práticas de segurança.

Principais desafios

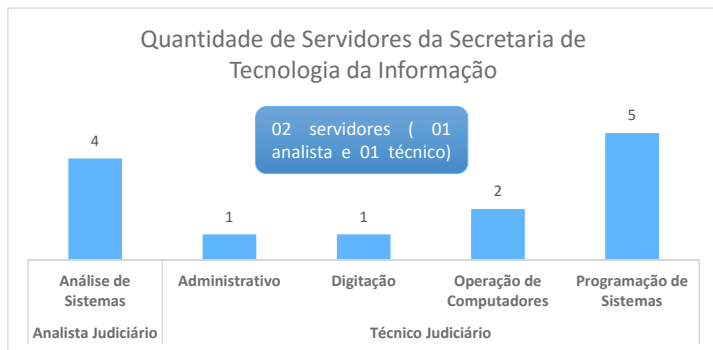
Quadro reduzido de servidores na área de Tecnologia da Informação

Com relação a força de trabalho, a área de TIC do TRE-AP é composta por 23 pessoas, sendo: 13 servidores efetivos, 8 colaboradores terceirizados e 2 estagiários.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Gráfico 18 – Quantidade de servidores lotados na área de TI



O número de servidores da área de TIC está aquém das necessidades do TRE-AP, conforme quantitativo informado acima e os critérios dispostos na [Resolução CNJ nº 211/2015](#).

Essa carência de pessoal foi relatada em 2012, em levantamento de necessidades realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2012, essa carência de pessoal foi relatada, conforme quadro abaixo.

Quadro 14 -Levantamento de necessidades de servidores para atividades típicas de TI

Qtd	Cargo	Perfil	Justificativa
1	Analista Judiciário	Gerente de Projetos	O Tribunal ainda não dispõe de um Escritório de Projetos e a aquisição de um profissional com esse perfil será de grande importância para implantação deste Setor
1	Analista Judiciário	Análise de Negócio	Com a atual exigência dos órgãos de controle (TCU e CNJ) na implantação da Governança de TI nos Tribunais, a aquisição de um profissional com este perfil se faz necessário com vistas a realizar o alinhamento entre o negócio e os recursos de TI, priorizando as principais ações definidas no Planejamento Estratégico.
1	Analista Judiciário	Rede e Segurança	Para suportar as demandas oriundas da Administração para cumprir as metas definidas no Planejamento Estratégico de TI, bem como manter uma infraestrutura capaz de suportar os serviços de TI, principalmente em relação a segurança, continuidade de negócio e melhor aproveitamento dos serviços tecnológicos.
2	Técnico Judiciário	Infraestrutura	Com vários serviços sendo disponibilizados a aquisição de um profissional com este perfil se faz necessário com vistas a realizar a implantação e configuração de sistemas em relação aos equipamentos e infraestrutura para garantir a continuidade dos serviços de TI
5			



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Riscos associados ao desafio “Quadro Reduzido de Servidores”

- Não cumprimento dos prazos dos projetos
- Limitações no desenvolvimento de novas soluções
- Perda de conhecimento de processos e sistemas
- Aumento de dependência de recursos tecnológicos e humanos de terceiros
- Perda de produtividade em decorrência de sistemas obsoletos ou ineficientes e consequente redução de reputação do Tribunal Regional Eleitoral em decorrência dessa perda de produtividade
- Dificuldade dos servidores, especialmente os de função de chefia, em executar de forma eficiente atividades de planejamento, gestão e controle

Baixo orçamento para capacitação

Conforme se percebe no indicador “Plano Anual de Capacitação da STT”, houve aderência de somente 17% das capacitações do PAC STI. Isso ocorreu, principalmente, devido:

- Falta de recursos para capacitação em todos os cursos previstos no PAC
- Dificuldade de encontrar turmas com os cursos escolhidos
- Valor elevado dos cursos da área de TIC.

Riscos associados ao desafio “Baixo orçamento para capacitação”

- Execução inadequada das atividades técnicas e gerenciais de TI
- Utilização tecnologias ou metodologias obsoletas
- Aumento de dependência de serviços terceirizados

Ações futuras

- Realizar revisão dos indicadores *Governança de TI* para que passem a serem alinhados ao modelo de avaliação de Governança do CNJ
- Realizar implantação de central de serviços de 1º e 2º níveis para atendimento de requisições efetuados pelos usuários internos.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

- Declarar em novo levantamento de necessidades de servidores para atividade típicas de TI dificuldade encontrada em virtude do reduzido quadro de pessoal.
- Revisar a política de segurança da informação e implantar normas correlatas à política
- No contexto de segurança da informação, pretende-se realizar as seguintes ações: atualização da Política de Segurança da Informação (PSI), atualização de comitê de SI, adoção de normas correlatas à PSI (Controle de Acesso, Gestão de Ativos, Classificação e Tratamento da Informação, Gestão de Mudanças), adoção de certificados digitais em nuvem e adoção de campanhas de conscientização sobre melhores práticas de segurança.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Gestão de Custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2018, Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de sistemática de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir aproximadamente 2.900 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.



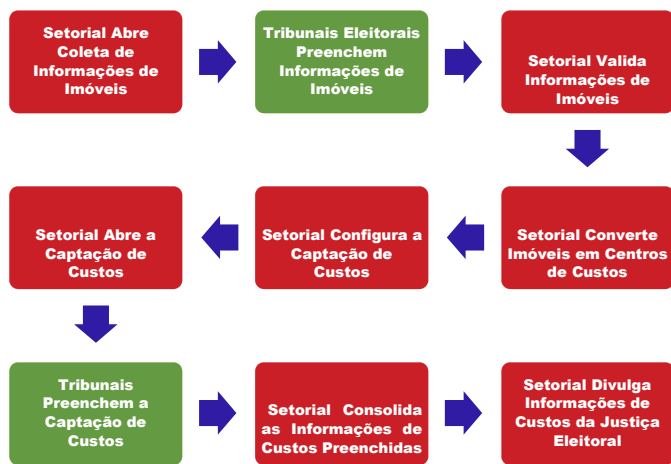
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, pelos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

Em termos de fluxo, o processo ocorre da seguinte maneira:

Figura 12 – Fluxo de custos



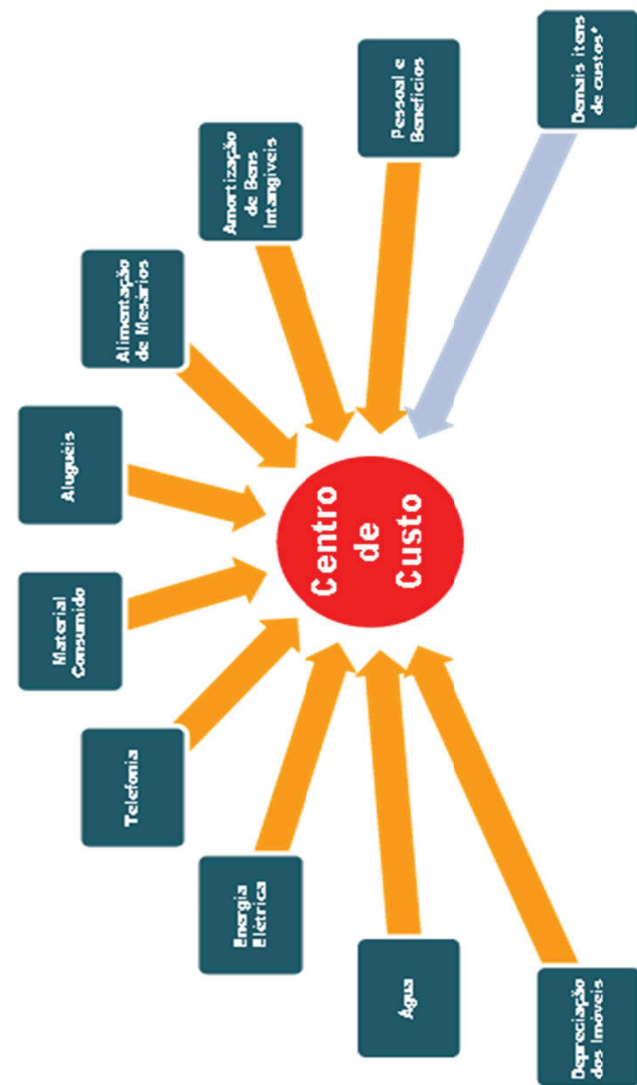
Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, respondemos à questão “Com o quê?”, que apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Figura 13 - Centro de custos



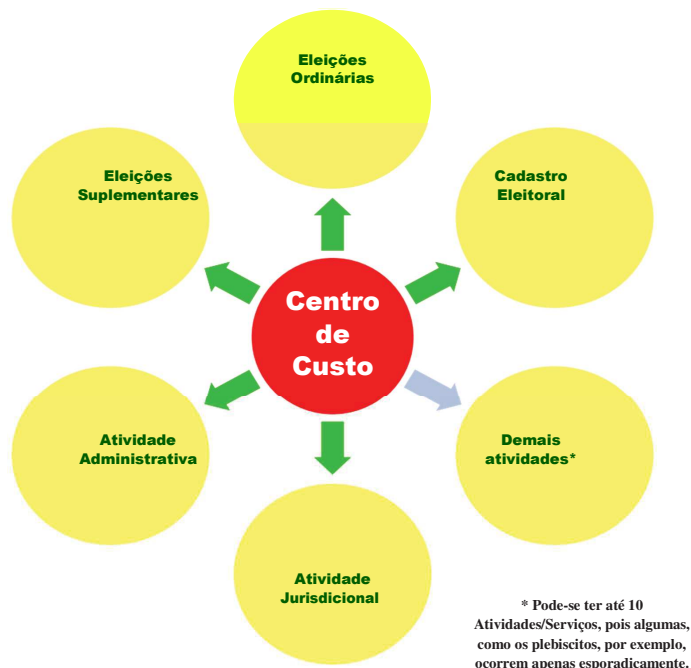
*Atualmente são 40 itens de custos



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

No eixo das “Atividades/Serviços”, respondemos à questão “Para quê?”, que apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade em troca dos recursos utilizados:

Figura 14 – Centro de Custos



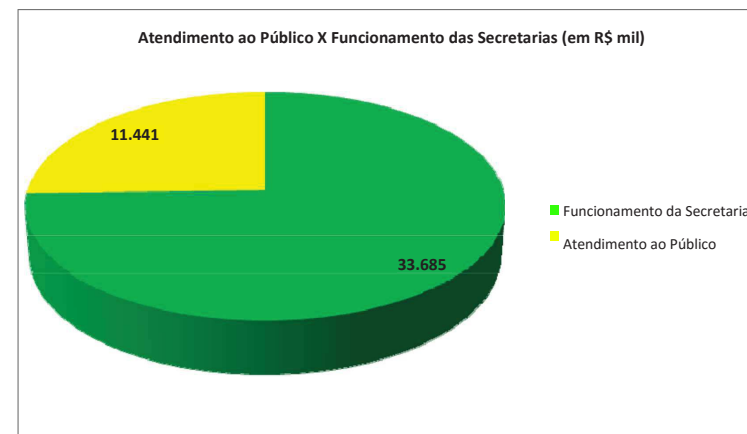
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Esse eixo da sistemática ainda se encontra em fase de construção na Justiça Eleitoral, não apresentando dados disponíveis. A previsão é que para o próximo ciclo de custos a Justiça Eleitoral também disponibilize as informações relativas a esse eixo para consulta pública.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2018, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destacam-se a divisão dos custos entre os imóveis que fazem atendimento direto ao público e os imóveis que servem ao funcionamento das secretarias dos Tribunais Eleitorais, e o agrupamento dos itens de custo em grandes temas.

No que diz respeito aos custos de 2018 do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá os dados apurados, divididos entre atendimento ao público e funcionamento das secretarias, são os demonstrados no gráfico a seguir:

Gráfico 19 – Atendimento ao público x funcionamento das Secretarias

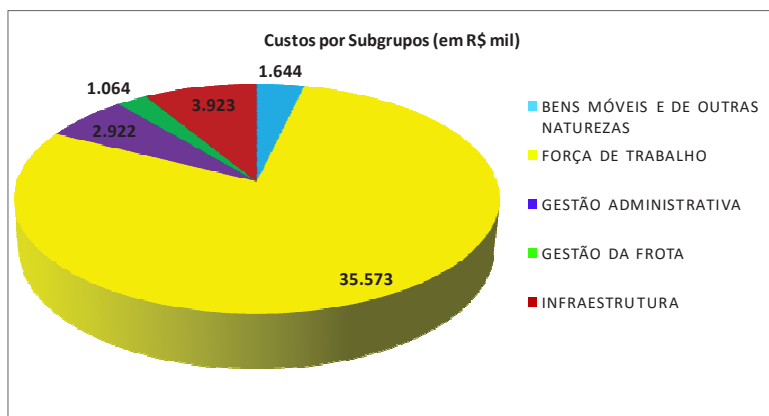




Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, foram obtidos os resultados apresentados no gráfico a seguir:

Gráfico 20 – Custo por subgrupos



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, inclusive com a incorporação de novas técnicas e ferramentas em anos vindouros, a fim de contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também ao público em geral.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Sustentabilidade Ambiental

A responsabilidade socioambiental está inserida nas Diretrizes Estratégicas da Justiça Eleitoral para o quadriênio de 2017/2020, consubstanciada no fortalecimento de políticas socioambientais, através da adoção de medidas que garantam o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público, do uso racional de recursos naturais, do fortalecimento da política de compras sustentáveis e da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Normativos que tratam da Matéria

- - Resolução CNJ nº 201/2015: dispõe sobre criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ);
- - Resolução TSE nº 23.474/2016: dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral (PLS-JE);
- - Portaria PRES TRE/AP nº 286/201: instituiu o Núcleo Socioambiental em substituição à Comissão de Gestão Ambiental;
- - Portaria PRES TRE/AP nº 269/2016: institui a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável - CGPLS – TRE/AP, com a missão de fomentar, em conjunto com a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TRE/AP, ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, de reduzir o impacto negativo das atividades do Órgão no meio ambiente, com a adequada gestão dos resíduos gerados, e de promover contratações sustentáveis, dentre outras atribuições.

Gestão de Resíduos

Com a Resolução TRE/AP 499/2017 - Plano de Logística Sustentável (PLS-TRE/AP), passou-se a trabalhar de forma mais efetiva a gestão ambiental no âmbito do Tribunal, ao estabelecer uma ferramenta de planejamento da sustentabilidade com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, possibilitando a implementação de práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos.

Referido normativo foi disponibilizado ao público em geral no endereço eletrônico <http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/plano-de-logistica-sustentavel-2017-2021>

Quanto à gestão de resíduos, o Órgão efetivou a separação e destinação às empresas recicladoras, de acordo com o Plano de Logística Sustentável, atingindo as metas abaixo:



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Quadro 15 – Metas alcançadas e resultados - Sustentabilidade Ambiental

METAS ALCANÇADAS E RESULTADOS MEDIDOS PELOS INDICADORES						
PAPEL						
INDICADOR	MEDIDA	PERIODICIDADE	BASE HISTÓRICA		2017	2018
			2014	2015		
Destinação de papel para reciclagem	Kg	Mensal	92	92	809	2.120
PLÁSTICO						
INDICADOR	MEDIDA	PERIODICIDADE	BASE HISTÓRICA		2017	2018
			2014	2015		
Destinação de plástico para reciclagem	kg	Mensal	220	220	154	450
SUPRIMENTO DE IMPRESSÃO						
INDICADOR	MEDIDA	PERIODICIDADE	BASE HISTÓRICA		2017	2018
			2014	2015		
Destinação de suprimento de impressão para reciclagem	Kg	Anual	15	15	318	285

Ações para redução do consumo de recursos naturais

A mudança nos modos de agir e pensar orientou o modelo organizacional do TRE/AP. Desde uma lâmpada apagada, a redução do consumo, a gestão de resíduos, enfim, as mudanças nos procedimentos internos puderam trazer um retorno da diminuição dos custos e na preservação do meio ambiente.

Através do núcleo Socioambiental, o TRE/AP promoveu ações socioambientais que visaram a utilização racional de materiais de consumo, como copos, papéis, água e energia, bem como a adequada gestão dos resíduos gerados.

Dentre as ações implementadas, pode-se apontar as campanhas que influenciaram diretamente no modo de agir do corpo funcional e demais colaboradores:

- **MATERIAL RECICLÁVEL - DEPOSITE AQUI SEU PAPEL** - resultou no aumento de papéis destinados à reciclagem. Referida campanha se estendeu à coleta de plásticos. Além disso, a divulgação maciça nos meios de comunicação interna do TRE/AP foi primordial para o resultado esperado.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

- **CANEQUE-SE** - foi importante para a redução de copos descartáveis;
- **O QUE FAZER COM OS CARTUCHOS VAZIOS** - objetivou a destinação final ambientalmente sustentável aos suprimentos de impressão.
- **ILHAS DE CAFÉ** - foi responsável pela redução no consumo de café na Secretaria do Tribunal, em 16% comparando-se com o ano de 2016.

Além das campanhas educativas, a conclusão de Projeto “**ENERGIA FOTOVOTAICA**” em todas as Zonas Eleitorais e Secretaria do Tribunal, representou um grande avanço na economia do consumo de energia elétrica.

Quadro 16 – Eficiência no consumo de energia elétrica

EFICIÊNCIA NO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA				
INDICADOR	MEDIDA	BASE HISTÓRICA	2018	REDUÇÃO (%)
		2016		
Consumo de energia elétrica – Consumo total de energia elétrica fornecida pela Concessionária	KWh	1.272.566	1.013.948	20,32%
Consumo relativo de energia elétrica – Consumo total de energia elétrica fornecida pela Concessionária, em relação à área total do órgão	KWh/m²	79,24	63,14	20,32%
REDUÇÃO NOS MATERIAIS DE CONSUMO				
INDICADOR	MEDIDA	BASE HISTÓRICA	2018	REDUÇÃO (%)
		2016		
Papel A-4	Resma	1.882	1.4801	21%
Copos Descartáveis para água	Cento	4.721	3.541	25%
Copos Descartáveis para café	Cento	2.044	1.953	4%
Café em pó	Kg	250	210	16%

Crítérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Em relação às contratações e aquisições, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá observou os parâmetros estabelecidos no Decreto 7746/2012, fazendo constar nos editais de licitação as seguintes práticas de sustentabilidade:



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

- a) A contratada é obrigada a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno de produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de: agrotóxicos e seus resíduos e embalagens, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes e seus resíduos e embalagens, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista e, produtos eletroeletrônicos e seus componentes;
- b) A contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado dos materiais utilizados/trocados durante a prestação do serviço objeto da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, nos termos da Lei nº 12.305/2010;
- c) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- d) Utilização racional de recursos naturais como água e energia.
- e) Geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- f) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- g) Uso de inovações que reduzam o impacto sobre recursos naturais;
- h) Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras. i) Utilização de produtos e materiais biodegradáveis.
- i) Aquisição de PAPEL A4-Reciclado, com vistas a contribuir com a economia de recursos naturais e financeiros.

Redução de resíduos poluentes

As campanhas realizadas pelo Núcleo Socioambiental tiveram resultados positivos em 2018, com ações que estimularam o uso sustentável de recursos naturais, reduzindo-se assim o impacto negativo das atividades do Órgão no meio ambiente. Referidas campanhas ultrapassaram os muros da instituição, ao fomentar ações de redução de resíduos nas próprias residências dos servidores e colaboradores, a exemplo da campanha **“Não jogue mais no lixo comum esponja de limpeza, tubo de creme dental, escova de dentes e suas embalagens”**, impedindo que esses materiais fossem jogados nas lixeiras comuns.

Entre as ações realizadas para a redução de resíduos poluentes, adotou-se a estratégica da redução, reutilização e reciclagem, com destaque para as seguintes iniciativas:

- - Redução da geração de resíduo, já que se torna mais seguro e menos oneroso prevenir do que controlar a contaminação;



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

- - Utilização racional de recursos naturais como água e energia;
- - Exigência com a origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na aquisição de bens, serviços e obras, a exemplo como aquisição de mobiliário em geral com certificação de procedência de madeira derivada de reflorestamento;
- - Uso de inovações que reduzam o impacto sobre recursos naturais, como a utilização de Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e do Processo Judicial Eletrônico (PJe), responsáveis por redução do consumo de materiais de expediente e insumos de informática.

Desafios futuros

As políticas públicas na prevenção, redução e geração de resíduos influenciam diretamente na sustentabilidade ambiental. A falta de coleta seletiva nos Municípios do Estado do Amapá, somando-se à carência de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis se traduzem em entrave para a eficiente gestão de resíduos.

Por outro lado, a redução do consumo de recursos naturais, a adoção de critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições, a gestão de resíduos e o consumo consciente já é uma realidade nas unidades do TRE/AP.

O envolvimento dos setores que compõem o Tribunal, quanto ao uso racional dos recursos naturais e bens públicos, a gestão adequada dos resíduos gerados, aquisições e contratações sustentáveis, bem como a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho são primordiais para o alcance dos objetivos propostos pela Gestão.

O grande desafio para sustentabilidade ambiental no âmbito do Regional está na mudança condutas, procedimentos e atividades, como a união de esforços de todos os componentes da organização, pois os pequenos gestos, repetidos diariamente, terão grande impacto na economia dos recursos financeiros e naturais.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Gestão Judiciária

Processo Judicial Eletrônico



Criado para dar fim à tramitação de autos em papel no Poder Judiciário, o Processo Judicial Eletrônico (PJe) permite que magistrados, servidores e advogados pratiquem atos **processuais diretamente no sistema**, além de garantir a confiabilidade do processo judicial

mediante o uso da **certificação digital**.

Ele tem como plataforma de produção e funcionamento o sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

PJe na Justiça Eleitoral

O PJe vem sendo adaptado às especificidades da Justiça Eleitoral, para que possibilite a **propositura e tramitação** de processos judiciais integralmente em **meio virtual**.

O compromisso da Justiça Eleitoral com a **transparência**, a **segurança** e a **celeridade** em sua atuação são reafirmadas com a conversão dos processos judiciais físicos para o formato eletrônico, iniciada com a utilização do novo sistema.

O trâmite em ambiente digital, além de tornar a **operação** mais **célere**, garante **amplo acesso** aos documentos do processo – por **mais de um interessado** ao mesmo tempo –, independentemente de onde se encontrem, possibilitando a consulta e a prática dos atos processuais.

A **integridade** e a **inviolabilidade** dos atos realizados eletronicamente são asseguradas pela obrigatoriedade do uso da certificação digital, o que resulta em um processo judicial **mais confiável**.

Assim, o PJe agrega à Justiça Eleitoral ainda **mais eficiência**, por contribuir para o alcance da sua missão de garantir a **legitimidade** do processo eleitoral.

No **TRE/AP**, o PJe entrou em funcionamento na data de 08 de fevereiro de 2018.

Após a implantação e pleno funcionamento do sistema na sede deste Regional, a próxima etapa são as **zonas eleitorais**.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

O PJe é uma solução única, gratuita e agrega requisitos importantes de segurança e de interoperabilidade. Ademais, racionaliza gastos, visto que dispensa a criação e aquisição de *softwares*, permitindo o emprego de recursos financeiros e humanos na atividade precípua do Judiciário: resolver conflitos.

Em continuidade ao cronograma de implantação do sistema de Processo Judicial Eletrônico, a partir de 08 de fevereiro de 2018, tornou-se obrigatória a utilização do PJe no segundo grau.

Para tanto, foram realizadas diversas ações, dentre elas reuniões com advogados, Ministério Público e treinamento aos atores do processo. Além disso, foram expedidos 53 *tokens* com certificação digital para magistrados e servidores, por meio de ação conjunta com o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

Eleições 2018

Para realizar as eleições de 2018, já com a novidade do processo por meio digital, foi necessário planejar e executar um calendário que envolveu a participação de todos os servidores da Secretaria Judiciária, com o reforço de servidores de outros setores.

Resultados da utilização dos sistemas nas eleições 2018

A primeira eleição realizada por meio do processo judicial eletrônico, utilizando a integração dos Sistemas PJE – Processo Judicial Eletrônico e CAND – Candidaturas, funcionou de maneira excepcionalmente positiva em aspectos tais como:

1. A não utilização de capas de processos e papel para autuação de processos físicos. O que importou em redução de custos nesta área. Em termos quantitativos em 2014 foram consumidas 5.376 capas de processo e 2.066 resmas de papel, já em 2018 não houve solicitação de capas de processo por não haver mais necessidade de tal material; quanto ao papel A4 foram consumidas 1.480 resmas, ou seja, um decréscimo de 586 resmas ou 293.000 folhas de papel.
2. A eficiência/rapidez do processamento dos processos de registros de candidatura, gerando a informação imediata aos partidos, coligações e candidatos.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

- A maior publicidade e transparência dos atos processuais, em face da consulta ampla e simultânea pela página da internet de todos os documentos e andamentos processuais, exceto as hipóteses de processos sigilosos.

Por fim, ressaltamos apenas como aspecto negativo dos trabalhos realizados pela SEJUD durante o exercício de 2018 a mudança na realização de diligências (entrega de ofícios, memorandos, mandados, etc).

Por imposição da Resolução TSE nº 23.517/2017, as diligências passaram a ser realizadas via Agência dos Correios, com comprovação por meio de Aviso de Recebimento – AR. Tal medida pode parecer salutar do ponto de vista financeiro e de pessoal, por importar em não mais se utilizar oficial de justiça “ad hoc”, prática até então usual, entretanto, a mora na entrega dos mandados e a não localização dos endereçados causaram mais transtornos ao processo do que benefícios.

Isso se explica por um motivo óbvio: os feitos eleitorais são céleres, perdendo sua eficácia quando demorado em demasia, quando se fala de eleições essa agilidade é ainda maior, tendo em vista que com a última minirreforma eleitoral o processo “micro-eleitoral” passou a ter somente 03 (três meses).

Por esse motivo, se faz imprescindível uma reanálise da prática imposta pelo normativo da Corte Superior.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

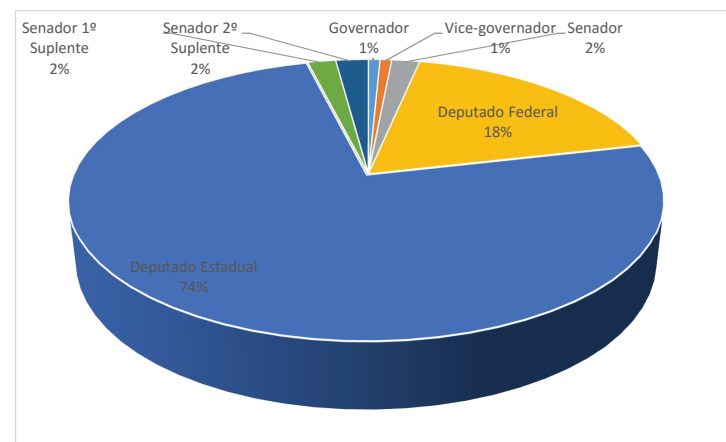
Quadro 17 – Candidatos por vaga

CANDIDATOS POR VAGA i

tabelas detalhadas

Governador (Candidatos: 5 / Vagas: 1)	5
Senador (Candidatos: 12 / Vagas: 2)	6
Deputado Federal (Candidatos: 120 / Vagas: 8)	15
Deputado Estadual (Candidatos: 495 / Vagas: 24)	20,63

Gráfico 21 – Candidatos por cargo





Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Quadro 18 – Cassação/indeferimento de registro de candidatura

MOTIVO DA CASSAÇÃO/INDEFERIMENTO (MAIS FREQUENTES)

tabelas detalhadas (cruzamento de dados)

Indeferimento de partido ou coligação: 56	57,14%
Ausência de requisito de registro : 39	39,8%
Impugnação: 2	2,04%
Ficha limpa (LC 64/90): 1	1,02%

Quadro 19 – Processos Eleitorais

QUANTITATIVO E SITUAÇÃO DOS CANDIDATOS

tabelas detalhadas

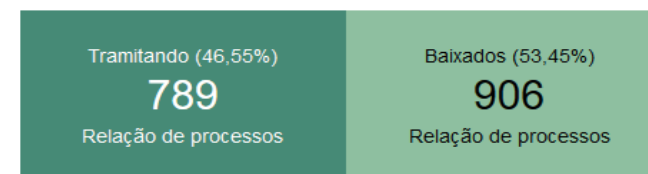


Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Quadro 20 – Indicadores processuais

PROCESSOS ELEITORAIS

tabelas detalhadas



INDICADORES





Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Quadro 21 – Classes judiciais mais utilizadas

CLASSE JUDICIAL

tabelas detalhadas

CLASSE JUDICIAL	Quantidade
REGISTRO DE CANDIDATURA	696
PRESTAÇÃO DE CONTAS	678
REPRESENTAÇÃO	189
PETIÇÃO	47
AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL	23
MANDADO DE SEGURANÇA	21
PROCESSO ADMINISTRATIVO	10
AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	9
AÇÃO CAUTELAR	7
REGULARIZAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ELEITOR	6



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Quadro 22 – Quantitativo de recursos processuais

RECURSOS

tabelas detalhadas (cruzamento de dados)



Quadro 23 – Média de decisões por processo

DECISÕES POR TIPO

tabelas detalhadas





Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Quadro 24 – Receitas partidárias

RECEITAS



Quadro 24a – Despesas partidárias

DESPESAS CONTRATADAS



DESPESAS PAGAS



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Diretórios de partidos políticos registrados no Estado

Quadro 25- Relação dos diretórios de Partidos no Estado

Sigla	Nome do Partido	Registro no TRE		Responsável pelo Diretório	Período
		Número	Data		
MDB	Movimento Democrático Brasileiro	3196512017	15/12/2017	Gilvam Pinheiro Borges	15/12/2013 a 15/12/2018
PDT	Partido Democrático Trabalhista	3362492018	28/12/2017	Antônio Waldez Góes da Silva	28/12/2017 a 28/12/2019
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	36152012	23/05/2012	Eduardo Seabra da Costa	21/05/2012 a 12/12/2018
PT	Partido dos Trabalhadores	1650582017	19/06/2017	José Antônio Nogueira de Souza	17/06/2017 a 23/06/2019
DEM	Democratas	11449/2015 1623412018	23809/2015 16/05/2018	David Samuel Alcolumbre Tobelém	20/08/2011 a 17/10/2018 16/05/2018 a 25/04/2019
PC DO B	Partido Comunista do Brasil	2186352018	21/10/2017	José Luiz Amaral Pingarilho	01/01/2018 a 21/10/2019
PSB	Partido Socialista Brasileiro	3228562017	14/12/2017	João Alberto Rodrigues Capiberibe	01/01/2018 a 01/01/2021
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	3094292017	29/06/2017	Luiz Carlos Gomes dos Santos Júnior	11/11/2017 a 10/11/2019
PTC	Partido Trabalhista Cristão	3399522018	30/01/2018	Ricardo Oliveira de Souza João Marco Dy Sá Y Mendoça Zaira Dandréia de Souza Nascimento Guaraci Batista da Silveira Júnior	02/01/2017 a 03/07/2017 03/07/2017 a 11/09/2017 15/09/2017 a 08/11/2017 10/11/2017 a 31/05/2018
PSC	Partido Social Cristão	118782019	12/12/2018	Pedro dos Santos Martins	12/12/2018 a 10/06/2019
PMN	Partido da Mobilização Nacional	103022015	29/06/2017	Raquel Capiberibe da Silva	29/07/2015 a indeterminado
PRP	Partido Republicano Progressista	12912018	29/06/2017	Hildegard de Azevedo Gurgel	08/05/2018 a 08/05/2019



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

PPS	Partido Popular Socialista	2939262017	29/06/2017	Allan Rosas Sales	31/10/2017 a 31/10/2019
PV	Partido Verde	2089352018	06/08/2018	Antônio José Nunes dos Santos	02/07/2017 a 02/07/2019
AVANTE (PT do B)	Avante	2137912018	10/08/2018	Adail Barriga Dias	16/07/2018 a 31/12/2018
PP	Partido Progressista	3257722018	04/12/2018	Andre dos Santos Abdon	19/12/2017 a 28/06/2019
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	2105862018	07/08/2018	Márcio Rafael Ferreira Pantoja Genival Cruz Araújo	18/03/2016 a 20/16/2017 21/06/2017 a 20/06/2019
PCB	Partido Comunista Brasileiro	47382016	29/06/2017	Décio Araújo Gomes	3/04/2016 a 23/04/2019
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	2357892018	30/08/2018	Rafael Santos Gato	20/06/2017 a 31/12/2018
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	2058152018	02/08/2018	Dayanne Rafaele do Nascimento Lima	09/12/2015 a 02/08/2018
DC	Democracia Cristã	2314552018	27/08/2018	Raimundo Charles da Silva Marques	22/08/2018 a 22/12/2018
PODEMOS (PTN)	PODE	2042612018	01/08/2018	Joziane Araújo Nascimento	08/07/2015 a indeterminado
PSL	Partido Social Liberal	1623962018	14/06/2018	Sharon Dyan Braga de Oliveira	15/04/2018 a 31/12/2018
PRB	Partido Republicano Brasileiro	1982882018	26/07/2018	Aline Paranhos Varonil Gurgel	02/08/2017 a 24/01/2019
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	1981062018	26/07/2018	Dejalma do Espírito Santo Ferreira	19/01/2008 a 04/05/2021
PR	Partido da República	3084482018	07/11/2018	José Carlos Carvalho Barbosa	20/03/2015 a 03/06/2019
PSD	Partido Social Democrático	3288292017	19/12/2017	Marcos José Reategui de Souza	06/05/2016 a 18/12/2017 19/12/2017 a 19/12/2020
PPL	Partido Pátria Livre	8421922018	11/03/2018	Charles Achezar Chelala	12/03/2016 a 31/03/2019
PATRIOTA	Patriotas	72022013	12/08/2013	Moisés Rivaldo Pereira	18/07/2013 a 12/12/2017



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

PROS	Partido Republicano da Ordem Social	2030472018	01/08/2018	Acácio da Silva Favacho Neto	20/09/2017 a 20/11/2018
SDD	Solidariedade	2048682018	02/08/2018	Luiz Antônio Adriano da Silva	20/07/2018 a 21/12/2018
REDE	Rede Sustentabilidade	1564532018	05/06/2018	Mary Célia Vaz Cruz	22/01/2018 a 24/11/2019
PMD	Partido da Mulher Brasileira	2139612018 3042962018	10/08/2018 31/10/2018	Raimunda Macedo Barroso Raimunda Macedo Barroso	25/07/2018 a 25/10/2018 26/10/2018 a 31/12/2018



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Prestação de contas dos diretórios estaduais

Quadro 27: Diretórios Estaduais que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência

Sigla do Partido	Dados da Prestação de Contas de 2018		
	Data	Processo	Situação em 2018
1. PATRIOTA (PEN)	23/04/2018	PC 0600040-13.2018.6.03.0000	AN
2. MDB (PMDB)	27/04/2018	PC 0600046-20.2018.6.03.0000	AN
3. PDT	30/04/2018	PC 0600058-34.2018.6.03.0000	AN
4. PTB	30/04/2018	PC 0600062-71.2018.6.03.0000	AN
5. PT	30/04/2018	PC 0600061-86.2018.6.03.0000	AN
6. REDE	30/04/2018	PC 0600056-64.2018.6.03.0000	AN
7. DEM	02/05/2018	PC 0600065-26.2018.6.03.0000	AN
8. PSB	27/04/2018	PC 0600048-87.2018.6.03.0000	AN
9. PC DO B	27/07/2018	PC 0600110-30.2018.6.03.0000	AN
10. PROGRESSISTAS (PP)	27/04/2018	PC 0600047-05.2018.6.03.0000	AN
11. PR	02/05/2018	PC 0600064-41.2018.6.03.0000	AN
12. PODEMOS (PTN)	30/04/2018	PC 0601152-17.2018.6.03.0000	AN
13. PSOL	30/04/2018	PC 0600060-04.2018.6.03.0000	AN
14. PSD	01/05/2018	PC 0600063-56.2018.6.03.0000	AN
15. DC (PSDC)	25/05/2018	PC 0600079-10.2018.6.03.0000	AN
16. PROS	07/06/2018	PC 0600084-32.2018.6.03.0000	AN
17. PSTU	03/05/2018	PC 0600068-78.2018.6.03.0000	AN
18. PSL	24/07/2018	PC 0600105-08.2018.6.03.0000	AN
19. PRP	28/04/2018	PC 0600050-57.2018.6.03.0000	AN
20. PTC	24/07/2018	PC 0600108-60.2018.6.03.0000	AN
21. PCB	30/04/2018	PC 0600054-94.2018.6.03.0000	NP
22. PPS	23/04/018	PC 0600041-95.2018.6.03.0000	AN
23. PPL	30/04/2018	PC 0600052-27.2018.6.03.0000	AN
24. PMN	12/07/2018	PC 0600095-61.2018.6.03.0000	AN
25. PRTB	08/08/2018	PC 0600126-81.2018.6.03.0000	AN
26. PRB	28/04/2018	PC 0600049-72.2018.6.03.0000	AN

LEGENDA: AN – Em análise; AP – Aprovada; AR – Aprovada com ressalva; DP – Desaprovada; RE – Em recurso



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Quadro 28 - Diretórios Estaduais que NÃO Prestaram Contas Relativas ao Exercício de 2017

Sigla do Partido	Medidas Adotadas pelo TRE
1. PSC	Expedição de Mandado de Notificação nº 170/2018 (transcurso de prazo)
	Expedição de Ofício à Direção Nacional – suspensão de cotas do F.P. (Ofício nº 027/2019)
	Autuação de PC nº 0600035-54.2019.6.03.0000
2. PHS	Expedição de Mandado de Notificação nº 172/2018 (transcurso de prazo)
	Expedição de Ofício à Direção Nacional – suspensão de cotas do F.P. (Ofício nº 028/2019)
	Autuação de PC nº 0600036-39.2019.6.03.0000
3. PV	Expedição de Mandado de Notificação nº 174/2018 (transcurso de prazo)
	Expedição de Ofício à Direção Nacional – suspensão de cotas do F.P. (Ofício nº 029/2019)
	Autuação de PC nº 0600037-24.2019.6.03.0000
4. PSDB	Expedição de Mandado de Notificação nº 175/2018 (transcurso de prazo)
	Expedição de Ofício à Direção Nacional – suspensão de cotas do F.P. (Ofício nº 030/2019)
	Autuação de PC nº 0600038-09.2019.6.03.0000
5. SD	Expedição de Mandado de Notificação nº 179/2018 (transcurso de prazo)
	Expedição de Ofício à Direção Nacional – suspensão de cotas do F.P. (Ofício nº 031/2019)
	Autuação de PC nº 0600039-91.2019.6.03.0000
6. PMB	Expedição de Mandado de Notificação nº 180/2018 (transcurso de prazo)
	Expedição de Ofício à Direção Nacional – suspensão de cotas do F.P. (Ofício nº 032/2019)
	Autuação de PC nº 0600040-76.2019.6.03.0000
7. AVANTE (PT do B)	Expedição de Mandado de Notificação nº 183/2018 (transcurso de prazo)
	Expedição de Ofício à Direção Nacional – suspensão de cotas do F.P. (Ofício nº 011/2019)
	Autuação de PC nº 0600123-92.2019.6.03.0000



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Situação das contas prestadas pelos diretórios estaduais

Quadro 29 - Julgamento das Contas dos Diretórios Estaduais dos Partidos

Sigla do Partido	Situação das Contas dos Diretórios				
	2017	2016	2015	2014	2013
PMDB	AN	AN	AP	AP	AR
PDT	AN	AN	AP	AR	AR
PTB	AN	AN	DP	DP	AR
PT	AN	AN	NP	RE	DP
DEM	AN	AN	RE	DP	AR
PC do B	AN	AN	NP	NP	-
PSB	AR	AN	DP	AP	AR
PSDB	AN	AN	AN	AN	DP
PTC	AN	AN	DP	AN	DP
PSC	AN	AP	NP	AN	AP
PMN	AN	NP	DP	DP	-
PRP	AN	AN	NP	NP	-
PPS	AN	AN	NP	AN	-
PV	AN	AN	AN	AN	AR
AVANTE (PT do B)	AN	NP	NP	DP	-
PROGRESSISTA (PP)	AN	AN	AP	DP	AR
PSTU	AN	AN	DP	DP	AR
PCB	NP	NP	AN	AN	-
PRTB	AN	NP	DP	NP	-
PHS	AN	AN	NP	DP	DP
PSDC	AN	AN	AN	AN	-
PODEMOS (PTN)	AN	AN	AN	DP	AR
PSL	AN	AN	NP	NP	-
PATROTA (PEN)	AN	NP	AN	DP	AR
PRB	AN	NP	NP	NP	DP
PSOL	AN	AN	NP	DP	AP
PR	AN	AN	DP	NP	DP
PSD	AN	AN	AN	AR	AR
PPL	AP	AN	DP	DP	-



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

PROS	AN	AN	AR	AR	AR
SDD	AN	AN	DP	AR	AP
PMB	AN	NP	NP	-	-
REDE	AN	AN	DP	-	-
Legenda: AN – Em Análise; AP – Aprovada; AR – Aprovada com Ressalva; RE – Em Recurso; NP – Não Prestada; *** Sem Processo					
Fonte: SADP					



6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração do Contador



A Unidade de Contabilidade do TRE-AP encontra-se inserida na estrutura administrativa da Secretaria de Administração e Orçamento-SAO, na Coordenadoria de Orçamento e Finanças, Seção de Contabilidade.

A unidade agrega a responsabilidade pelo registro das conformidades de gestão e contábil, dentre outras atribuições, além da responsabilidade técnica pelo acompanhamento das contas da unidade jurisdicionada, observando a aplicação das normas vigentes, em especial a Lei nº 4.320/64, Lei nº 101/2000 – LRF, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

DECLARO que os demonstrativos contábeis extraídos do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei nº 4.320/1964, relativos ao exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta este Relatório de Gestão, com ressalva à conta de Bens Imóveis do Ativo Imobilizado, a qual carece de ajustes para contemplar o recebimento de doações de terrenos onde foram construídos alguns cartórios eleitorais.

Declaro ainda que o acompanhamento das contas é realizado mensalmente por meio da conformidade contábil mensal e diariamente por meio da conformidade dos registros de gestão, os quais são registrados no SIAFI nessa mesma periodicidade.

Macapá-AP, 28 de março de 2019.

Lucélia Cunha Moraes
CRC Nº 011317/O-1



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APRESENTADAS

- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
- BALANÇO PATRIMONIAL
- BALANÇO FINANCEIRO
- DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As Demonstrações Contábeis que passamos a informar foram analisadas pela unidade de Contabilidade da Unidade Jurisdicionada e representam fielmente os atos e fatos praticados no exercício ao qual se referem, com eventuais ressalvas descritas em notas explicativas.

Citadas demonstrações estão contidas no capítulo 8 – Anexos e Apêndices.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO, DVP E DFC)

1. No Balanço Orçamentário os valores empenhados, liquidados e pagos são superiores ao valor das dotações da UG. Isso ocorre em anos eleitorais, já que os recursos destinados aos gastos com eleição são contemplados no orçamento do TSE, o qual descentraliza para as Unidades Jurisdicionadas apenas o financeiro.
2. No Balanço Patrimonial houve um acréscimo significativo na conta de Bens Imóveis. Tal acréscimo decorreu, em maior proporção, dos seguintes eventos: (I) recebimento de doações e registro contábil de terrenos onde encontram-se construídos alguns cartórios eleitorais; (II) Aquisição e instalação de placas de energia fotovoltaicas registradas em conta do imobilizado;
3. Ainda no Balanço Patrimonial evidencia-se um acréscimo na conta de Bens móveis e Software, que se deve à aquisição de máquinas e equipamentos de TI, bem como de novas tecnologias para a melhoria da prestação jurisdicional ao eleitor e às eleições;
4. Também se observa no Balanço Patrimonial a baixa de Marcas, Direitos e patentes que se refere ao término de assinatura de biblioteca digital, a qual não foi renovada, porém se apresenta como alternativa mais viável em relação à biblioteca física, pois proporciona economia de espaço físico, simplificação no controle do acervo, acesso simultâneo por mais de um usuário, bem como atualização automática do acervo de legislações;
5. No quadro de Compensações Passivas/ Atos Potenciais Passivos do Balanço Patrimonial observa-se uma redução significativa no saldo do exercício 2018 em relação a 2017. Isto se deve ao resultado de trabalho de conciliação realizado ao longo do exercício 2018, que resultou na baixa de diversos contratos que já haviam sido encerrados;
6. Demonstração das Variações Patrimoniais – na comparação entre os exercícios observa-se o aumento das Variações Patrimoniais Aumentativas/Transferências e Delegações Recebidas, sendo justificado pelo aumento dos sub-repasses recebidos para atendimento das despesas com as eleições gerais de 2018. A UJ registrou também um acréscimo significativo de Outras Transferências e Delegações Recebidas, decorrentes do registro contábil das transferências à União de terrenos onde foram construídos cartórios eleitorais, bem como o recebimento em doações de equipamentos de informática de outros Tribunais Eleitorais.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

OUTRAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS NOTAS EXPLICATIVAS

Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Em cumprimento à NBC T 16.9, relativamente à depreciação dos bens móveis pertencentes à Unidade Jurisdicionada, foi iniciado no ano de 2010 o processo de depreciação dos bens móveis adquiridos a partir daquele exercício, seguindo a Orientação COFIC/SOF/TSE Nº 01/2010. Os demais bens móveis adquiridos antes de 2010 passaram por processo de avaliação e apuração do tempo de vida útil remanescente e somente após esse procedimento foi dado início ao processo de depreciação mensal.

Atualmente todos os bens móveis da UJ submetem-se ao registro mensal da depreciação, pelo método de quotas constantes, resguardando-se o valor residual.

O tempo de vida útil e o valor residual dos bens móveis encontram-se estabelecidos na Orientação TSE nº 01/2010, anexo I.

□ Bens Móveis

Em 31.12.2017 a conta Bens Móveis apresentou um saldo de R\$-25.482.456,16 e em 31/12/2018 fechou com saldo de R\$-26.586.713,74, com um acréscimo no valor de R\$-1.104.257,58. Referido acréscimo está relacionado em maior proporção à aquisição e incorporação de equipamentos de TI.

□ Bens Imóveis

Os Bens Imóveis foram os que apresentaram maior evolução no exercício, passando de R\$-29.681.687,58 registrado em 31.12.2017 para R\$-45.755.941,67 em 31.12.2018. O acréscimo se deve a dois fatores: (1) registro contábil de terrenos recebidos em doação de alguns municípios onde encontram-se construído cartórios eleitorais; (2) aquisição de placas de energia fotovoltaicas para ampliação da fonte de energia limpa e sustentável. Referida conta de Bens Imóveis ainda carece de ajustes em razão de que (1) alguns terrenos onde estão construídos alguns cartórios eleitorais ainda não foram doados pelas prefeituras municipais e também porque (2) os imóveis estão passando por processo de avaliação imobiliária para fins de atualização e registro no Sistema de Patrimônio da União – SPU.

Atualmente todos os cartórios e a sede da UJ funcionam em imóveis próprios, que estão em perfeitas condições de funcionamento, contando, inclusive, com instalações de energia fotovoltaicas.



Relativamente à aplicação da NBC T 16.10 e à mensuração de ativos e passivos, a UJ tem adotado os seguintes procedimentos:

- **Material de consumo em almoxarifado:** tem-se adotado a mensuração com base no custo de aquisição, registrando-se no SIAFI e no sistema Asi Web as movimentações diárias ocorridas, elaborando-se ao final de cada mês o Relatório Mensal de Movimentação de Almoxarifado – RMA e o batimento de saldos;
- - **Bens móveis:** são registrados pelo custo de aquisição, com registro mensal da depreciação e elaboração mensal de Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB e batimento de saldos entre o sistema de controle e o SIAFI;
- - **Bens imóveis:** são registrados pelo custo de construção somado ao custo do terreno, todavia alguns imóveis cujos terrenos foram recebidos em doação ainda aguardam a elaboração de laudos técnicos de avaliação para poderem ser mensurados no ativo da UJ;
- - **Passivos decorrentes da execução de contratos:** são empenhados pelo valor dos contratos, na proporção da execução no exercício;
- - **Passivos de pessoal por insuficiência de crédito/recursos:** não houve valor a ser registrado sob esse título;
- - **Passivos contingentes:** não identificamos passivos contingentes que ameacem a gestão orçamentária e financeira.



7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

**ACÓRDÃO Nº 1.233/2015 – TCU – PLENÁRIO
(SEI 0000595-72.2017.6.03.8000)**

As seguintes recomendações foram atendidas:

9.1.4. Implemente processo de avaliação de desempenho de gestores e servidores, vinculada, entre outros, aos resultados individuais e institucionais alcançados;

Desde o ano de 2015 o Programa Avaliação de Desempenho de Lideranças - PADL, está sendo executado no Tribunal, direcionado aos gestores, ocupantes de cargos gerenciais, como o Diretor-Geral, Secretários e Coordenadores. No primeiro ano de execução, os gestores elaboraram seus Planos de Ação, os quais foram homologados pela Administração e executados. Os percentuais alcançados na execução alcançaram índices, além do que foi determinado pelo Presidente (mínimo de 70%).

No ano de 2016, houve continuidade do PADL, sendo que, desta feita, com o auxílio do programa desenvolvido pela STI e com a homologação feita pela chefia imediata dos gestores, o que otimizou sobremaneira o tempo e a dinâmica do procedimento. Os índices de execução superaram o índice de 80% estipulado pela Presidência como o mínimo a ser alcançado em 2016.

Em 2017 foram incluídos no programa os ocupantes de CJ e FC 06 (SEI 0000949-97.2017.6.03.8000).

Pendentes as seguintes recomendações:

9.1.6. Estabeleça, preferencialmente, processo de seleção para funções e cargos de natureza gerencial, assegurando a avaliação dos perfis de competência dos candidatos, a transparência e a concorrência;

A seleção por competência foi utilizada apenas em projeto-piloto para seleção de servidor para o cargo de Secretário de Gestão de Pessoas (PA 81/2015, Classe X, protocolo 1.442/2015) no mês de fevereiro de 2015.

Em 2017 voltou ao modelo convencional de nomeações, sem realização de processo seletivo. Entretanto ainda tramita a minuta de Resolução de seleção para cargos e funções comissionadas, nos moldes da gestão por competência.

Tramita a minuta de Resolução de seleção para cargos e funções comissionadas, nos moldes da gestão por competência, no entanto, está sob vista da Corregedoria desde novembro de 2016 (PA nº 29-04.2016 - Classe 26, Protocolo nº 8.741/2015).

9.1.7. Conclua a implantação da gestão por competências no órgão, de forma a permitir melhor planejamento da força de trabalho e a adoção de critérios técnicos para fundamentar, entre outras, as decisões relativas a quantitativo, perfil, alocação inicial e movimentação da força de trabalho;

Houve a aprovação da Resolução nº 502/2017 que trata da Regulamentação da Gestão de Pessoas por Competências no âmbito do TRE-AP (Processo SEI 0002314-26.2016.6.03.8000).



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Em 2016 houve o primeiro processo de movimentação interna e lotação por competência (Processo SEI 0003267-87.2016.6.03.8000), dos servidores que foram removidos das Zonas Eleitorais para a Secretaria. Em 2017 não houve remoção de servidores da Zona Eleitoral para a Secretaria, porém houve um estudo de movimentação interna na Secretaria do Tribunal, evidenciada no Processo SEI 0001059-96.2017.6.03.8000.

Ainda não foram adotados critérios técnicos para fundamentar, ente outras, as decisões relativas a quantitativo, perfil, alocação inicial e movimentação da força de trabalho.

9.1.9. Defina as informações sobre a força de trabalho que devem ser monitoradas periodicamente, tais como quantitativo real de servidores em relação ao ideal e projeções de vacância, para que sejam utilizadas como insumos para planejamento e tomada de decisão.

No que se refere à força de trabalho, no ano de 2015 foi constituída Comissão para realizar estudos visando planejamento e equilíbrio da força de trabalho. Com a comissão formada, foram feitas algumas pesquisas relacionadas à lotação, quantitativo de servidores e verificações quanto à realização de atividades, e ainda se havia desvios de função a ajustar.

Ocorre que, em abril/2016, foi editada a Resolução 219/2016- CNJ, que regulamenta os estudos acerca de lotação de pessoal e elaborada para a realidade dos Tribunais de Justiça, bem diferente da realidade da Justiça Eleitoral. O artigo 11, da referida Resolução, dispõe acerca da lotação de, no máximo, 30% da força de trabalho, na área administrativa, devendo a maior parte ser lotada na área jurídica. Como a realidade da JE é bem diferenciada da realidade dos Tribunais de Justiça, foi editada a Portaria CNJ 98/2016, que criou um Grupo de Trabalho, incluindo o Diretor-Geral do TSE, com o objetivo de analisar a Resolução 219/2016-CNJ e o que poderá ser aplicado na Justiça Eleitoral.

Assim, as atividades da Comissão Força de Trabalho, neste Tribunal, foram suspensas e deverão ser retomadas logo que seja resolvida essa questão. Com isso, os demais itens relacionados ao monitoramento periódico da força de trabalho ficam condicionadas à conclusão do processo principal.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Acórdão nº 2351/2016-TCU-Plenário

(SEI 0000945-60.2017.6.03.8000)

As seguintes recomendações foram atendidas:

9.1.4. capacite os gestores na área de aquisições em gestão de riscos;

A Escola Judiciária Eleitoral promoveu 02 (dois) cursos em gestão de riscos (SEI 001915-60.2017.6.03.0008 e 0003158-39.2017.6.03.0008).

9.1.6. no que se refere a auditoria interna:

b) defina manuais de procedimentos para serem utilizados pela unidade de auditoria interna na execução de suas atividades (IPPF 2040);

O Manual de Procedimentos de Auditoria foi aprovado pela Portaria Presidência Nº 408/2017 (disponível em <http://intranet.tre-ap.jus.br/adm-portal/arquivos/manual-de-auditoria-interna-tre-ap>).

9.1.7. execute processo de planejamento das aquisições, contemplando, pelo menos:

b) aprovação do plano de aquisições pela mais alta autoridade da organização ou pelo Comitê gestor de Aquisições, quando este possuir função deliberativa;

Aprovados os Planos de Aquisições 2017 e 2018 (SEI 0000379-14.2017.6.03.80000 e 0000483-69.2018.6.03.8000).

9.1.9. no que se refere ao processo formal de trabalho para planejamento de cada uma das aquisições:

a) estabeleça, em normativos, a obrigatoriedade de que as contratações sejam iniciadas por um documento no qual conste explicitamente a necessidade da contratação e o demandante do objeto do contrato;

A edição da IN TRE-AP nº 3 de 25/1/2018, acolhendo a Resolução TSE nº 23.234/2010, atendeu esta recomendação.

9.1.10. defina, aprove e publique um processo formal de trabalho para gestão dos contratos de cada uma das aquisições, estabelecendo, no mínimo, as seguintes fases:

a) iniciação do contrato, contendo reunião de iniciação com todos os atores que possuem papéis relevantes na contratação;

b) fiscalização do contrato contendo previsão para utilização e inclusão no processo de contratação das listas de verificação para os aceites provisório e definitivo definidas na etapa de planejamento da contratação, de modo que os atores da fiscalização tenham um referencial claro para atuar na fase de gestão do contrato;

c) fase de ajustes contratuais, contendo os cuidados que devem ser observados nas alterações contratuais, como exemplos, imutabilidade da essência do objeto e limite de aumento do valor do contrato restrito a 25% do valor, admitida excepcionalidade acima desse valor;



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

*d) encerramento ou transição contratual, contendo procedimentos que assegurem a continuidade da prestação dos serviços;
e) antes da designação dos fiscais/gestores, avaliar o quantitativo de contratos fiscalizados e a sua respectiva capacitação para desempenhar a atividade, com vistas a uma adequada fiscalização contratual;*

O tribunal editou a IN TRE-AP nº 3 de 25/1/2018, acolhendo a Resolução TSE nº 23.234/2010, que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços no âmbito da Justiça Eleitoral. A norma será revista com a finalidade de aperfeiçoamento e absorção das melhores práticas.

9.1.13. estabeleça modelos de lista de verificação para atuação do pregoeiro ou da comissão de licitação contendo os itens a serem analisados na fase externa da licitação e

9.1.14. documente, em cada processo de contratação, as listas de verificação utilizadas para atuação do pregoeiro ou da comissão de licitação;

Prática adotada no processo 0000523-85.2017.6.03.8000, docs. 0225060 (fase interna) e 0225851 (fase externa).

9.1.15. no processo formal de trabalho para a contratação de bens e serviços, e na gestão dos contratos decorrentes que vierem a ser elaborados (Deficiências no processo de planejamento de cada uma das aquisições), inclua os seguintes controles internos na etapa de elaboração dos estudos técnicos preliminares:

a) definição de método de cálculo para:

a.1) quantidades e tipos de postos de trabalho (quando aplicável) necessários à contratação;

a.2) quantidade e o tipo de serviços sob demanda;

a.3) quantidade e o tipo de serviços de manutenção preventiva;

b) documentar o método utilizado para a estimativa de quantidades no processo de contratação, juntamente com os documentos que lhe dão suporte;

c) definir método para a estimativa de preços, considerando uma cesta de preços, utilizando-se das diretrizes contidas na IN SLTI 5/2014;

e) avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que a fornece e atentando que a solução deve ser parcelada quando as respostas a todas as 4 perguntas a seguir forem positivas: 1) É tecnicamente viável dividir a solução?; 2) É tecnicamente viável dividir a solução?; 3) Não há perda de escala ao dividir a solução?; 4) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?

f) em caso de parcelamento, avaliar a melhor forma de parcelá-la (parcelamento formal – licitações distintas ou licitação com adjudicação por lotes; ou parcelamento material – permissão de consórcios ou de subcontratação);

g) documentar o método utilizado para avaliar se a solução é divisível ou não no processo de contratação, juntamente com os documentos que lhe dão suporte;

A prática é observada em atendimento ao contido na IN SLTI 5/2014, p. ex. no processo SEI 0001623-75.2017.6.03.8000, item 10 do documento Estudos Preliminares (SEI 0216628).



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Pendentes as seguintes recomendações:

Dentro do prazo previsto no Plano de Ação

9.1.3. estabeleça diretrizes para o gerenciamento de riscos da área de aquisições; Está sobre responsabilidade do Comitê Gestor de Aquisições, com prazo previsto para implementação em dezembro de 2018.

9.1.5. realize gestão de riscos das aquisições;

Está sobre responsabilidade do Comitê Gestor de Aquisições, com prazo previsto para implementação em dezembro de 2018.

Com prazo vencido conforme Plano de Ação

9.1.7. execute processo de planejamento das aquisições, contemplando, pelo menos: d) acompanhamento periódico da execução do plano, para correção de desvios.

Está sobre responsabilidade do Comitê Gestor de Aquisições, com prazo previsto para implementação em dezembro de 2017. Durante o exercício de 2017 e 2018, não houve evidências de avaliação do plano, não obstante a previsão de reuniões trimestrais de avaliação em norma interna.

9.1.17. no seu modelo de processo de aquisições para a contratação de bens e serviços e a gestão dos contratos decorrentes que vier a ser elaborado (Deficiências no processo de gestão dos contratos), inclua os seguintes controles internos na etapa de gestão contratual:

d) mecanismos que permitam o rastreamento dos pagamentos efetuados, isto é, que permitam, para cada pagamento executado, identificar os serviços fornecidos pela contratada contendo o detalhamento da mão de obra empregada e material utilizados;

Está sobre responsabilidade do Secretaria de Administração e Orçamento, com prazo previsto para implementação em dezembro de 2017.

A ação proposta foi a atualização do SISG para viabilizar que as ocorrências registradas sejam aplicadas a um mecanismo indicativo de glosas, contudo, ainda não houve a atualização do SISG em decorrência das inúmeras demandas encaminhadas à STI, ocasionando a deliberação do Comitê Gestor, por unanimidade, priorizando a evolução do SISG, conforme a Ata da Reunião 0270696, informando, ainda, que foi solicitado à STI que essa atualização/evolução ocorresse até o final de maio/2018. (doc. 0270767).

f) documentar a sistemática de fiscalização utilizada em cada período.

Está sobre responsabilidade do Secretaria de Administração e Orçamento, com prazo previsto para implementação em dezembro de 2017.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

A ação proposta foi a edição de norma interna regulamentando para os fiscais a obrigatoriedade de preenchimento dos relatórios mensais enviados pelo SISG. O art. 3º da IN TRE-AP nº 3 de 25/1/2018 (doc. 0263152), tornou obrigatório aos fiscais e às equipes de fiscalização de contratos o preenchimento e envio dos relatórios mensais, que são automaticamente gerados pelo SISG - Sistema de Serviços Gerais, com o objetivo de acompanhar e registrar as ocorrências mensais de fiscalização. A documentação, depende de atualização do SISG.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Acórdão nº 1.832/2018-TCU-Plenário

(SEI 0002617-69.2018.6.03.8000)

O Acórdão se refere à avaliação do nível de transparência dos portais eletrônicos das organizações dos Poderes Judiciário e Legislativo, bem como do Ministério Público da União e de empresas estatais vinculadas ao Poder Executivo Federal.

O referido acórdão traz as seguintes determinações:

9.1. determinar às organizações fiscalizadas, com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, II, do Regimento interno do TCU que, no prazo de 180 dias, adotem as providências necessárias para:

9.1.1. corrigir as desconformidades identificadas, com base no resultado da avaliação individualizada feita por este Tribunal, constantes dos relatórios específicos elaborados para cada uma das organizações, de forma a publicar em suas páginas de transparência na internet, as informações que devem ser obrigatoriamente divulgadas conforme os normativos de transparência aplicáveis, em especial aquelas relativas:

9.1.1.1. a licitações e contratos (art. 8º, IV, da Lei 12.527/2011); a receitas e despesas (art. 48-A da LC 101/2000; art. 8º, § 1º, III, da Lei 12.527/2011); à execução orçamentária e financeira (art. 48, II, da LC 101/2000); a remunerações, diárias e passagens (art. 94, II e IV, da Lei 13.242/2015); à prestação de contas, a auditorias e inspeções (art. 48, caput, da LC 101/2000; art. 7º, VII, “b”, da Lei 12.527/2011); a informações institucionais (art. 8º, § 1º, I, da Lei 12.527/2011); e a indicadores de desempenho, metas e resultados; e a programas, ações, projetos e obras (art. 7º, VII, “a”, c/c o art. 8º, § 1º, V, da Lei 12.527/2011);

9.1.1.2. ao rol de informações classificadas e desclassificadas (art. 30, I e II, da Lei 12.527/2011);

9.1.1.3. às audiências públicas, às consultas públicas e às ouvidorias (art. 9º, II, da Lei 12.527/2011);

9.1.1.4. ao Serviço de Informações ao Cidadão, seja presencial ou eletrônico, e ao relatório estatístico sobre os pedidos de acesso à informação (art. 9º, I, c/c o art. 10, art. 30, III, da Lei 12.527/2011, e arts. 14 e 15, da Lei 13.460/2017);

9.1.1.5. à gestão das empresas estatais e discriminadas na Resolução – CGPAR 5/2015 e na Lei 13.303/2016, no caso específico das empresas estatais do Poder Executivo Federal fiscalizadas;

Na fase de levantamento de informações, o TCU encaminhou questionário ao TRE-AP determinando indicação de evidências da conformidade das respostas.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

A Seção de Auditoria apresentou matriz com questões que tiveram avaliação "cumprimento parcial" ou "não cumprimento", comentários e sugestões.

Questão	Avaliação Final	Comentário	Sugestão
1) Possui banner na sua página inicial onde conste "acesso à informação" ou alguma outra forma de redirecionamento para seção com conteúdo mínimo de informações sobre transparência ativa e passiva?	Cumprimento parcial	Existe somente uma aba chamada Transparência. Não consta o banner "acesso à informação"	Criar o banner "acesso à informação".
5) Apresenta mecanismos para garantir autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso?	Cumprimento parcial	Não disponibiliza mecanismos para garantir a autenticidade dos documentos.	Implantar mecanismos para garantir a autenticidade dos documentos extraídos do Portal Transparência.
11) Divulga nome e cargo da autoridade do órgão responsável pelo monitoramento da implementação da LAI?	Não cumprimento	Ausência da divulgação da autoridade de monitoramento, conforme prevista no art. 40 da LAI.	Divulgar nome e cargo da autoridade do órgão responsável pelo monitoramento da implementação da LAI.
12) Informações estão completas?	Cumprimento parcial	Atributos vinculados à I.1 - Aderência à LAI	Inserir informações mencionadas nas questões 1 a 10, mantendo mecanismos para que sejam atualizadas com a periodicidade suficiente para manter a utilidade da informação e permitir a emissão de relatórios com séries históricas.
13) Informações são de fácil acesso (exigem identificação/cadastramento prévio)?	Cumprimento parcial		
14) Informações estão atualizadas?	Cumprimento parcial		
15) Apresentam série histórica?	Cumprimento parcial		
16) Consta a estrutura organizacional do órgão/entidade, demonstrada de forma textual ou gráfica, que apresente claramente a relação hierárquica entre as suas unidades (organograma)?	Cumprimento parcial	Estava apenas no Portal externo, mas não no Portal Transparência, entretanto a informação foi adicionada neste último http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/estrutura-organizacional	
17) Consta endereços, e-mails e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público?	Cumprimento parcial	Não consta no Portal Transparência estas informações. Os link em http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/acesso-a-informacao estão incorretos.	Inserir endereços, e-mails, telefones e horário de atendimento ao público das unidades da Sede e Cartório Eleitorais do TRE-AP.
21) Consta telefones, endereços e e-mails dos ocupantes dos principais cargos?	Não cumprimento	Não consta no Portal Transparência estas informações.	Inserir endereços, e-mails, telefones dos ocupantes dos principais cargos (ex. DG e Secretários)



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Questão	Avaliação Final	Comentário	Sugestão
22) Divulga agenda das autoridades e ocupantes de cargos ou empregos cujo exercício proporcione acesso a informação privilegiada capaz de trazer vantagem econômica ou financeira para o agente público ou para terceiro?	Não cumprimento	Verificar se aplica-se ao TRE-AP.	
23) Informações estão completas?	Cumprimento parcial	Atributos vinculados à I.2 - Institucional	Inserir informações mencionadas nas questões 15 a 21, mantendo mecanismos para que sejam atualizadas com a periodicidade suficiente para manter a utilidade da informação e permitir a emissão de relatórios com séries históricas.
24) Informações são de fácil acesso (exigem identificação/cadastramento prévio)?	Cumprimento parcial		
25) Informações estão atualizadas?	Cumprimento parcial		
26) Apresentam série histórica?	Cumprimento parcial		
33) Informações estão atualizadas?	Não cumprimento	Atributos vinculados à I.3 - Ações e programas	Inserir informações mencionadas nas questões 26 a 29, mantendo mecanismos para que sejam atualizadas com a periodicidade suficiente para manter a utilidade da informação e permitir a emissão de relatórios com séries históricas.
34) Apresentam série histórica?	Não cumprimento		
35) Há publicação de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros?	Não cumprimento	Não se aplica à realidade do TRE-AP.	
c) período de vigência			
35) Há publicação de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros?	Não cumprimento	Não se aplica à realidade do TRE-AP.	
e) inteiro teor			
36) Informações estão completas?	Não cumprimento	Não se aplica à realidade do TRE-AP.	
37) Informações são de fácil acesso (exigem identificação/cadastramento prévio)?	Não cumprimento	Não se aplica à realidade do TRE-AP.	
38) Informações estão atualizadas?	Não cumprimento	Não se aplica à realidade do TRE-AP.	
39) Apresentam série histórica?	Não cumprimento	Não se aplica à realidade do TRE-AP.	
43) Há divulgação das despesas com cartão corporativo e suprimento de fundos, com a descrição dos gastos e indicação da	Não cumprimento	Não consta no Portal Transparência estas informações.	Inserir no Portal Transparência informações sobre despesas com suprimento de fundos.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Questão	Avaliação Final	Comentário	Sugestão
aprovação de sua prestação de contas?			
48) o site divulga informações concernentes a procedimentos licitatórios (inclusive dispensas e inexigibilidades) com dados dos últimos 6 meses?	Cumpre parcialmente	Disponível em http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/licitacoes/lista-de-licitacoes	
a) Publica ao menos Modalidade; Data; Valor; Número/ano eleitoral; Objeto; Situação; Resultado?			
48) o site divulga informações concernentes a procedimentos licitatórios (inclusive dispensas e inexigibilidades) com dados dos últimos 6 meses?	Não cumpre		Disponibilizar as informações relativas aos procedimentos licitatórios em formato aberto.
c) Formato aberto?			
48) o site divulga informações concernentes a procedimentos licitatórios (inclusive dispensas e inexigibilidades) com dados dos últimos 6 meses?	Não cumpre		Disponibilizar ferramenta de pesquisa de licitações.
d) Pesquisa licitações?			
49) O site divulga informações concernentes a contratos com dados dos últimos 6 meses?	Não cumpre		Disponibilizar as informações relativas aos contratos em formato aberto.
c) Formato aberto			
50) Divulga, com atualização quinzenal, nas respectivas páginas de Transparência Pública, relação de empresas declaradas suspensas do direito de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública Federal?	Não cumpre		Disponibilizar relação de empresas declaradas suspensas do direito de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública Federal.
51) Há divulgação de atas de registro de preços próprias ou adesões, com as mesmas informações exigidas em relação ao contrato?	Cumpre parcialmente	A divulgação das atas de registro de preços é feita exatamente como feito em relação aos contratos, ou seja, utilizamos o sistema SIAC com a disponibilização, inclusive, do inteiro teor das atas e respectivas publicações	Disponibilizar atas de registro de preços próprias ou adesões, com as mesmas informações exigidas em relação ao contrato.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Questão	Avaliação Final	Comentário	Sugestão
52) Informações estão completas?	Cumpre parcialmente	Atributo vinculado à I.6 -Licitações e Contratos	Inserir informações mencionadas nas questões 47 a 50, mantendo mecanismos para que sejam atualizadas com a periodicidade suficiente para manter a utilidade da informação e permitir a emissão de relatórios com séries históricas.
56) Há divulgação, em periodicidade ao menos quinzenal, de despesas com Diárias e Passagens nacionais e internacionais de servidores/empregados/comissionados/terceirizados?	Cumpre parcialmente		Disponibilizar informações relativas às despesas com Diárias e Passagens nacionais e internacionais de servidores/empregados/comissionados/terceirizados.
a) Publica ao menos favorecido, data, destino, cargo e motivo?			
57) Há divulgação, em periodicidade ao menos quinzenal, de despesas com Diárias e Passagens nacionais e internacionais de autoridades/membros?	Cumpre parcialmente		Disponibilizar informações relativas às despesas com Diárias e Passagens nacionais e internacionais de autoridades/membros.
a) Publica ao menos favorecido, data, destino, cargo e motivo?			
57) Há divulgação, em periodicidade ao menos quinzenal, de despesas com Diárias e Passagens nacionais e internacionais de autoridades/membros?	Não cumpre	Não se aplica à realidade do TRE-AP.	
b) Publica viagens internacionais?			
65) Disponibiliza e mantém atualizada, nos respectivos sítios na internet, tabela com os totais de beneficiários e valores per capita, segundo cada benefício relacionado a seguir, por órgão e entidade, bem como os respectivos atos legais relativos aos seus valores per capita: [Auxílio alimentação ou refeição]	Não cumpre	Informação disponível em http://www.justica eleit oral.jus.br/arquivos/tre-ap-anexo-ivh-julho2017 , desatualizada.	Manter atualizadas as informações no Portal Transparência.
65) Disponibiliza e mantém atualizada, nos respectivos sítios na internet, tabela com os totais de beneficiários e	Não cumpre	Informação disponível em http://www.justica eleit oral.jus.br/arquivos/tre	Manter atualizadas as informações no Portal Transparência.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Questão	Avaliação Final	Comentário	Sugestão
valores per capita, segundo cada benefício relacionado a seguir, por órgão e entidade, bem como os respectivos atos legais relativos aos seus valores per capita: [A assistência pré-escolar]		ap-anexo-ivh-julho2017, desatualizada.	
65) Disponibiliza e mantém atualizada, nos respectivos sítios na internet, tabela com os totais de beneficiários e valores per capita, segundo cada benefício relacionado a seguir, por órgão e entidade, bem como os respectivos atos legais relativos aos seus valores per capita: [Assistência médica e odontológica, nesta incluídos os exames periódicos]	Não cumpre	Informação disponível em http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ap-anexo-ivh-julho2017 , desatualizada.	Manter atualizadas as informações no Portal Transparência.
68) Divulga relação de servidores e membros que participam de Conselhos e assemelhados?	Não cumpre	Não se aplica à realidade do TRE-AP.	Inserir informações mencionadas nas questões 61 a 68, mantendo mecanismos para que sejam atualizadas com a periodicidade suficiente para manter a utilidade da informação e permitir a emissão de relatórios com séries históricas.
70) Informações está completas?	Não cumpre		
71) Informações são de fácil acesso (exigem identificação/cadastramento prévio)?	Não cumpre		
72) Informações estão atualizadas?	Não cumpre		
74) Divulga, anualmente, lista de documentos classificados em cada grau de sigilo (ultrassecreto, secreto, reservado), contendo: [Código de Indexação de Documento que contém Informação Classificada (CDIC)] [Categoria na qual se enquadra a informação] [Indicação de dispositivo legal que fundamenta a classificação] [Data da produção, data da classificação e prazo da classificação]	Não cumpre		Divulgar lista de documentos classificados em cada grau de sigilo. Exemplo: http://www.cnmp.mp.br/portal/dtransparencia/publicacao-anual-do-sic/rol-de-documentos-classificados-em-cada-grau-de-sigilo-com-identificacao-para-referencia-futura
75) Divulga, anualmente, a lista das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses?	Não cumpre		Divulgar, anualmente, a lista das informações que tenham sido



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Questão	Avaliação Final	Comentário	Sugestão
			desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses
76) Informações estão completas?	Não cumpre	Atributo vinculado à I.6 - Licitações e Contratos	Inserir informações mencionadas nas questões 73 a 74, mantendo mecanismos para que sejam atualizadas com a periodicidade suficiente para manter a utilidade da informação e permitir a emissão de relatórios com séries históricas.
77) Informações são de fácil acesso (exigem identificação/cadastramento prévio)?	Não cumpre		
78) Informações estão atualizadas?	Não cumpre		
79) Apresentam série histórica?	Não cumpre		
94) No que diz respeito às sessões de julgamento dos órgãos colegiados, o órgão/entidade: [transmite ao vivo as sessões pela internet e/ou outros meios de comunicação]	Não cumpre	Transmitido via https://www.youtube.com/watch?v=27DRzgcicZY	
94) No que diz respeito às sessões de julgamento dos órgãos colegiados, o órgão/entidade: [disponibiliza os arquivos das sessões em vídeo]	Não cumpre	Upload em https://www.youtube.com/watch?v=27DRzgcicZY	

Questionário original no processo SEI 0002100-35.2016.6.03.8000 documento 0150710.

O acórdão faz ainda seguintes as recomendações:

9.2. recomendar às organizações fiscalizadas, com fulcro no art. 43, II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, que:

9.2.1. adotem providências para elaborar e publicar em suas respectivas páginas de transparência na internet a “Carta de Serviços ao Usuário”, nos termos do art. 7º, caput e §§1º a 5º, da Lei 13.460/2017, e para realizar avaliação dos serviços públicos prestados e divulgar os resultados das avaliações, conforme o art. 23, da Lei 13.460/2017, tendo em vista a iminência da entrada em vigor da referida Lei;

9.2.2. observem as orientações contidas na Seção B.III, item 3 – Participação Social, do “Guia para publicação proativa de informações nos sítios eletrônicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal” ao divulgarem, nas suas respectivas páginas de transparência na internet, as informações relativas aos mecanismos de participação popular previstos no art. 9º, II, da Lei 12.527/2011;

Em cumprimento ao item 9.2.1, verificamos que a "Carta de Serviços ao Usuário" está disponível em <http://www.tre-ap.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor>.

Quanto ao item 9.2.2, por se tratar de publicação voltada para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, este TRE-AP não está obrigado a observar seu conteúdo, mas pode utilizar como boa prática.



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Não identificamos no Portal Transparência, evidências relativas aos mecanismos de participação popular previstos no art. 9º, II, da Lei 12.527/2011.

Sugerimos ainda:

1. Criar o banner "acesso à informação";
2. Implantar mecanismos para garantir a autenticidade dos documentos extraídos do Portal Transparência;
3. Divulgar nome e cargo da autoridade do órgão responsável pelo monitoramento da implementação da LAI;
4. Inserir informações mencionadas nas questões 1 a 10; 15 a 21; 26 a 29; 47 a 50; 61 a 68 e 73 a 74, mantendo mecanismos para que sejam atualizadas com a periodicidade suficiente para manter a utilidade da informação e permitir a emissão de relatórios com séries históricas;
5. Inserir endereços, e-mails, telefones e horário de atendimento ao público das unidades da Sede e Cartório Eleitorais do TRE-AP;
6. Inserir endereços, e-mails, telefones dos ocupantes dos principais cargos (ex. DG e Secretários);
7. Inserir no Portal Transparência informações sobre despesas com suprimento de fundos;
8. Disponibilizar as informações relativas aos procedimentos licitatórios e contratos em formato aberto;
9. Disponibilizar ferramenta de pesquisa de licitações;
10. Disponibilizar relação de empresas declaradas suspensas do direito de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública Federal;
11. Disponibilizar atas de registro de preços próprias ou adesões, com as mesmas informações exigidas em relação ao contrato;
12. Disponibilizar informações relativas às despesas com Diárias e Passagens nacionais e internacionais de servidores/empregados/comissionados/terceirizados/autoridades/membros;
13. Manter atualizadas as informações no Portal Transparência;
14. Divulgar lista de documentos classificados em cada grau de sigilo;
15. Divulgar, anualmente, a lista das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses e
16. Observar as orientações contidas na Seção B.III, item 3 – Participação Social, do “Guia para publicação proativa de informações nos sítios eletrônicos dos órgãos e entidades do Poder



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Executivo Federal” ao divulgar, na página de transparência na internet, as informações relativas aos mecanismos de participação popular.

Em reunião no dia 12/11/2018, o Comitê Gestor decidiu criar comissão ou grupo de trabalho com a finalidade de definir os responsáveis por cada ação sugerida e posterior encaminhamento às unidades responsáveis pelas ações, para elaborar Plano de Ação para implementar as ações sugeridas no prazo previsto no plano (ata de 22/11/2018, SEI ID 0335593).



8. ANEXOS E APÊNDICES

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APRESENTADAS

- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
- BALANÇO PATRIMONIAL
- BALANÇO FINANCEIRO
- DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(estão contidas após as listas)



LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- A – Atividade
- ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- AP – Amapá
- ARP's – Ata de Registro de Preços
- ASI – Automation System of Inventory (sistema de controle de bens patrimoniais)
- CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CATMAT – Sistema de Catalogação de Material
- CCI – Coordenadoria de Controle Interno
- CFTV – Circuito fechado de Câmeras de Segurança
- CGIE – Comitê de Gestão Institucional e Estratégica
- CSG – Coordenadoria de Serviços Gerais
- CNJ – Conselho Nacional de Justiça
- CODES – Coordenadoria de Desenvolvimento
- CPL – Comissão Permanente de Licitação
- COF – Coordenadoria de Orçamento e Finanças
- CRE – Corregedoria Regional Eleitoral
- DBR – Declaração de Bens e Renda
- DG – Diretoria Geral
- DN – Decisão Normativa
- ECREP- Eficácia em relação à META na LOA
- EFLOA - Eficiência em relação à META na LOA
- EJE – Escola Judiciária Eleitoral
- ELO – Sistema Eleitor On-line
- EPF – Eclipse Process Framework
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IN – Instrução Normativa
- JF – Justiça Federal
- LOA – Lei Orçamentária Anual



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

MPE – Ministério Público Estadual
MPF – Ministério Público Federal
NA – Não se Aplica
NBR – Normas Brasileiras
OP - Operações Especiais
PAC – Plano Anual de Capacitação
PPA – Plano Plurianual
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PJ – Pessoa Jurídica
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMM – Prefeitura Municipal de Macapá
PNMC – Política Nacional Sobre Mudança de Clima
PPA – Plano Plurianual
PR - Previsão
PRES – Presidência
PSSS – Plano de Seguridade Social do Servidor
RE - Realizado
Res. – Resolução
RG – Relatório de Gestão
RP – Restos a Pagar
SADP – Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos
SAGEC – Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos
SAO – Secretaria de Administração e Orçamento
SEJUD - Secretaria Judiciária
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG – Sistema Integrado de Serviços Gerais
SIGEPRO - Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta orçamentária



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINCOV – Sistema de Gestão de Convênios
STI – Secretaria de Tecnologia da Informação
TI – Tecnologia da Informação
TJAP – Tribunal de Justiça do Amapá
TCU – Tribunal de Contas da União
TRE/AP – Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UJ – Unidade Jurisdicionada
UGR – Unidade Gestora Responsável
ZE – Zona Eleitoral

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Organograma
Figura 02 - Serviços ao Cidadão e aos Partidos
Figura 03 - Logística do Processo Eleitoral
Figura 04 – Mapa Estratégico
Figura 05 – Fluxo de atividades de auditoria interna
Figura 06 – Canais de Acesso ao Cidadão
Figura 07 – Pesquisa de Qualidade
Figura 08 – Capacitações realizadas
Figura 09 – Fluxo das licitações
Figura 10 – Contratações em destaque
Figura 11 – Sistema de Governança Corporativa de TIC
Figura 12 – Fluxo de custos
Figura 13 - Centro de custos
Figura 14 – Centro de Custos



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01 – Pleno do TRE-AP – Titulares – Exercício 2018
- Quadro 02 - Pleno do Tribunal – Substitutos – Exercício 2018
- Quadro 03 – Indicadores do Planejamento Estratégico
- Quadro 04 – Créditos Recebidos
- Quadro 05 – Custo por Eleitor - 2014 x 2018
- Quadro 06 - Execução da Despesa por Grupo e Elemento de Despesa
- Quadro 07 - Desempenho orçamentário/financeiro
- Quadro 08 – Indicadores do Desempenho Físico/Financeiro (Gestão do Processo Eleitoral)
- Quadro 09 - Perdas Orçamentárias e Aderência da Execução ao Planejamento Orçamentário
- Quadro 10 - Diligências recebidas do TCU/CNJ e providência adotadas
- Quadro 11 – Principais contratações
- Quadro 12 – Gastos com contratações mais relevantes
- Quadro 13 – Contratações diretas
- Quadro 14 - Levantamento de necessidades de servidores para atividades típicas de TI
- Quadro 15 – Metas alcançadas e resultados - Sustentabilidade Ambiental
- Quadro 16 – Eficiência no consumo de energia elétrica
- Quadro 17 – Candidatos por vaga
- Quadro 18 – Cassação/indeferimento de registro de candidatura
- Quadro 19 – Processos Eleitorais
- Quadro 20 – Indicadores processuais
- Quadro 21 – Classes judiciais mais utilizadas
- Quadro 22 – Quantitativo de recursos processuais
- Quadro 23 – Média de decisões por processo
- Quadro 24 – Receitas partidárias
- Quadro 24a – Despesas partidárias
- Quadro 25- Relação dos diretórios de Partidos no Estado
- Quadro 26 - Cotas do Fundo Partidário Recebidas pelos Diretórios Estaduais
- Quadro 27: Diretórios Estaduais que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

- Quadro 28 - Diretórios Estaduais que NÃO Prestaram Contas Relativas ao Exercício de 2018
- Quadro 29 - Julgamento das Contas dos Diretórios Estaduais dos Partidos

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 01 – Ações de Auditoria
- Gráfico 02 – Demandas Atendidas pelos canais de acesso
- Gráfico 03 – Desempenho Orçamentário/financeiro
- Gráfico 04 – Distribuição de servidores por faixa salarial
- Gráfico 05 – Distribuição de servidores por gênero
- Gráfico 06 – Distribuição de servidores por deficiência
- Gráfico 07 – Distribuição de servidores por faixa etária
- Gráfico 08 – Distribuição Quantitativa de servidores por carreira
- Gráfico 09 – Distribuição de Servidores por unidade
- Gráfico 10 – Evolução das Despesas com pessoal
- Gráfico 11 – Progressão Funcional - 2018
- Gráfico 12 – Ocupação de Cargos Comissionados por Efetivos e não efetivos -
- Gráfico 13 – Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI
- Gráfico 14 - Indicadores do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
- Gráfico 15 – Recursos Aplicados em TI – tipo de despesa
- Gráfico 16 – Montante de recursos aplicados – Objetivos estratégicos de TI
- Gráfico 17 – Recursos aplicados por natureza das despesas de TI
- Gráfico 17 – Recursos aplicados – maiores contratações de TI
- Gráfico 18 – Quantidade de servidores lotados na área de TI
- Gráfico 19 – Atendimento ao público x funcionamento das Secretarias
- Gráfico 20 – Custo por subgrupos
- Gráfico 21 – Candidatos por cargo



Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APRESENTADAS

- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
- BALANÇO PATRIMONIAL
- BALANÇO FINANCEIRO
- DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 70029 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPA
ORGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL
EXERCÍCIO 2018
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 15/03/2019
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	67.315.686,15
Ordinárias	-	-	Ordinárias	64.252.738,29
Vinculadas	-	-	Vinculadas	3.062.947,86
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	Previdência Social (RPPS)	1.685.668,02
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Recursos de Receitas Financeiras	-
			Operação de Crédito	-
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.377.279,84
Transferências Financeiras Recebidas	66.867.969,12	52.732.743,82	Transferências Financeiras Concedidas	406.526,54
Resultantes da Execução Orçamentária	66.827.942,80	52.732.743,82	Resultantes da Execução Orçamentária	8.036,00
Sub-repasse Recebido	66.827.942,80	52.732.743,82	Sub-repasse Concedido	-
Independentes da Execução Orçamentária	40.026,32	-	Sub-repasse Devolvido	8.036,00
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	27.215,17	-	Independentes da Execução Orçamentária	398.490,54
Movimentação de Saldos Patrimoniais	12.811,15	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	398.490,54
Recebimentos Extraorçamentários	1.263.500,03	339.974,34	Despesas Extraorçamentárias	90.224,15
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	40.306,36	24.889,83	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	24.889,83
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	773.871,66	2.969,14	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.691,70
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	63.642,62	42.430,35	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	63.642,62
Outros Recebimentos Extraorçamentários	385.679,39	269.685,02	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-
Arrecadação de Outra Unidade	385.679,39	269.685,02		
Saldo do Exercício Anterior	8.036,00	2.194.752,33	Saldo para o Exercício Seguinte	327.068,31
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.036,00	2.194.752,33	Caixa e Equivalentes de Caixa	327.068,31
TOTAL	68.139.505,15	55.267.470,49	TOTAL	68.139.505,15



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 70029 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPA
ORGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL
EXERCÍCIO 2018
PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/03/2019
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	830.307,05	359.301,40	PASSIVO CIRCULANTE	1.118.198,80	31.711,62
Caixa e Equivalentes de Caixa	327.068,31	8.036,00	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.099.163,18	5.217,50
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	69.372,11	11.117,56	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	8.605,09	25.556,10
Estoques	433.866,63	340.147,84	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	10.430,53	938,02
ATIVO NÃO CIRCULANTE	61.727.429,54	47.357.652,81	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.118.198,80	31.711,62
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social		
Imobilizado	59.925.077,56	45.557.183,83	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	15.048.286,50	16.541.055,15	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	26.586.713,74	25.482.456,16	Resultados Acumulados	61.439.537,79	47.685.242,59
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-11.538.427,24	-8.941.401,01	Resultado do Exercício	17.962.571,03	2.189.850,06
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	47.685.242,59	49.471.551,84
Bens Imóveis	44.876.791,06	29.016.128,68	Ajustes de Exercícios Anteriores	-4.208.275,83	-3.976.159,31
Bens Imóveis	45.755.941,67	29.681.687,58	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-879.150,61	-665.558,90	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	61.439.537,79	47.685.242,59
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.802.351,98	1.800.468,98			
Softwares	1.802.351,98	1.650.348,98			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	150.120,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	150.120,00			
TOTAL DO ATIVO	62.557.736,59	47.716.954,21	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	62.557.736,59	47.716.954,21

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	327.068,31	8.036,00	PASSIVO FINANCEIRO	815.116,04	39.066,37
ATIVO PERMANENTE	62.230.668,28	47.708.918,21	PASSIVO PERMANENTE	1.076.954,42	4.617,70
			SALDO PATRIMONIAL	60.665.666,13	47.673.270,14

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	158.373,44	158.373,44	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	6.827.568,37	33.243.715,39
Execução dos Atos Potenciais Ativos	158.373,44	158.373,44	Execução dos Atos Potenciais Passivos	6.827.568,37	33.243.715,39
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	158.373,44	158.373,44	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneros a Executar	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneros a Executar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	6.827.568,37	33.243.715,39
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	158.373,44	158.373,44	TOTAL	6.827.568,37	33.243.715,39

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			-483.111,43
Recursos Vinculados			-4.936,30
Previdência Social (RPPS)			-4.936,30
TOTAL			-488.047,73



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 70029 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPA
ORGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL
EXERCÍCIO 2018
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 15/03/2019
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	81.869.987,69	53.060.132,63
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	11,58	-
Transferências e Delegações Recebidas	81.115.860,53	52.733.890,62
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	368.447,77	56.556,99
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	385.667,81	269.685,02
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	63.907.416,66	50.870.282,57
Pessoal e Encargos	41.139.747,78	34.576.514,81
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.833.646,07	1.678.762,30
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	19.832.854,80	13.585.198,42
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	918.913,09	890.399,78
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	106.031,16	25.767,07
Tributárias	30.482,95	20.198,05
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	45.740,81	93.442,14
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	17.962.571,03	2.189.850,06

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 70029 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPA
ORGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL
EXERCÍCIO 2018
PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/03/2019
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Recargas Tributárias	-	-	-	-
Recargas de Contribuições	-	-	-	-
Recarga Patrimonial	-	-	-	-
Recarga Agropecuária	-	-	-	-
Recarga Industrial	-	-	-	-
Recargas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	67.315.686,16	67.315.686,16
TOTAL	-	-	67.315.686,16	67.315.686,16
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	47.319.563,00	54.277.055,00	64.020.405,29	63.246.533,63	63.206.227,27	-9.743.350,29
Pessoal e Encargos Sociais	33.975.425,00	40.422.187,00	43.439.166,98	43.113.892,23	43.082.190,96	-3.016.979,98
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	13.344.138,00	13.854.868,00	20.581.238,31	20.132.641,40	20.124.036,31	-6.726.370,31
DESPESAS DE CAPITAL	2.389.305,00	3.298.565,00	3.295.280,86	3.295.280,86	3.295.280,86	3.284,14
Investimentos	2.389.305,00	3.298.565,00	3.295.280,86	3.295.280,86	3.295.280,86	3.284,14
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	49.708.868,00	57.575.620,00	67.315.686,16	66.541.814,49	66.501.508,13	-9.740.066,16
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	49.708.868,00	57.575.620,00	67.315.686,16	66.541.814,49	66.501.508,13	-9.740.066,16
TOTAL	49.708.868,00	57.575.620,00	67.315.686,16	66.541.814,49	66.501.508,13	-9.740.066,16

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	10.145,85	2.969,14	1.691,70	1.691,70	11.423,29	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	5.739,89	-	-	-	5.739,89	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.405,96	2.969,14	1.691,70	1.691,70	5.683,40	-
DESPESAS DE CAPITAL	123,53	-	-	-	123,53	-
Investimentos	123,53	-	-	-	123,53	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	10.269,38	2.969,14	1.691,70	1.691,70	11.546,82	0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	938,02	-	-	-	938,02
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	938,02	-	-	-	938,02
DESPESAS DE CAPITAL	-	24.889,83	24.889,83	-	-
Investimentos	-	24.889,83	24.889,83	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	938,02	24.889,83	24.889,83	-	938,02

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 70029 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPA
ORGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL
EXERCICIO 2018
PERIODO Anual
EMISSÃO 15/03/2019
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	3.639.203,00	851.814,73
INGRESSOS	67.317.291,13	53.044.859,19
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	67.317.291,13	53.044.859,19
Ingressos Extraorçamentários	63.642,62	42.430,35
Transferências Financeiras Recebidas	66.867.969,12	52.732.743,82
Arrecadação de Outra Unidade	385.679,39	269.685,02
DESEMBOLSOS	-63.678.088,13	-52.193.044,46
Pessoal e Demais Despesas	-58.498.331,71	-46.809.422,90
Judiciário	-56.665.112,29	-45.130.660,60
Previdência Social	-1.833.219,42	-1.678.762,30
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-4.709.587,26	-4.449.062,96
Intragovernamentais	-4.709.587,26	-4.449.062,96
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-470.169,16	-934.558,60
Dispêndios Extraorçamentários	-63.642,62	-44.158,82
Transferências Financeiras Concedidas	-406.526,54	-890.399,78
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.320.170,69	-3.038.531,06
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-3.320.170,69	-3.038.531,06
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.167.677,69	-2.660.219,83
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-152.493,00	-378.311,23
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	319.032,31	-2.186.716,33
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	8.036,00	2.194.752,33
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	327.068,31	8.036,00

INDICADORES ORÇAMENTÁRIOS - DESPESAS DISCRICIONÁRIAS¹
JANEIRO A DEZEMBRO/2018

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

INDICADOR	DETALHAMENTO	META	DESEMPENHO	
			JANEIRO A DEZEMBRO/2018	RANKING
EXECUÇÃO PLANEJADA (ADERÊNCIA)	20GP - JULGAMENTO DE CAUSAS ²	80,0%	76,5%	10º
	TOTAL	77,8%	76,9%	9º
PERDAS ORÇAMENTÁRIAS ³	ORÇAMENTO CORRENTE E RESTOS A PAGAR	8,0%	0,0%	1º
RESTOS A PAGAR A INSCREVER ⁴	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016	9,0%	3,3%	4º
UTILIZAÇÃO LIMITE PAGAMENTOS ⁴	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016	92,0%	98,5%	5º

¹Notas:

(1) Consideradas as ações orçamentárias: 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, 2549 - Comunicação e Divulgação Institucional, 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos e Obras/Aquisições. Não estão incluídos benefícios assistenciais e despesas custeadas com a Fonte 150 - Recursos Próprios Não Financeiros;

(2) Ação Orçamentária 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, exceto Plano Orçamentário 0002 - Capacitação de Recursos Humanos;

(3) Para os indicadores de Perdas Orçamentárias e Restos a Pagar a Inscrever, busca-se atingir o menor percentual;

(4) Também contempla a fonte 150 - Recursos Próprios Não Financeiros.